

cadernos do

terceiro mundo

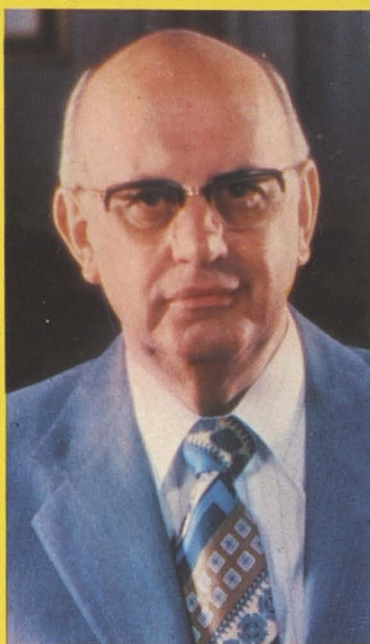
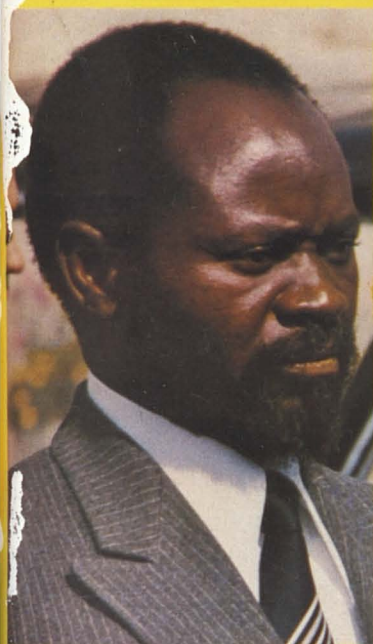
SÍRIA-LÍBANO
o fracasso de Reagan

Mensal • Abril 1984 • Esc. 100\$ • Kz 65 • Mt 80 • PG 80\$ • CV 80\$ • Cr\$ 1.000,00 • Ano VII • Nº 65

Mora Machel

Pieter Botha

José E. dos Santos



África Austral: a negociação



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 - Luanda
telex 3148 3260

Advertência ou desabafo?

"Agora é para valer". Esta foi a única frase ouvida pelos jornalistas no diálogo directo entre os chefes de governo da África do Sul e de Moçambique, no dia 16 de Março, nas margens do rio Nkomati. Era o presidente Samora Machel falando ao primeiro-ministro P. W. Botha pouco depois da assinatura formal do acordo de não-agressão entre os dois países. Para os que ouviram a frase de Machel, ficou a dúvida. Era uma advertência ou um desabafo? Para os moçambicanos, vítimas de uma guerra não-declarada pela África do Sul, o acordo do rio Nkomati foi assinado de boa fé, na esperança de que a paz permita a recuperação econômica. Já com relação à África do Sul, existem as mesmas dúvidas provocadas pelo comentário de Samora Machel.

De forma semelhante, as mesmas circunstâncias cercam as negociações entre o regime de Pretória e Angola visando também um fim nas hostilidades na fronteira com a Namíbia. Afinal, a reviravolta diplomática que sacudiu a África Austral "é para valer" ou não? Elas significam o fim definitivo de um conflito que dura há sete anos entre governos nacionalistas e um Estado racista, ou não passa de uma manobra diplomática do *apartheid*? Esta pergunta é o tema central da matéria de capa desta edição, com reportagens dos nossos colaboradores João Melo, de Luanda e Etevaldo Hipólito, de Maputo. Neste número, destacamos também a complexa situação no Médio Oriente, a crise político-militar em El Salvador e as incertezas da democratização no Uruguai.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira
Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio
Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Editor e Director: Artur Baptista
Propriedade:
Tricontinental Editora Lda
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-19
tel. 320650 1200 Lisboa
telex 42720 CTM TE P
Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito
Legal: 789/82.

Edições em português

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL — S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guimar Bello Marques

Revisão
Estevam Reis
Paginação
Samara (editor de arte)
Sonia Freitas, Miguel Efe
Documentação e Arquivo
Cristina Assis

Serviços Comerciais
José C. Figueiredo

Publicidade
José Ferreira
Cristina Campos
Maria João Macedo
Composição e Impressão
Gráfica Europam
Representantes

Angola
Luís Henriques, C. P. 3593, Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua Kongwa, 153, Maputo
tel. 25140

BRASIL

Director e Editor
Neiva Moreira
Administração
Marinete Silva
Secretário de Redacção
José C. Gondim
Revisão
Cláudia Guimarães
Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna
Composição
Ronaldo Fonseca
Distribuição e Assinaturas
Inácio D. Santos
Macário Costa
Divulgação
Henrique Menezes
Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 — CEP 05033
Telex: (011) — 23059

Horacio Verbitsky
Uruguay, 560/59/55
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 — Correo 9
Providencia — Santiago, Chile

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326
editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP. 20.241 — Rio de Janeiro — RJ
Registo na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registo no INPI nº 013.539
Registo no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 — P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor
Roberto Remo
Gerente Geral
Gerónimo Cardoso
editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal 20 572
México, 20. DF

BOLÍVIA — CHILE — COLÔMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição andina)
Publicada por DESCO: centro de Estudios
y Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Teléfono: 724-712

Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Belfrage
Apartado Postal 20.572 b—México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora
Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111,
Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center,
Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S. R. L.,
Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:**
Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro da
Silva, 907 — Rio de Janeiro. **CABO VERDE:**
Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de
Julho, Praia. **CANADÁ:** Third World Books
and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto —
The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St.
West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Su-
américa Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá.
COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José.
CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306,
Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Cór-
dova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD
de Publicaciones, Av. Colombia 248, of.
205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-
590, Reg. Sendip Pex. 1258. **EL SALVA-
DOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle
Poniente 1030, San Salvador — El Quijote,
Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS
UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Ar-
mitage Ave., Chicago, Illinois — New World
Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chica-
go, Illinois — Librería Las Américas, 152
East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 —
Third World Books, 100 Worcester St., Bos-
ton, Mass 02118 — Librería del Pueblo,
2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus
Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.,
New York, N. Y. 10025 — Tom Mooney
Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francis-
co, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia
St., San Francisco, CA — Red and Black,
4736 University Way, Seattle — Groundwork
Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023,
La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de
Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des
Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ-BRETANHA:** La-
tin American Book Shop, 29 Islington Park
Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departa-
mento de Edição-Difusão do Livro e Disco,
Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:**
Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amster-
dam. **HONDURAS:** Librería Universitaria
"José Trinidad Reyes", Universidad Autó-
noma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:**
Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60,
Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Ro-
ma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Ro-
ma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma —
Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXI-
CO:** Unión de Expendedores y Vocadores
de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.
F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones,
S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12,
D. F. — Librerías México Cultural, Mier y Pe-
sado No. 128, México 12, D. F. — Metropolita-
na de Publicaciones, Librería de Cristal e
100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBI-
QUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave.,
Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUAS:**
IMELSA, A. P., nº 2705, Managua. **Nicará-
gua:** PANAMÁ: Librería Cultural Paramela,
S. A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Dis-
tribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1.
PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia
Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pen-
samiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf.
Station, Río Piedras, P. R. 00929. **REPÚ-
BLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios
de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41,
Santo Domingo — DESVIGNE, S. A., Ave
Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA:** Con. Medien
und Vertrieb GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bre-
men. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de
Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:**
Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stock-
holm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas,
S. A., Ave. México Lechoso a Pte. Brion,
Caracas.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Li-
vreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000-Lisboa.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Servic), SHIHATA (Tanzânia), WAF (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

4 **Cartas**

7 **Panorama Tricontinental**

15 **Editorial: África Austral, um passo para a paz**

19 **Matéria de Capa – África Austral: a hora da negociação**

- 20 Negociando com um pé atrás, *João Melo*
27 As razões do acordo
34 Em busca da paz, *Etevaldo Hipólito*
39 O encontro de Nkomati, *Carlos Pinto Santos*
41 O recuo do "apartheid", *Carlos Castilho*

África

- 46 Eanes no continente: A África como prioridade, *Baptista da Silva*
49 Sudão: À beira da secessão

América Latina

- 53 Uruguai: Sete meses decisivos, *Micaela Ramada*
58 Cuba-EUA: Um quarto de século de desencontros, *Ash Narain Roy*

Médio Oriente

- 62 Os pontos críticos, *Neiva Moreira*
66 Líbano: Nada de concreto na Conferência de Lausanne,
Alberto B. Mariantoni
67 Dirigentes libaneses falam a "cadernos"
72 Uma nova etapa de um velho drama, *Pablo Piacentini*

Ásia

- 75 Irã: A guerra quase esquecida, *Albert Evert Ermste*

Cultura

- 78 Carnaval no Rio: Quem não gosta de samba...?,
Roberto Nascimento
82 Carnaval de Angola: Em busca das raízes, *José Carlos Gondim*
87 Notas de Comunicação

89 **Livros do 3º Mundo**

Especial/Documento

- 90 El Salvador: O futuro da guerra, *Guillermo Ungo*
96 **Humor: Roger**



Seregni em liberdade



Machel e Botha:
o acordo de conveniência



A Passarela do Samba

Cartas

Viva Angola!

(...)Quero elogiar a impecável matéria ("cadernos" nº 61) "Angola — vinte anos de guerra — oito de independência", que reflecte com absoluta nitidez as atrocidades cometidas pelo regime racista sul-africano contra Angola. Mas o bravo povo angolano demonstra vitalidade e força e com certeza saberá defender a sua revolução contra a "gana" imperialista, contra a canalha do *apartheid*. Pretória receberá uma histórica lição pelos bárbaros crimes praticados contra um povo sedento de justiça e paz social. Viva a Revolução de todo o povo angolano! Carlos Henrique Garcia — Juiz de Fora — MG — Brasil.

Erro de pessoa

Ao receber a vossa revista do mês de Fevereiro, deparei com o meu nome mencionado numa carta sobre "dificuldades de intercâmbio", do companheiro Renan Falcão. Por este meio, comunico que até o momento já recebi dezenas de cartas do Brasil, sendo impossível responder a todas, por vários motivos, sejam eles financeiros ou por falta de tempo, mas nunca recebi qualquer carta do mesmo companheiro. Carlos Alberto Lemos — Vila Nova de Gaia — Portugal.

Papa cruel

Leitor assíduo da vossa revista, encontrei na edição de Junho de 1980 o seguinte período no artigo "O projecto do papa Wojtila": "Não encaixando dentro desta visão os países socialistas, Wojtila acusa-os de violadores dos direitos humanos. E procura situá-los da mesma forma que as ditaduras repressivas". Penso que o papa foi cruel na maneira como julgou os países socialistas. Sebastião Roberto de Almeida da Conceição — Luan-da — Angola.

Seca

(...)Quero fazer uma sugestão: seria possível dedicar um artigo sobre o problema da seca no nordeste? Deveria-se partir de um enfoque que demonstre que ela pode ser solucionada desde que se mude a estrutura agrária, que haja um governo popular realmente interessado em aplicar capital e recursos técnicos para a cons-

trução de obras contra as secas, partindo do próprio *know-how* que o país já tem em grandes construções. Sugiro, inclusive, que se dê conhecimento aos leitores da grande obra que a União Soviética realizou na irrigação do deserto, através da construção de um canal de 1.100 km, o que permitiu a cultura de uvas, algodão, trigo etc. Ana R. Dantas — Antenor Navarro — PB — Brasil.

Banda desenhada: efeito nocivo

Com vistas à sugestão do leitor Geraldo Loureiro ("cadernos", nº 63), aprez-nos transmitir o seguinte: realmente, a nosso ver, um dos aspectos da invasão cultural estrangeira manifesta-se na publicação de revistas de banda desenhada e outras histórias, dissociadas das realidades nacionais da América Latina. Observo o caso, para citar um, da famigerada estória de banda desenhada cuja personagem principal é um menino muito rico (o "Riquinho"), cujas vontades são satisfeitas num passe de mágica. É uma personagem importada dos Estados Unidos e representa a valorização que se dá naquele país à riqueza material. Imagine uma criança que mal tem que comer, lendo as histórias aparentemente inofensivas do Riquinho! Que contradição violenta! Provavelmente, ela desejará ser o Riquinho, pois, além de não passar fome, terá tudo o que deseja e será admirada por todos. Será admirada pelo que *possui* de bens materiais e não pelo que *é* como ser humano. Além de histórias de banda desenhada, que deformam o desenvolvimento das crianças e adultos, existem livros de literatura infantil que despertam um sentimento de inveja pelo mundo estrangeiro, e consequentemente, um sentimento de inferioridade no leitor. São histórias de fadas, de príncipes, reis, onde geralmente se valoriza o branco, o louro. Cria-se um mundo irreal, onde se estimula a *submissão* do ser humano e onde a mulher está sempre na dependência da chegada do príncipe encantado (Bela Adormecida, Branca de Neve). Essa literatura incentiva a *resignação* do ser humano, pois afirma que as coisas acontecem, é só esperar e ter paciência. Deodato Cypriano Pinto — Cruzeiro — SP — Brasil.

Psicopata na Casa Branca

A actual etapa da história da humanidade apresenta certos acontecimentos que nos fazem lembrar o Império Romano na sua fase de decomposição. As grandes conquistas da ciência vieram criar problemas ao imperialismo, que se vê na contingência de tomar medidas belicistas para poder garantir o domínio sobre os povos economicamente dependentes. Como exemplos recentes, podemos citar a invasão de Granada e as tentativas para desestabilizar o governo progressista da Nicarágua, além das constantes intervenções no Médio Oriente. São as contradições existentes no sistema capitalista na sua fase imperialista.

(...) Na África, nações secularmente dominadas libertam-se e muitas delas optaram pelo socialismo. (...) Neste quadro de decomposição do imperialismo, as corporações, aliadas ao complexo industrial-militar dos Estados Unidos, colocaram no poder um psicopata, (...) a serviço de um sistema arcaico e em decomposição. Lourenço Reis — Petrópolis — RJ — Brasil.

Exemplo maior

(...)Dou os parabéns a toda equipa dos "cadernos" pela excelente cobertura da posse do presidente da Argentina Raúl Alfonsín, um homem que implantou naquele país o regime democrático há muito sonhado pela sua população. Espero que os "cadernos" continuem sempre com esta filosofia de informar o que realmente seja um exemplo maior para outras nações, como foi o caso da eleição de Alfonsín, principalmente para nós brasileiros que atravessamos uma difícil crise económica. Nelson dos Santos Alves — Natal — RN — Brasil.

Economia: balanço de 20 anos

(...)Teríamos muito prazer em ver publicado um número sobre a política económica brasileira nestes 20 anos de regime militar, apontando os erros e os pontos positivos. Um esclarecimento sobre o que será do nosso povo subnutrido quando se fala em desenvolvimento da nação. Adauto Elias Moreira — presidente do Diretório Municipal do PMDB — Paraguru Paulista — SP — Brasil.

Leitor cuidadoso

Com certa surpresa e receio, li, hoje, a revista de Janeiro. Surpresa pela carta do leitor Rubismar Galvão; apreensão pela resposta da revista, prometendo "estudar aprimoramento da encadernação". Ora, temos um custo de vida cada vez mais alto, e todo "aprimoramento" implica aumento de preço e perda de assinantes e compradores. Isso é de vital importância. Mas há outro aspecto: esta revista é para ser lida. Eu leio-a, de ponta a ponta, até os anúncios, como também sublinho numerosas e importantes observações. (...) Depois tomo a revista que continua tão firme que, posta numa banca, seria ven-

didada sem que ninguém notasse a diferença. (...) Ora, "cadernos" é para ser lido, não para servir de leque ou abanar para os amigos na rua, ou pôr nas mãos das crianças para que vejam as figuras. (...) O problema de saírem folhas é só questão de educarmos a maneira certa de usar um livro ou revista. *Silas C. de Moraes - Itaquí - RS - Brasil.*

Barragens: quem ganha, quem perde

Tendo em vista que a construção de 25 barragens na bacia do rio Uruguai provocará graves consequências sociais, principalmente para os agri-

cultores que serão obrigados a deixar as suas terras, e que as barragens só atenderão os interesses dos países ricos, sugiro seja elaborada uma reportagem por "cadernos" detalhando objetivos, quem ganha e quem perde, consequências sociais, formas de impedir ou prorrogar a construção, organização dos agricultores etc. Creio ser um assunto válido e oportuno na medida em que os leitores tomarão conhecimento do sofrimento do povo, além de ser uma oportunidade para o povo se conscientizar da necessidade de organizar-se e unir-se na defesa dos seus interesses. *Armando Triches Enderle - Frederico Westphalen - RS - Brasil.*

INTERCÂMBIO

- **José Teófilo Cavalcante**
Quadra 06/casa 25/Setor "C"
Conjunto Mocambinho - Zona Norte
CEP: 64.000 - Teresina - PI - Brasil
- **Maria Lúcia Marques**
Caixa Postal 163 - CEP: 14.940
Ibitinga - SP - Brasil
- **José Eurípedes Berádua**
Rua Piauí, 2622 - Vila Albertina
CEP: 14.100 - Ribeirão Preto - SP
Brasil
- **Carlos Henrique Garcia**
Av. Marginal, 176 - CEP: 36.100
Bairro Santa Rita - Juiz de Fora
MG - Brasil
- **Orivaldo Flor Carvalho**
Rua Angelo Mogioni, 364
CEP: 95.100 - Bairro Rio Branco
Caxias do Sul - RS - Brasil
- **Luiz Antônio Borges**
Rua Jorge Tibiriçá, 277
CEP: 04.126 - Vila Mariana - São
Paulo - SP - Brasil
- **Roberto Natal Silva Saorim**
Rua Valdomiro Gonzaga da Silva,
1.090 - CEP: 08.170 - Jardim das
Oliveiras - São Paulo - SP - Brasil
- **Aristeu Bento de Souza**
Rua Maestro Moreira Lopes, 68
Vila Nova - CEP: 13.100 - Campinas
SP - Brasil
- **Geraldo de Oliveira Loureiro**
Cx. Postal 10.091 - Rio de Janeiro
RJ - CEP: 23.000 - Brasil
- **Levy Geralde da Silva**
Rua Noronha Torreão, 407/202
Bl. 6 - CEP: 24.240 - Cubango
Niterói - RJ - Brasil

- **Darci Bacarin**
Av. Getúlio Vargas, 31 - CEP: 89.200
Joinville - SC - Brasil
- **Dilson Corrêa Marinho**
Rua Vaticana, 180 - CEP: 09.000
Jardim Santo André - Santo André
SP - Brasil
- **Antônio Alves Neto**
Rua das Orquídeas, 1901
CEP: 64.000 - Vila Amalfi 2 - Bairro
de Fátima - Teresina - PI - Brasil
- **Frederico Luiz Matt Corrêa**
Rua Maranhão, 308/101 - fundos
CEP: 20.720 - Méier - Rio de
Janeiro - RJ - Brasil
- **Sebastião V. C. Campos**
Rua da Assunção, 222 - CEP: 03.005
Brás - São Paulo - SP - Brasil
- **José das Graças C. da Silva**
Rua São José, 50 - CEP: 60.000
Bairro Serviluz - Fortaleza - CE
Brasil
- **Claudio dos Reis Berzagui**
Rua Santo Antônio, 54 - CEP: 93.250
Esteio - RS - Brasil
- **Beto Armando**
Largo Katady, 8 - Luanda
República Popular de Angola
- **Felipe Matias Francisco**
Av. Comandante Hoji ya Henda, 84
Cx. Postal 1119 - Luanda
República Popular de Angola
- **Elias Disengomoka**
C. P. 6084 - Luanda - Angola
- **João Daniel da Conceição**
Cx. Postal 935 - Huambo - Rep.
Popular de Angola
- **Mário Sérgio**
Cx. Postal 5606 - Luanda - Rep.
Popular de Angola

- **F. Alberto da Conceição**
D. N. G. I. M. - CP 18293
Vila Alice - Luanda - Angola
- **Mateus Antônio Martins Filipe**
R. Penafiel, 3-1, casa 3 - C. P. 6696
Luanda - Angola
- **André Ndumba Túdi**
a/c de André Paulino
Carpintaria - Lundo Diamang
Lunda Norte - Angola
- **Florenço Miguel Ferreira**
Rua 110 - C. P. 2155
Luanda - Angola
- **Lucamba Magalhães**
C. P. 318 - Maku - Kungo Cela K.
Sul - Angola
- **Makanda Pedro de Marcela**
C. P. 10443 - Luanda - Angola
- **Mário Rui Pires**
Largo João Seca, 5-A
Maianga - Luanda - Angola
- **Luciano Antônio Segunda**
C. P. 54 - CORM - Kacuaco
Kacuaco - Luanda - Angola
- **Gadjay Choquisso Francisco (Djay)**
C. P. 238/1
Nampula - Moçambique
- **Antônio Miguel Pedro "Mingle"**
Del. Prov. de Educação
do Bengo - Caxito - Angola

Errata

O seu a seu nome. No nº 62 (Fevereiro 84) a nossa leitora portuguesa Rita Serrano viu o seu nome alterado para "Serrano". Com os nossos pedidos de desculpa, aqui fica a rectificação.

• BENGUELA
Livreria 10 de Fevereiro

• BIÉ
Livreria 11 de Fevereiro

• CABINDA
Livreria Lunda
Quiosque Maiombé

• CALULO
Livreria 17 de Setembro

• DONDÓ
Livreria 2 de Março

• GANDA
Livreria 1.º de Maio

• HUAMBO
Livreria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado

• HUÍLA
Livreria 27 de Março

• K. KUBANGO
Livreria Kilamba

• KUANZA-NORTE
Livreria 10 de Dezembro

• KUANZA-SUL
Livreria Anibal de Melo

• LOBITO
Livreria 11 de Novembro

• LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livreria Centro do Livro
Livreria Augusto N'Gangula
Livreria 4 de Fevereiro

• LUNDA-NORTE
Posto de Venda

• LUNDA-SUL
Livreria Deolinda Rodrigues

• MALANGE
Livreria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo

• MOXICO
Livreria 14 de Fevereiro

• NAMIBE
Livreria Lutuíma

• NEGAGE
Livreria Saily Mingas

• SOYO
Livreria Lundogi

• UÍGE
Livreria 10 de Dezembro

• ZAIRE
Livreria Sagrada Esperança

LEVAR: INFORMAÇÃO CULTURA CIÊNCIA FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL



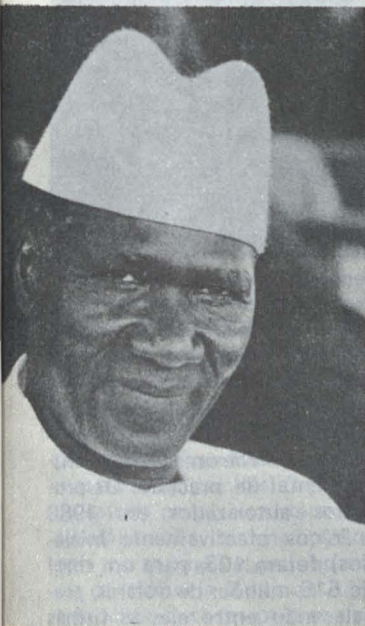
Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Sekou Touré (1922-1984)

☐ "Preferimos a pobreza em liberdade, do que a riqueza na escravidão". Foi com esta frase que o ex-professor Sekou Touré entrou para a história da África ao desafiar a decisão da metrópole francesa de realizar um plebiscito nas colônias visando a implantação de um sistema neocolonial. O preço pago em 1958 pela opção da independência foi pesado. Da noite para o dia, milhares de técnicos franceses deixaram a Guiné, cuja economia ficou literalmente paralisada, ao mesmo tempo que as contas do país em bancos franceses eram bloqueadas e a ex-metrópole passava a participar directamente em manobras económicas desestabilizadoras.

Ao morrer em Cleveland,



Sekou Touré: um ciclo que se fecha

nos EUA, após uma operação cardíaca, Touré fechou um ciclo da história da Guiné, que alcançou a independência quatro dias depois de rejeitar esmagadoramente a associação com a França, então presidida pelo general Charles De Gaulle. Bisneto de um importante chefe tribal do seu país, Touré foi o único presidente que a Guiné teve nos seus 26 anos de independência. Ele foi o líder que moldou todas as estruturas políticas do país, adoptando um modelo revolucionário que viria a ser seguido anos mais tarde por países como Moçambique, Tanzânia, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Etiópia, Gana e Alto Volta.

Hostilizado pela ex-metrópole e isolado pelas outras ex-colónias que aceitaram a associação neocolonial chamada Comunidade Francófona, Touré criou o partido único (Partido Democrático da Guiné), um dos primeiros do género a surgir na África negra. Depois, desenvolveu estruturas originais de organização popular e de associação entre o partido e o Estado. No plano externo, Touré foi desde 1958 um defensor intransigente da independência completa de todas as ex-colónias europeias na África e um incentivador dos movimentos de libertação nacional. O Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) contou com o apoio da Guiné até alcançar a independência em 1975.

Mas, em 1979, no final do terceiro mandato presidencial, Touré resolveu reaproximar-se da França no quadro de uma

política de romper o isolamento a que foi submetido pelas potências ocidentais que o consideraram um aliado incondicional da União Soviética. Touré esteve em Paris onde se encontrou com François Mitterrand normalizando as relações entre a ex-metrópole e a ex-colónia. A reorientação diplomática surgiu após um longo período de dificuldades económicas provocadas principalmente pelos problemas na exportação da bauxita, responsável pela maior parte das receitas externas do país e à queda da produção agrícola provocada pela seca. Quase um milhão de guineenses emigraram na década de 70 em busca de melhores condições de vida. E Touré resolveu modernizar o país após 20 anos de uma batalha desigual pela auto-subsistência. A modernização implicava o recurso a empréstimos externos, daí a mudança na posição diplomática.

Ao morrer, Sekou Touré recebeu no seu país honras semelhantes às conferidas a outros chefes nacionalistas africanos como Jomo Kenyatta, Agostinho Neto e Kwame Nkrumah.

Uma semana após a morte de Sekou Touré, a Guiné foi sacudida por um golpe de Estado organizado pelos militares. Os golpistas prometeram fidelidade aos ideais anti-colonialistas do presidente morto, mas anunciaram o afastamento de vários parentes de Sekou Touré, acusados de corrupção e nepotismo. Os novos governantes militares prometeram também impedir qualquer tentativa futura de "ditadura pessoal". O Partido Democrático da Guiné foi dissolvido, o mesmo acontecendo com a Assembleia Nacional e todas as organizações de massa. A Constituição foi suspensa.

terceiro mundo - 7

Um novo Estado na ONU

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou formalmente o ingresso do Brunei (ver "cadernos do terceiro mundo" nº 62) naquela organização, no passado dia 24 de Fevereiro. Para que o Brunei se torne membro de pleno direito da ONU falta apenas a formalização dessa medida através da aprovação feita em Assembleia Geral. Brunei, com uma área de pouco mais de 5.700 quilómetros quadrados e com uma população de 215 mil habitantes, é rico em petróleo e encontrava-se sob jurisdição britânica desde 1888, embora gozasse de autonomia interna desde 1959. Depois de aprovada a sua entrada na ONU, passará a ser o 159º membro da Organização.

TNT contra populações árabes

"Terror contra terror" é a designação de um grupo terrorista anti-árabe que agora reapareceu nos territórios ocupados por Israel, após algum tempo de trégua. A finalidade dessa organização (sigla: TNT) é semear o pânico entre a população árabe. Segundo denúncias, os terroristas gozam de certa impunidade devido à complacência com que a sua acção seria encarada pelos sectores militares mais "duros" da ocupação judaica. No passado mês de Dezembro, o TNT reivindicou três atentados, incluindo um contra a mesquita de Hebron. Os terroristas lançaram granadas contra a mesquita e feriram várias pessoas. O exército sionista reconheceu que lhe tinham sido roubadas duas mil granadas. O "inquérito profundo" prometido pelos israelitas não surtiu ainda quaisquer efeitos.

China: Crescem investimentos ocidentais

Os investimentos de companhias transnacionais de origem ocidental na China duplicaram em 1983, somando 400 milhões de dólares, segundo dados oficiais contidos no último boletim do Ministério do Comércio Externo chinês. Os dados indicam uma forte progressão dos investimentos estrangeiros no país desde 1979, quando se abriu a porta às operações mistas (*joint ventures*) com empresas ocidentais, depois de 30 anos de quase absoluto isolamento da economia chinesa.

Os investimentos de companhias transnacionais de origem ocidental na China duplicaram em 1983, somando 400 milhões de dólares, segundo dados oficiais contidos no último boletim do Ministério do Comércio Externo chinês. Os dados indicam uma forte progressão dos investimentos estrangeiros no país desde 1979, quando se abriu a porta às operações mistas (*joint ventures*) com empresas ocidentais, depois de 30 anos de quase absoluto isolamento da economia chinesa.

A maioria dos projectos de investimento lançados em 1983 envolvem somas em geral bai-



Uma nova visão da economia chinesa, depois de 30 anos de isolamento

As sociedades entre empresas estatais chinesas e companhias estrangeiras totalizam 188 desde 1979, na sua grande maioria em participações por metades, em que os estrangeiros fornecem tecnologia e capital e os chineses bens de capital fixo, instalações, mão-de-obra e controlo operativo.

As cifras não incluem os contratos de exploração e apro-

xas (uma média de 6 a 8 milhões de dólares) e centram-se particularmente em tecnologia e produção de geradores e equipamento eléctrico pesado, maquinaria electromecânica e instrumental de precisão. Os projectos autorizados em 1983 (não os efectivamente iniciados) foram 105, para um total de 515 milhões de dólares, prevalecendo entre eles as firmas britânicas e norte-americanas.

Sri Lanka: ONU apoia conferência étnica

□ A Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas apoia "todas as medidas de reabilitação e reconciliação" para solucionar o conflito que opõe a maioria singalesa à minoria tamil em Sri Lanka, informaram porta-vozes do organismo. Uma conferência multi-partidária para encontrar uma solução para os conflitos étnicos do país foi convocada pelo presidente Julius Jayewardene.

A minoria tamil, que habita especialmente a zona norte e oriental da ilha, reivindica a autonomia política e várias organizações recorreram à violência para conseguí-la. Em Julho de 1983, um grupo tamil emboscou uma patrulha do exército, de maioria singalesa, causando-lhe vários mortos. O ataque provocou uma onda de violência étnica na qual pereceram 400 elementos do grupo tamil e milhares ficaram desalojados.

A autonomia regional que reclama a minoria tamil é o aspecto crucial do problema. Sobre ela os singaleses manifestam grandes reservas. O presidente Jayewardene aconselhou os singaleses a reflectirem até que ponto poderiam ceder às posições autonomistas, ao mesmo tempo que solicitou aos tamis para analisarem em que medida poderiam moderar as suas ideias separatistas.

A conferência de reconciliação nacional analisa os problemas em dois comités. O primeiro estuda possíveis sistemas de administração interna para o país e o segundo aborda as causas da violência étnica de Julho e procura medidas para as erradicar.

Grã-Bretanha sem "gurkes"?

□ Os "gurkas", originários do Nepal, são alguns dos mercenários mais famosos do mundo, devido à sua utilização pelas Forças Armadas da Grã-Bretanha. Na guerra das Malvinas contra a Argentina, os "gurkas" distinguiram-se pela sua combatividade e pelos excessos a que se entregaram. Foi essa sua "eficácia" que os tornou um problema político no Nepal. Mas não só. A independência recente de Brunei também põe em dúvida a permanência desses mercenários no exército do Reino Unido. A existência desse mercenarato dura desde 1816, ano em que os ingleses estabeleceram um protectorado sobre o Nepal. O recrutamento efectua-se sobretudo entre as etnias gurung e magar, e, em menor grau, kiranti (rai e limbu). Os "gurkas" têm conseguido rendimentos, por vezes relativamente elevados, fazendo-se mercenários não só para as forças britânicas mas também para outros exércitos (nomeadamente em Singapura e na Índia).

No exército britânico existem dez mil "gurkas", distribuídos por um regimento de engenharia e seis batalhões de infantaria. Um desses batalhões encontra-se precisamente no Brunei; outro em Hong-Kong e um outro (o que combateu nas Malvinas) em território britânico.

Porém, no Nepal começam a suscitar-se grandes dúvidas sobre a utilização destes soldados em guerras onde se defende unicamente o colonialismo. As implicações políticas destas intervenções e o facto de cidadãos nepaleses estarem a ser utilizados pelos britânicos como "carne para canhão" choca



Soldado "gurka"
desfilando em Londres

aqueles que no país defendem a dignidade e a soberania nacionais. A oposição nepalesa insiste vigorosamente em que seja denunciado o Tratado de 1947 através do qual o Reino Unido foi autorizado a utilizar os "gurkas" onde quer que seja e como quer que seja. A oposição pretende que todos os mercenários regressem dos países onde servem militarmente e sejam repatriados de uma vez por todas. No entanto, essa mudança de situação poderia criar graves problemas internos no Nepal, cuja economia não suportaria o afluxo repentino desses repatriados. Por sua vez, os mercenários serão os primeiros a recusar a repatriação, pois recebem salários que não têm comparação com aquilo que ganhariam no país, e têm direito à reforma numa idade relativamente jovem, que lhes dá para gozarem ainda uns anos de boa vida no Nepal. Quando, é claro, não morrem em combate por amor de sua majestade...

Índia: Novo equipamento militar soviético

☐ A União Soviética concordou em fornecer urgentemente à Índia equipamentos militares sofisticados, informaram fontes oficiais de Nova Deli.

O material incluirá equipamentos com maior poder de ataque para as três divisões dos serviços indianos de defesa, assim como um sistema aéreo que cobrirá necessidades actuais e futuras. A decisão foi resultado de conversações realizadas na capital da Índia entre uma delegação soviética de alto nível chefiada pelo ministro de Defesa desse país, marechal Dimitri Ustinov, e a primeira-ministra Indira Gandhi.

"O aparelhamento militar do Paquistão pelos Estados Unidos, a possibilidade de ins-

talação de novas bases navais norte-americanas nas proximidades da Índia e a construção de novas bases aéreas chinesas no Paquistão aumentaram a necessidade da Índia estar preparada para qualquer emergência", assinalou o ministro de Defesa da Índia, R. Venkataraman. Os navios de guerra indianos actualmente em construção serão equipados com os mais recentes sistemas de radar soviéticos com o propósito de incrementar a sua capacidade de vigilância, detecção e visibilidade, assinalaram as fontes indianas.

Os participantes nas negociações decidiram, igualmente, desenvolver na Índia, pela via da cooperação com a União Soviética, a capacidade electrónica necessária para fazer frente e controlar o que é qualificado de "ameaças crescentes no Oceano Índico".

A União Soviética assinalou que reconhece a necessidade de que este país asiático produza os seus próprios equipamentos de defesa e sistemas de avaliação, tão rápido quanto possível, como meio de reduzir a sua dependência. A União Soviética comprometeu-se a cooperar nesse sentido no maior grau possível. A capacidade de defesa das três armas da Índia "cresceu no decorrer dos anos mediante o apoio soviético que nos é valioso", manifestou, por seu lado, Venkataraman. (Venugopala Rao)



Indira Gandhi

Palestina: 75 mil mulheres detidas desde 1967

A presidente da União de Mulheres Palestinas, Issam Abdul Hadi, declarou por ocasião do Dia Internacional da Mulher, que as autoridades de Israel aprisionaram 75 mil mu-

lheres palestinas entre 1967 e 1983. Esta cifra inclui mulheres encarceradas desde cinco dias até 15 anos. Acrescentou que o campo de concentração israelita de Al Ansar, no sul do Líbano, está repleto de mulheres e homens palestinos.

África: Causa alarme a taxa de crescimento

☐ A taxa africana de crescimento populacional, de 3% anual, é a mais alta do mundo. Continuando nesse ritmo, a população do continente, actualmente de 530 milhões de habitantes, aumentará para quase 870 milhões até o final deste século.

A taxa mundial de crescimento de população é de 1,7%. A cifra cai para 0,7% nos países desenvolvidos e sobe para 2% nas nações em vias de desenvolvimento. O director executivo do Fundo das Nações Unidas para Actividades em Matéria de População (FNUAP), Rafael Salas, apresentou estas cifras a 200 delegados de 30 países na 2ª Conferência Africana de População, recentemente efectuada em Arusha, Tanzania.

"A partir da 1ª Conferência Africana sobre População, realizada em Acra, Gana, em 1971, verificou-se uma melhor compreensão dos factores demográficos e da sua incidência sobre o desenvolvimento", disse Salas. "Produziu-se uma aquisição de dados básicos através dos censos nacionais na maioria dos países nos últimos dois anos.

Durante as deliberações, a Organização para a Unidade Africana (OUA) pronunciou-se abertamente a favor do direito das mulheres "a decidir livre e responsabilmente o número e frequência da sua maternidade e que se lhes ofereça informação e educação que as capacitem para tomar estas decisões". (John Worrall)

Nova polémica sobre Banzer na Bolívia

□ A presença em La Paz do ex-presidente Hugo Banzer reabriu a polémica sobre o período em que este dirigiu o país com "mão de ferro". O general Banzer — que governou a Bolívia entre 1971 e 1978 — fez um provocador reaparecimento na capital depois de vários meses de retiro na sua fazenda situada no departamento de Santa Cruz, na região tropical do território boliviano. Num conferência de imprensa, Banzer defendeu a imediata convocação de eleições gerais para que "uma nova facção ou partido político, com o vigor necessário, com coerência e capacidade, enfrente os problemas nacionais que deterioram o poder".

O ex-mandatário afirmou que o "panorama é sombrio e desanimador" e que "se deteriora dia-a-dia com grave perigo para o país que, pouco a pouco, perde a sua fé na democracia".

A proposta de eleições gerais imediatas obteve uma rápida réplica do governo, atra-



General Banzer

vés do ministro de Informações, Mario Rueda Peña. "Banzer, disse o ministro, mostra total desconhecimento da constituição política do Estado, a qual fixa em quatro anos a duração do mandato presidencial". Acrescentou que o actual presidente, Hernán Siles Zuazo, tomou posse em 1982 e, em consequência disso, o seu mandato prolonga-se até 1986.

Por outro lado, o porta-voz oficial assinalou que a presença de Banzer em La Paz torna-se

"suspeita" num momento em que a direita realiza sistemáticos esforços para desestabilizar o processo democrático.

O governo publicou um comunicado em página dupla no jornal independente *Hoy*, com o título: "Com que autoridade moral fala, senhor Banzer?" O texto contém uma recapitulação do chamado "massacre de Tolata e Epizana", povoados rurais onde, em Janeiro de 1974, foram mortos cerca de 200 camponeses. Os trabalhadores locais realizavam actos de protesto contra a subida do custo de vida e um forte contingente militar investiu contra eles.

O texto inclui também uma lista de 33 cidadãos desaparecidos durante o governo de Banzer e fotografias de uma sepultura clandestina descoberta no ano passado e na qual estavam os restos de 14 daqueles desaparecidos. Também contém dados sobre a acção de Banzer contra a imprensa e os jornalistas, lembrando que exilou 67 e perseguiu ou deteve outros 32, além de lhe ser atribuído o assassinato de um jornalista. Também é recordado que ele "ordenou a intervenção armada e/ou destruição de 18 emissoras de rádio e um jornal". (*Oscar Peña Franco*)

África Ocidental: eixo progressista

Por iniciativa do capitão Thomas Sankara, do Alto Volta, está a ser criado aquilo que se poderia denominar de "eixo progressista" na África Ocidental. Neste caso, o "eixo" seria constituído pelo Alto Volta, Benin, Gana e Mali. Todos estes países se propõem a colaborar mutuamente no domínio da defesa. Eles temem possíveis agressões dos interesses da

França, ou dos Estados Unidos na região. Basta lembrar a invasão de mercenários a que foi sujeito há poucos anos o Benin, e o golpe de Estado verificado no Alto Volta, por ocasião da visita do emissário do presidente francês, Guy Penne, no ano passado. Uma dificuldade para se consolidar a iniciativa estava no facto de o Mali e o Alto Volta serem inimigos tradicionais. Curiosamente, a popularidade de Sankara deve-se, em parte, às vitórias militares obtidas sobre o

Mali. No entanto, Sankara encheu já conversações com os dirigentes do Mali, e os ressentimentos do passado parecem ter ficado apagados ante as necessidades comuns de defesa do presente.

Primeira demonstração do "eixo progressista": as manobras conjuntas que o Gana e o Alto Volta efectuaram recentemente na zona fronteira entre a cidade ganesa de Navrongo e a voltaica de Pó. Os exercícios denominaram-se "União Intrépida".

América Latina: petrolíferas estatais entre as empresas com maiores vendas

□ As empresas petrolíferas estatais da Venezuela, Brasil, México e Argentina encabeçam uma lista das corporações com maiores vendas na América Latina, segundo um estudo da revista especializada mexicana *Progreso*.

Petróleos de Venezuela ocupou o primeiro lugar em 1982 com 16.441 milhões de dólares de vendas, seguida da *PETROBRÁS* do Brasil com 13.997 milhões e por *Petróleos Mexicanos (PEMEX)* com 7.615 milhões de dólares, segundo a revista. Esta última cifra não coincide com a informação oficial mexicana que atribuiu a *PEMEX* em 1982 mais de 15.623 milhões de dólares só por receitas provenientes do exterior.

No quarto lugar da tabela, a

publicação colocou a distribuidora da *PETROBRÁS* brasileira e no quinto a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* da Argentina. Outras quatro empresas brasileiras, incluindo filiais estrangeiras do sector petrolífero, estão situadas nos lugares seguintes: *SHELL* (distribuidora de petróleo), *Souza Cruz* (tabacos), *ESSO* (distribuidora de petróleo) e *ELETRÓBRÁS* (electricidade).

No décimo lugar da classificação de 1982, a publicação coloca a *Cervecería Polar*, da Venezuela, seguida das colombianas *ECOPETROL* (petróleo) e *FEDERACAFE* (exportadora de café), a filial brasileira da *Volkswagen*, a *Corporación del Cobre* do Chile (estatal) e no décimo quinto lugar a subsidiária brasileira da petrolífera nor-

te-americana *TEXACO*.

Das 500 maiores empresas latino-americanas, 300 encontram-se no Brasil, 62 na Argentina, 58 na Venezuela, 30 no México, 28 na Colômbia, 12 no Chile, sete no Peru e três no Uruguai, afirma a revista *Progreso*.

As corporações com maiores lucros em 1982, indica a publicação, foram a *Petróleos de Venezuela* com 2.534 milhões de dólares, seguida das brasileiras *ELETRÓBRÁS* com 988 milhões e *TELEBRÁS* com 713 milhões.

As que obtiveram as perdas mais volumosas no mesmo ano foram, em primeiro lugar, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF)* da Argentina com 7.577 milhões de dólares, seguida de outras quatro empresas também argentinas: *Ferrocarriles Argentinos*, *Gas del Estado*, *ACINDAR* e *ENTEL*, com montantes que flutuam entre 959 e 507 milhões de dólares.

Mauritânia reconhece a R. A. S. D.

A República Islâmica da Mauritânia reconheceu *de jure* a República Árabe Saraui Democrática, proclamada pela Frente Polisario há oito anos. O reconhecimento, que coincidiu com o oitavo aniversário da proclamação, foi comunicado em mensagem enviada pelo presidente mauritano, coronel Mohamed Kouna Ould Haidallah, ao secretário geral da Frente Polisario e presidente da RASD, Mohamed Abdelaziz.

A República Árabe Saraui Democrática foi proclamada pela Frente Polisario no dia 27 de Fevereiro de 1976, um dia após a retirada das últimas tropas da até então potência colonial, a Espanha.

A decisão agora tomada pelas autoridades mauritanas nem sequer constitui uma surpresa. Durante o passado mês de Dezembro, o presidente mauritano havia declarado que o seu país reconheceria o Estado saraui caso Marrocos persistisse na recusa em adoptar o plano de paz africano para o Sara Ocidental, aprovado na última cimeira da OUA. A Mauritânia é o 27º Estado africano a reconhecer a RASD.

Angola aumenta produção petrolífera

A produção actual do petróleo em Angola ultrapassou a cifra recorde de 200.000 barris diários, afirmou o director geral da empresa nacional angola-

na de combustível, *SONANGOL*, Hermínio Escórcio. Escórcio disse que a criação de uma companhia mista que se prevê dentro em breve e que deveria operar na zona 4 (um dos mais promissores depósitos petrolíferos *off-shore* angolanos) constituirá um importante passo para o cumprimento dos objectivos da *SONANGOL*.

Numa longa entrevista exclusiva ao diário angolano *Jornal de Angola* por ocasião da comemoração do sétimo aniversário da criação da *SONANGOL* em Março último, Hermínio Escórcio resumiu as actividades da companhia desde a sua fundação recordando em seguida as actividades de prospecção de petróleo em Angola que remontam ao ano de 1910.

EUA-México debatem caso de 8.000 crianças contaminadas

□ A intoxicação de oito mil crianças mexicanas pelas emissões químicas de uma refinaria norte-americana fronteiriça foi debatida entre peritos governamentais do México e dos Estados Unidos.

Os especialistas, reunidos na cidade fronteiriça de Tijuana, a 2.700 quilômetros da capital mexicana, integram uma comissão mista de cooperação criada no quadro do Convênio para a Proteção e Melhoramento do Meio-Ambiente Fronteiriço, subscrito a 14 de Agosto passado pelos presidentes Miguel de la Madrid e Ronald Reagan.

A subsecretária mexicana de

Ecologia, Alicia Barcenas, e o director da Agência Norte-Americana para a Protecção do Meio-Ambiente, Fitzhugh Green, presidem às respectivas delegações. A funcionária mexicana explicou que a reunião de peritos constatará os níveis que a deterioração do meio-ambiente está a alcançar ao longo dos 3.326 quilómetros de fronteira comum e nas águas divisórias e também actualizará propostas e estratégias de solução.

Um dos problemas mais dramáticos refere-se a oito mil crianças de um a nove anos, de Ciudad Juarez, no estado mexi-

cano de Chihuahua, intoxicados pelas emissões de uma refinaria da *American Smelting and Refining Company (ASARCO)*, situada na cidade vizinha norte-americana de El Paso. O estudo, elaborado em departamentos do governo mexicano, corresponde a 1982 e indica que essas crianças apresentavam sérias alterações hematológicas e neuropsicológicas. Citando fontes norte-americanas, a pesquisa indicou que a refinaria de La ASARCO, instalada há um século, apesar de contar com equipamentos anticontaminantes, está expelindo anualmente 1.116 toneladas de partículas de chumbo, 560 toneladas de zinco, 12 de cádmio e meia tonelada de arsénio. (Mario de Cautín)

África do Sul: novo bantustão

O governo racista de Pretória privará mais 500.000 pessoas da sua cidadania quando um quinto bantustão, Kwandebele, obtenha a sua pseudo-independência em fins de 1984.

O regime sul-africano criou os *bantustões*, que não são mais do que unidades administrativas constituídas no interior do território do país, com base em critérios "étnicos", passando assim os negros a serem *estrangeiros e emigrantes*. O bantustão de Kwandebele, localizada na parte norte do país (Transvaal), seguirá os passos dos bantustões de Transkei, Bophuthatswana, Venda e Ciskei, informa a agência independente *Press Trust* da África do Sul.

A última medida do governo sul-africano significará que sete milhões de pessoas já foram privadas da sua cidadania: três milhões em Transkei, dois milhões em Bophuthatswana, 500.000 em Venda, 750.000

em Ciskei e 500.000 em Kwandebele.

O governo sul-africano trata de acelerar a consolidação de partes dispersas de Kwandebele numa unidade única para que esteja pronta para a "independência" em Dezembro deste ano.

Líder oposicionista brasileiro condena planos do FMI

"A América Latina será riscada do mapa como região" se insistir em aceitar os programas do Fundo Monetário Internacional (FMI), advertiu em Caracas o presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Ulysses Guimarães, num discurso ao Congresso venezuelano. Guimarães, virtual candidato presidencial do PMDB, primeira força de oposição brasileira, formulou enérgicas críticas ao FMI e propôs a "renegociação soberana da dívida externa", sob novas condições compatíveis com o desenvolvimento económico.

O dirigente brasileiro referiu-se à grave crise económica que a América Latina enfrenta e à necessidade de fortalecer a integração regional através da constituição de um mercado comum latino-americano e união latino-americana de pagamentos, à margem de hegemonias. Contudo, advertiu que a integração latino-americana não será possível "enquanto dependa de governos oligárquicos e ilegítimos, alheios aos imperativos da justiça social".

"Os senhores das finanças mundiais parecem imaginar que o nosso continente pode viver sob contínua recessão até o fim da década, estendendo o desemprego até o fim do século", sublinhou.

Guimarães exortou a repelir os "termos infames do FMI" e empreender novas negociações, seguindo o exemplo dos governos democráticos da Argentina e Venezuela que procuram "condições de pagamento compatíveis com a preservação da economia".

coleção
SABER

CULTURA NÃO É SÓ LITERATURA



O Audiovisual

Jean-Jacques Matras

Nascimento e vida dos sistemas audiovisuais. Os seus aspectos políticos e económicos. O seu conteúdo. Os videogramas. A teledistribuição.



As Grandes Etapas do Progresso Técnico

Maurice Daumas

A revolução das técnicas através dos séculos. Um livro para todos quantos querem compreender a prodigiosa aventura humana.

História do Teatro

Robert Pignarre

Dos primórdios até aos nossos dias, um livro fascinante onde se conta a história do Teatro. Uma obra obrigatória.



A Biofísica

Jean Hladik

A Biofísica é uma ciência recente. Este livro enquadra-a nas quatro famílias clássicas das ciências e desvenda-nos as suas aplicações no campo da medicina e da terapêutica.



Os Direitos do Homem

Jacques Mourgeon

Uma abordagem jurídica, sociológica, histórica e política dos Direitos do Homem. Uma edição em que é tida em conta a legislação portuguesa.



Introdução à Teoria das Probabilidades

Gustavo de Castro

As subtilidades da teoria do acaso. Uma obra que interessa àqueles para quem a matemática é profissão ou fonte de diversão, bem como a todos quantos gostam de jogos de azar.



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

África Austral, um passo para a paz

Depois de quase oito anos de guerra não declarada contra os seus vizinhos, a África do Sul resolveu falar de paz e coexistência. A mudança formalizada no início do ano despertou inicialmente cepticismo, depois surpresa, passou pela dúvida e alcançou a fase da expectativa. Foi uma viragem de posição muito radical e excessivamente rápida para ser aceite de imediato, sem restrições. Mas Angola e Moçambique resolveram correr o risco, mesmo após uma série de reuniões anteriores com representantes da África do Sul sem resultados positivos. Em poucas semanas, a partir de Janeiro último, sucederam-se contactos de alto nível, visitas e acordos que pela primeira vez desde 1975 apontam na direcção de um degelo nas tensões militares na África Austral. Para o governo de Moçambique o início das conversações provocou de imediato um alívio na dramática luta pela sobrevivência diante das agressões sul-africanas directas, das sabotagens promovidas por grupos terroristas subsidiados pelo *apartheid*, dos efeitos do bloqueio económico promovido por Pretória, das consequências da pior seca desta década no sul da África e da pesada herança deixada pelo colonialismo na estrutura económica do país, que além de Portugal, dependia e ainda depende estreitamente da África do Sul. Para Angola, o desanuviamento regional representa a possibilidade de reduzir o estado de

guerra ao longo da fronteira da Namíbia onde os bombardeamentos e invasões sul-africanas sepultaram custosos projectos socio-económicos avaliados em quase dez mil milhões de dólares, além de obrigarem o país a dedicar cerca de 50% dos seus recursos para uma guerra provocada por um vizinho agressivo. Angola poderá também recuperar territórios ocupados por tropas *afrikaaners*.

A África do Sul, por seu lado, já não pode mais ocultar os sinais de desgaste provocados pelas agressões aos vizinhos, nem os reveses sofridos na tentativa de manter a anacrónica ideia de que existem raças superiores. Os *afrikaaners* que se consideravam imunes à deterioração das relações sociais e capazes de manter indefinidamente a sua ideia de supremacia, foram obrigados a admitir que o seu "paraíso" enfrenta a pior recessão económica dos últimos 50 anos. Uma recessão que já não suporta mais a intransigência total das leis do *apartheid* e muito menos uma guerra expansionista em busca de "fronteiras seguras." Mas o dilema da sociedade *afrikaaner* é ainda mais amplo. Trata-se de saber como deixará a República de ser a última potência colonial branca no continente negro. A questão da Namíbia, uma ex-colónia alemã que a África do Sul ganhou de presente após a Primeira Guerra Mundial e nunca mais abandonou, é o problema-chave em todo o

novo contexto surgido na África Austral a partir de Dezembro último. Enquanto o território, que no passado se chamou África do Sudoeste, não ficar independente, a região continuará em conflito. E não se trata de uma independência qualquer, nem de soluções híbridas do tipo Muzorewa, tentadas sem sucesso pelos brancos na antiga Rodésia, hoje Zimbabwe.

A única solução duradoura para a questão da Namíbia existe desde 1978 e foi dada pelo Conselho de Segurança da ONU, através da resolução 435. Ela prevê, no essencial, o sistema de um homem um voto, num pleito directo sob supervisão internacional. A 435 continua de pé, mas ignorada tanto pela África do Sul como pelos Estados Unidos e com a cumplicidade de governos europeus ocidentais. Esta resolução foi congelada porque através dela a SWAPO, o Movimento de Libertação da Namíbia fundado há 24 anos e reconhecido até pela ONU como o legítimo representante do povo da Namíbia, chegaria tranquilamente ao poder com mais de 50% dos votos.

Até agora, os brancos sul-africanos acreditavam que seria possível derrotar a SWAPO e sepultar o ideal de liberdade e independência dos patriotas namibios. As transnacionais mineiras instaladas no território também se consideravam isentas de prestações de contas perante os donos legítimos da ex-colónia alemã. Para elas tratava-se de tirar o mais possível de urânio, cobalto, diamantes, ferro e níquel para abastecer reactores atómicos e altos fornos na Europa e nos Estados Unidos. Até agora os descendentes de colonos alemães e os novos colonos de origem *afrikaaner* não sentiam o menor escrúpulo em inventar as mais variadas fórmulas, em geral abençoadas por Pretória, visando criar no território administrações que pudessem ser uma alternativa para a SWAPO. Houve a fracassada

experiência da Aliança Democrática Turnhalle que naufragou por falta de representatividade, e divergências e personalismos entre dirigentes brancos e chefes tribais corrompidos pela administração colonial. A partir do ano passado, a África do Sul passou a estimular a criação de um novo organismo, a Conferência Multipartidária, que até agora não conseguiu sequer estabelecer uma unidade interna.

O dirigente máximo da SWAPO, Sam Nujoma, propôs conversações directas com o governo de Pretória sobre o futuro da Namíbia, ao mesmo tempo em que revelava que um eventual acordo entre a África do Sul e Angola não significava automaticamente o fim da luta de libertação contra a ocupação colonial no seu país. O primeiro-ministro P. W. Botha, por seu lado, queru que Angola, a UNITA, e a Conferência Multipartidária também participem nas negociações, numa proposta que obviamente não conta com as simpatias nem de Luanda nem da SWAPO. Diante do impasse há informações de que Pretória proporia a mediação dos Estados Unidos, enquanto a SWAPO exigiria a participação das Nações Unidas. De qualquer maneira, o processo de negociação sobre o futuro da Namíbia será longo. Algumas fontes falam mesmo em sete meses, prazo que interessaria ao presidente Ronald Reagan, tendo em vista as eleições presidenciais de Novembro nos Estados Unidos.

A retirada das tropas sul-africanas, o cessar-fogo ao longo da fronteira com a Namíbia (se concretizados) e a criação de mecanismos bilaterais para vigiar a trégua representam para Angola um avanço considerável no sentido da defesa da sua soberania e da reconstrução nacional. Mas a paz definitiva só virá depois de a Namíbia se tornar independente com um governo livremente eleito pelo seu povo. Todas as manobras

desestabilizadoras promovidas nos últimos oito anos pela África do Sul provaram-se infrutíferas. Pretória partia do pressuposto de que a SWAPO só existia por causa do apoio angolano, e que enfraquecendo o governo do MPLA-Partido do Trabalho através de invasões e das sabotagens da UNITA, o problema da Namíbia ficaria mais fácil de ser resolvido. Hoje P. W. Botha reconhece o fracasso desta estratégia, porque apesar de provocar sérias dificuldades a Angola, o governo de Luanda não se rendeu, a SWAPO não sucumbiu e os próprios sul-africanos constatarem a impossibilidade de vencer militarmente os angolanos. Agora trata-se de salvar o que for possível da ocupação colonial.

No caso de Moçambique, os *afrikaaners* acreditavam que o crescimento dos últimos anos do Congresso Nacional Africano (ANC), a maior e mais antiga organização anti-racista da África do Sul, resultava — principalmente — do apoio recebido dos dirigentes do governo de Maputo. A estratégia escolhida em 1975 foi a de desestabilizar o governo da FRELIMO prevenindo que com isto os problemas internos com o ANC ficassem reduzidos. Mas a exemplo de Angola, também esta política agressiva em relação a Moçambique não deu certo. Mesmo suportando dificuldades enormes por causa de ataques directos e sabotagens de grupos contra-revolucionários, a FRELIMO consolidou-se no governo e o ANC não deixou de crescer. Em grande medida, a estratégia sul-africana também foi anulada pelo avanço da unidade regional no plano político e económico, através da organização dos Países da Linha de Frente (Angola, Moçambique, Zimbabwe, Botswana, Zâmbia e Tanzânia) e da Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC — formada por Angola, Zâmbia, Zimbabwe, Moçambique, Botswana, Lesoto e Malawi). Estas

duas organizações lograram uma coordenação das acções diplomáticas e da luta contra a dependência económica da África do Sul, tornando possível uma soma de esforços capaz de superar as dificuldades e prejuízos materiais causados pela estratégia de desestabilização promovida por Pretória.

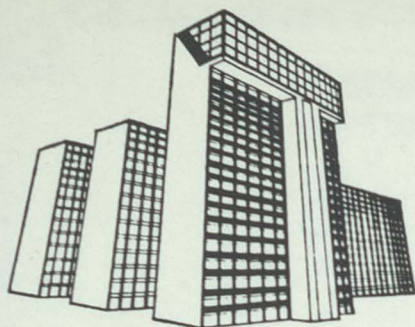
O restabelecimento dos contactos de alto nível entre os dois países e a possibilidade de que as relações económicas sejam normalizadas, são bem mais concretos do que no caso angolano. Mas mesmo assim estarão sujeitas a possíveis perturbações futuras, e até mesmo a um eventual colapso, se as tensões raciais no interior da África do Sul se agravarem, o que é previsível e quase inevitável.

Assim, o degelo agora iniciado representa um inegável alívio para os governos de Angola e Moçambique, com repercussões também no Lesoto, Zâmbia e Zimbabwe. Poderia até falar-se em vitória para estes governos nacionalistas se não existissem ainda problemas como o da Namíbia e do próprio *apartheid* de solução a mais longo prazo. Só depois disto é que estará assegurada a pacificação definitiva da África Austral, através do fim das hegemonias coloniais e das supremacias raciais.

O fracasso da estratégia desestabilizadora reduz a margem de manobra do Partido Nacional, no poder na África do Sul desde 1948. Já não será mais possível lançar sobre os países vizinhos a culpa pela resistência dos negros contra o racismo dos *afrikaaners*. A minoria branca terá que reavaliar a sua posição, encarando de frente o problema do *apartheid* como um assunto exclusivamente doméstico. Será um processo traumático e muito provavelmente longo. Mas deve terminar com a mesma lição aprendida por Hitler: a de que não existem raças superiores, nem privilégios eternos.

80 anos ao serviço do progresso

RA



CONSTRUÇÕES INTERCONTINENTAIS, LDA.

Construção civil e industrial

**Fornecimento de quadros técnicos
e mão-de-obra especializada**

**Agentes comerciais de compra e venda
(representações)**

**Importação e exportação
de quaisquer produtos ou serviços**

Administração

Departamento Internacional:

R. António Enes, N.º 16-3.º/D

1000 LISBOA - PORTUGAL

Telefones: 54 04 73 - 57 50 23 - 57 50 46

Telex: 64640 CONIPA P

Fábricas:

Brejo do Lobo

2870 MONTIJO - PORTUGAL

ÁFRICA AUSTRAL

A hora da negociação

Angop



José E. dos Santos
— Angola



Pieter Botha
— África do Sul



Carlos Callado

Samora Machel
— Moçambique

Depois de um longo processo que durou aproximadamente 18 meses, Angola e Moçambique chegaram nas últimas semanas a acordos com a África do Sul envolvendo um cessar-fogo ao longo das respectivas fronteiras. As negociações abrem novas perspectivas para a situação dos países da África Austral, uma região que escorregava perigosamente em direcção a um conflito de larga escala. Apesar disso, os acordos alcançados recentemente não garantem uma pacificação completa. Questões como a independência da Namíbia e a do *apartheid* continuam sem solução, podendo a qualquer momento reacender o rastilho da guerra. A nova realidade da África Austral alivia as pressões bélicas sobre Angola e Moçambique, que podem agora dedicar-se mais ao seu desenvolvimento económico. Mas levanta ao mesmo tempo uma série de indagações sobre o relacionamento futuro entre os vários países e movimentos anti-racistas da área. O

processo de reavaliação política de alianças e confrontos começa apenas agora. Nesta reportagem especial, os nossos correspondentes e analistas mostram o que deu origem às negociações e que consequências elas podem ter.

Negociando com um pé atrás

O governo angolano aprofunda os contactos com a África do Sul, sem no entanto "baixar a guarda".

João Melo *

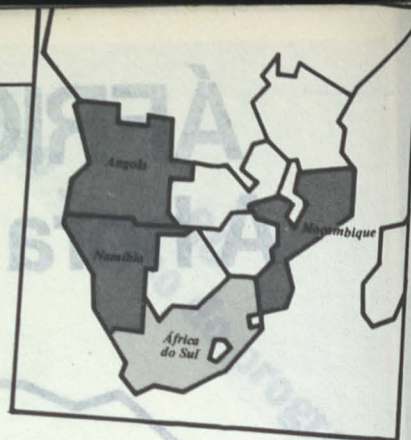
O acordo assinado no dia 16 de Fevereiro passado, em Lusaka, capital da Zâmbia, entre os governos angolano e sul-africano, no sentido de uma total interrupção de hostilidades no sul de Angola, talvez tenha colhido de surpresa muitos observadores pela rapidez com que ocorreu. Essa surpresa, porém, não pode ser substituída por um optimismo exagerado, pois os caminhos da paz na África Austral ainda não estão claros, devido ao simples facto de a África do Sul não ter, até agora, dado garantias absolutas acerca das suas reais intenções.

Segundo o comunicado conjunto divulgado no final do encontro tripartido de Lusaka (foi noticiado na altura que uma delegação dos Estados Unidos também participou das conversações), ficou decidido constituir uma comissão militar conjunta angolano-sul-africana, "para implementar o processo de desocupação do sul de Angola e detectar, investigar e informar qualquer violação dos compromissos de ambas as partes".

O comunicado acrescenta que a tarefa da comissão conjunta, nas semanas seguintes, seria a de "contribuir para o êxito completo do processo de desocupação e estabelecer, por outro lado, um cessar efectivo das hostilidades".

Uma semana depois, em Luanda, o chefe da delegação angolana às conversações de Lusaka, tenente-coronel Alexandre Rodrigues (Kito), em conferência de imprensa, fornecia alguns dados precisos acerca do acordo obtido com as autoridades de Pretória.

Assim, e conforme declarou, a África do Sul consentiu em retirar os seus efectivos militares das



áreas angolanas ocupadas pela força desde 1981, enquanto Angola dispôs-se a interditar as movimentações dos guerrilheiros da SWAPO e das unidades cubanas no interior das citadas áreas. Um prazo de quatro semanas foi previsto para a retirada total dos soldados sul-africanos do território angolano. Essa retirada será supervisionada pela comissão conjunta e, à medida que ela se for materializando, unidades angolanas passarão a ocupar as posições abandonadas pelo exército de Pretória.

O dirigente angolano revelou que, durante o encontro efectuado na capital zambiana, Angola manifestou a sua preocupação pela presença de grupos da UNITA (quatro batalhões, segundo algumas fontes) nas zonas desocupadas, o que, sublinhou, "só é possível dada a protecção que eles têm das forças sul-africanas". Acrescentou que Pretória tem evitado dar garantias formais de que interromperá o seu apoio à UNITA. Porém, mostrou-se convencido de que a interrupção dessa ajuda será um corolário lógico do andamento positivo da comissão conjunta e da retirada sul-africana de Angola, o que, disse, "vai culminar com a aplicação da Resolução 435" das Nações Unidas**.

Alexandre Rodrigues declarou ainda que, em Lusaka, não foi discutido o chamado "problema cubano" e reiterou as quatro condições colocadas pela República Popular de Angola para reexaminar com o governo de Havana um novo plano de retirada gradual das suas tropas (ver caixa "Declaração conjunta Angola-Cuba").

** A Resolução 435 foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU em Setembro de 1978, seguindo as instruções contidas num relatório elaborado pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim. A resolução prevê: cessar-fogo e desmobilização das várias forças armadas envolvidas no conflito; realização de eleições livres para uma assembleia constituinte, amnistia geral e fim das leis do *apartheid*; elaboração de uma constituição; e independência total. As eleições e o cessar-fogo seriam supervisionados pela ONU.

* O autor é chefe da secção de Informação Internacional da Angop.

Posição de força

Angola partiu para o encontro de Lusaka numa posição de força relativa, reconhecida inclusive por numerosos observadores ocidentais.

A partir de Setembro do ano passado, o exército angolano iniciou uma ofensiva generalizada contra os grupos da UNITA, a qual tem tido frutos notáveis. Por outro lado, na sua última grande incursão contra o território angolano (Dezembro de 1983), Pretória foi, na prática, derrotada militarmente: além de não ter conseguido os seus objectivos (expandir as áreas ocupadas), perdeu numeroso material bélico, inclusive uma dezena de aviões, e sofreu importantes baixas humanas. Apesar do enorme controlo que as autoridades sul-africanas exercem sobre as informações militares, não podem impedir que esses factos contribuam para a degradação da sua imagem na opinião pública nacional.

As crescentes dificuldades experimentadas pelo exército sul-africano nos seus confrontos com as unidades angolanas, acrescentem-se os problemas económicos causados ao governo de Pretória não só por um conflito militar que dura desde 1975, mas também pela maior seca que jamais afectou o país.

Segundo certas fontes, quem estava interessado na urgência das conversações eram as autoridades sul-africanas e norte-americanas. Incapazes de destruir militarmente o governo de Luanda e diante da firmeza demonstrada por este último no terreno diplomático, com êxitos visíveis (veja-se a condenação praticamente universal do *linkage*, assim como as duas resoluções adoptadas no início de 1984 pelo Conselho de Segurança da ONU em relação à África do Sul), Washington e Pretória decidiram apressar as conversações, a fim de impedir a consolidação, cada vez maior, das posições de Angola. A essa decisão não esteve também alheio, por certo, o receio causado pelo compromisso público da URSS e de Cuba, na reunião tripartida com a RPA, em Moscovo, no sentido de reforçarem a capacidade defensiva desse país (Janeiro do corrente ano).

Resposta clara de Angola

Todos esses factores levaram a maioria dos analistas da situação na África Austral a considerar que a carta do governo sul-africano ao secretário-geral das Nações Unidas, anunciando um cessar-fogo unilateral a partir de 31 de Janeiro, constituiu uma tentativa de "atirar a bola" para o campo angolano. Por outro lado, e tendo em conta o rápido desenvolvimento que atingiram as conversações com outro país da área — Moçambique —, é prová-



O angolano "Kito" Rodrigues e o sul-africano "Pik" Botha

vel que os governantes sul-africanos tenham caído na tentação de apanhar Luanda na seguinte armadilha: ou recusar-se a negociar, dando, portanto, a impressão de não estar interessada na paz, ou negociar, abdicando de certos princípios que desde sempre vinha defendendo.

A resposta de Angola foi clara: o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, fez saber que o seu governo estava pronto para se sentar à mesa com representantes sul-africanos, desde que a SWAPO concordasse com a ideia do cessar-fogo e as conversações com Pretória constituíssem o primeiro passo para a aplicação da Resolução 435 sobre a Namíbia. Obtidos esses acordos, os dirigentes angolanos partiram para Lusaka perfeitamente tranquilos e moralizados.

A jogada norte-americana

Em todo este processo, os Estados Unidos levam a cabo uma clara tentativa de passar por mediadores bem-intencionados.

Ronald Reagan, em plena campanha eleitoral, necessita de um sucesso em política externa que faça o público norte-americano esquecer os fracassos clamorosos noutras partes do globo, particularmente no Líbano.

É praticamente impossível impedir que os Estados Unidos tirem dividendos, pelo menos propagandísticos, da actual situação criada depois de 16 de Fevereiro. Seja como for, os dirigentes angolanos não abdicam das suas posições políticas em relação à administração norte-americana.

Assim, no encontro de Lusaka, Angola recusou-se a aceitar a participação de observadores dos

EUA nos trabalhos da comissão militar conjunta, em especial se esses trabalhos decorrerem em território angolano. Indagado, em Luanda, sobre essa questão, Alexandre Rodrigues disse que não fazia sentido a presença de representantes oficiais norte-americanos dentro de um país cujo governo ainda não foi reconhecido por Washington.

Quanto à possibilidade da Casa Branca acelerar esse reconhecimento, na sequência do processo de diálogo ora iniciado na África Austral, Kito declarou: "Nós não estamos apressados. Para fazer a nossa política, nós não temos necessidade desse reconhecimento. No entanto, a nossa política, de relacionamento com todos os povos amantes da paz, é conhecida". Acrescentou que Angola não

aceita quaisquer condições prévias para que esse reconhecimento seja efectivado. "O nosso país não mendiga o seu reconhecimento pelos Estados Unidos", sublinhou.

Note-se que, segundo nos confidenciaram algumas fontes, os Estados Unidos teriam modificado ligeiramente, nos últimos meses, a sua posição em relação ao *linkage* (princípio que liga a independência da Namíbia à retirada dos cubanos de Angola). Suavizando a sua linguagem, teriam manifestado a sua concordância com o ponto de vista angolano, segundo o qual a presença das tropas cubanas é uma questão bilateral, entre Luanda e Havana, mantendo, porém, a opinião (e não a exigência) de que essa presença seria um obstáculo à acei-

Uma proposta pouco séria

☐ O governo de Pretória tornou pública, no dia 11 de Março (menos de um mês depois do acordo de Lusaka), uma proposta sobre o problema namibiano, cujo conteúdo veio reforçar não só algumas análises feitas nestas páginas, mas sobretudo as reservas da República Popular de Angola em relação à seriedade de negócios da África do Sul.

Efectivamente, o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, num comunicado divulgado na Cidade do Cabo, propôs a realização de uma conferência internacional sobre a Namíbia, com as seguintes presenças, que ele considerou "partes envolvidas" na questão namibiana: África do Sul, Angola, SWAPO, partidos internos existentes na Namíbia e a organização contra-revolucionária angolana UNITA.

Botha rejeitou implicitamente, por outro lado, qualquer possibilidade de negociação de um cessar-fogo com a SWAPO, pois — disse ele — "a África do Sul não declarou guerra a nenhum partido do território". (A agência *Angop*, comentando essas afirmações, perguntou se os comandos sul-africanos já se esqueceram que sempre justificaram as suas agressões contra Angola como perseguições aos guerrilheiros da SWAPO.)

Angola refutou pronta e claramente essas propostas apresentadas por Pretória. Menos de 24 horas depois do respectivo anúncio, o Ministério angolano dos Negócios Estrangeiros, fez saber, por um lado, que a RPA jamais participará numa conferência sobre a Namíbia nos moldes delinea-

dos por "Pik" Botha e, por outro, que o partido e governo angolanos rejeitam totalmente toda e qualquer hipótese de diálogo com a chamada UNITA.

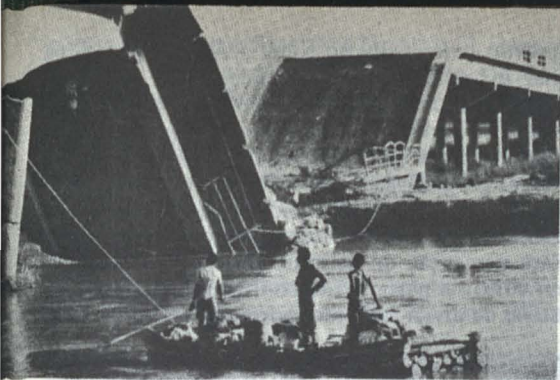
"É importante destacar", diz o comunicado angolano, "que as partes envolvidas no conflito namibiano são a SWAPO e a África do Sul e não a República Popular de Angola".

Acrescenta o comunicado: "(...) Uma conferência sobre a Namíbia só poderá ter sentido se ela se realizar sob os auspícios do Secretariado-Geral da ONU e no âmbito do estudo e do estabelecimento das modalidades tendentes à implementação da Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, sem quaisquer considerações estranhas ao seu conteúdo".

O Ministério angolano dos Negócios Estrangeiros definiu, igualmente, que a RPA poderia participar eventualmente numa conferência desse tipo (organizada pela ONU) apenas dentro do "quadro unitário" dos países da Linha de Frente e tão só como "observador" (o que já aconteceu, note-se, em 1981, quando da conferência de Genebra, boicotada precisamente por Pretória).

A respeito da inclusão da UNITA numa reunião sobre a Namíbia, diz o comunicado: "O Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e o governo da República Popular de Angola rejeitam categoricamente todo e qualquer diálogo ou negociação com o bando de criminosos e traidores angolanos a soldo do regime de Pretória, o qual pretende, em vão, legitimar o referido bando".

Em suma, o Ministério dos Negócios Estrangeiros angolano sublinha, no seu comunicado, que "os propósitos assim enunciados pelo governo sul-africano não só contrariam o espírito dos compromissos de Lusaka, como tenderão a comprometer o processo ora desencadeado, o que põe em causa a seriedade do engajamento e a credibilidade do regime de Pretória". (João Melo)



As marcas da guerra no ar e em terra, na província do Cunene (à dir.) e em N'Gunza (à esq.)

tação, por parte de Pretória, da Resolução 435.

De toda forma, os dirigentes angolanos não escondem as suas cautelas em relação à sinceridade e boa-fé das autoridades norte-americanas. Como comentava a agência de notícias oficial do país, (*Angop*), um dia depois do início das conversações de Lusaka, "o governo norte-americano é parte interessada na solução do conflito namibiano, e por isso não pode representar um papel neutro".

"A SWAPO está de acordo"

É indubitável que o acordo de Lusaka limita parcialmente a acção militar da SWAPO. Os próprios dirigentes angolanos são os primeiros a reconhecer-lo. Mas o citado acordo foi obtido depois de consultas mútuas entre Angola e a organização nacionalista namibiana, tendo em conta o seu propósito comum: criar um clima de paz propício à aplicação da Resolução 435 (*ver caixa "Uma proposta pouco séria"*).

No dia 25 de Fevereiro, o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, confirmou em Nova Iorque que a sua organização estava de acordo com o entendimento alcançado entre as autoridades angolanas e sul-africanas.

Mais recentemente, no decurso da 40ª sessão da Conferência de Ministros da Organização de Unidade Africana (OUA), o representante da SWAPO, Peter Mueshinhanga, considerou que o processo de independência da Namíbia está ligado à retirada de Angola das tropas do regime de Pretória. Depois de ter manifestado a sua plena certeza de que Angola continuará a apoiar a SWAPO, concluiu: "Os propósitos angolanos e namibianos são comuns".

Ao mesmo tempo, a SWAPO tem manifestado a sua disposição de continuar a luta armada até alcançar a independência da Namíbia. Essas duas posições aparentemente são contraditórias. Porém, na verdade, o recente acordo entre Angola e África do Sul apenas prevê o fim das hostilidades no interior do território angolano até agora ocupado militar-

mente por Pretória (toda a faixa sul do rio Cunene). Não houve acordo de cessar-fogo na Namíbia. Portanto, nada mais legítimo para a SWAPO do que prosseguir a luta dentro do território namibiano, até que a África do Sul aceite as conversações directas já propostas pela referida organização nacionalista.

Aliás, alguns observadores fazem notar que a luta armada levada a cabo pela SWAPO é anterior à independência de Angola, quando esse movimento ainda não podia dispor de centros de trânsito em território angolano. Como disse Sam Nujoma numa conferência de imprensa em Londres: "A SWAPO luta por si própria dentro da Namíbia".

Incompreensão ou intriga?

Determinados meios de comunicação mal avisados, principalmente africanos, manifestaram, nos primeiros dias depois do acordo de Lusaka, a sua incompreensão no que se refere à natureza e às implicações do mesmo. Curiosamente, a imprensa de alguns países cuja solidariedade para com os Estados da Linha da Frente foi sempre pouco menos que fictícia, não hesitou em vir à arena insinuar um hipotético relaxamento e mesmo abandono do apoio prestado pelos referidos Estados (nomeadamente Angola e Moçambique) aos movimentos de libertação da África Austral.

Nos círculos jornalísticos angolanos e moçambicanos, essas insinuações são consideradas, pelo menos, uma demonstração de cinismo. Há mesmo quem receie, inclusive, que elas façam parte de uma tentativa de intriga e de divisão dos países africanos inspirada por Washington e Pretória.

O representante da SWAPO para a África Ocidental, Eddy Amkongo, teve a oportunidade de comentar essas atitudes, em Dacar: "É com pesar que nós constatamos que certos meios de informação da África independente acreditam nessas manobras, a ponto de criticarem, sem analisá-las correctamente, as acções deste ou daquele movimento de libertação ou Estado da Linha da Frente.

Nós achamos que essa atitude é muito prejudicial para os objectivos africanos”.

Por sua vez, o secretário-geral do ANC, Alfred Nzo, em entrevista concedida no Zimbabwe, qualificou as conversações que Angola e Moçambique mantêm com a África do Sul de “contribuição importante para a salvaguarda da paz na África Austral”. (ver nesta edição “As razões do acordo”).

Nos círculos oficiais angolanos, sublinha-se que, na história, existem numerosos exemplos da importância das negociações políticas em tempo de guerra. A ideia de base prevalecente é que todas as iniciativas que visem criar um estado de espírito propício à solução do problema namibiano devem ser aproveitadas.

Como que corroborando esse ponto de vista, a recente sessão do Conselho de Ministros da OUA

aprovou uma resolução sobre a África Austral, na qual expressa a sua “compreensão e simpatia” pelos esforços desenvolvidos por Angola e Moçambique, no sentido de contribuírem para uma “solução duradoura” para a grave situação que prevalece na área geográfica em que estão inseridos.

Com essa resolução, pode-se dizer que os responsáveis políticos africanos demonstraram a sua clara percepção do delicado processo actualmente em curso na parte sul do continente. Todas as tentativas de dividi-los serão, portanto, vãs.

O próximo passo

Ao ser escrito este artigo, mantinha-se a presença de tropas sul-africanas em território angolano, embora já se tivessem iniciado algumas movimentações.

Herói da SWAPO pede unidade

☐ No dia 1 de Março, milhares de pessoas aglomeraram-se em torno de uma casa modesta no subúrbio de Katatura, perto de Windhoek, capital da Namíbia. Eram parentes, amigos e admiradores de Herman Toivo ja Toivo, um dos homens que se transformaram em símbolos da resistência contra a ocupação sul-africana. Toivo fora libertado no dia anterior depois de passar 16 anos na prisão de Robben Island, onde estão detidos todos os principais líderes da guerra de libertação da Namíbia e os dirigentes da luta contra o racismo na África do Sul.

Fundador da SWAPO em 1960, foi professor antes de se tornar activista da luta de libertação nacional na Namíbia. Em 1966, Toivo foi preso e, no ano seguinte, condenado a 20 anos de prisão. Durante o seu julgamento, ele pronunciou um discurso que se transformou num dos textos básicos de todos os nacionalistas do seu país: “Nós somos namibianos, não somos sul-africanos. Nós não reconhecemos agora, e nem no futuro, o direito dos brancos fazerem as nossas leis sem nos consultar, de nos governarem sem o nosso consentimento, de tratarem o nosso país como propriedade privada e a nós como servos”.

Em 1976, Herman Toivo ja Toivo, hoje com 59 anos, recusou uma proposta de amnistia em troca de um rompimento público com a SWAPO. A proposta havia sido feita pelo governo sul-africano na tentativa de explorar antigas divergências de Toivo com o actual líder da SWAPO, Sam Nujoma, a propósito do início da luta armada. Na época, o ex-prisioneiro de Robben Island achava que não havia condições de êxito face à desigualdade de forças.



Herman Toivo ja Toivo (ao lado, em cima), depois de solto, pediu a união da SWAPO em torno de Sam Nujoma (abaixo)



Mas na sua primeira entrevista logo depois de ser solto, Toivo disse ao jornal *Windhoek Observer* que “o mais importante agora é a manutenção da unidade” do principal movimento de libertação nacional da Namíbia. Ele mostrou-se também disposto a cooperar com Sam Nujoma com quem já tinha marcado um encontro em meados de Março, num lugar desconhecido. As autoridades sul-africanas não deram qualquer explicação para a libertação antecipada de Toivo.

ções de tropas em direcção à Namíbia. A comissão conjunta angolano-sul-africana já tinha efectuado três sessões, nos dias 16 de Fevereiro (Lusaka) e 25 de Fevereiro e 1 de Março (ambas na localidade angolana de Cuvelai). Das conclusões obtidas nessas reuniões por essa comissão, depende, fundamentalmente, o prolongamento ou não do prazo de quatro semanas previsto para a completa retirada dos efectivos sul-africanos.

Os dirigentes angolanos têm repetido várias vezes, depois do acordo de Lusaka, que este último

tem necessariamente de ser seguido da implementação da Resolução 435 sobre a Namíbia. "Pensamos que esse será o próximo passo", disse, em Luanda, Alexandre Rodrigues. "Caso contrário, não terá sentido restringir a SWAPO, sem que haja um instrumento legal que lhe garanta cessar as suas acções e iniciar um processo de resolução pacífica". Por outro lado, o ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, Paulo Jorge, afirmou ao jornal argelino *El Moudjahid*: "A retirada das tropas sul-africanas de Angola constitui um primeiro passo para

Luanda/Pretória O jogo de pressões

☐ No termo da visita de quatro dias que o presidente angolano efectuou a Cuba (17 de Março último) para conversações com Fidel Castro, foi emitida uma declaração conjunta acerca da situação prevalecente na África Austral após as negociações com o regime de Pretória.

No comunicado, assinado pelos dois Chefes de Estado, é recordada a declaração de 4 de Fevereiro de 1982 entre os ministros dos Negócios Estrangeiros angolano e cubano, Paulo Jorge e Isidoro Malmierca, onde se afirmava que os dois países reiniciariam "por vontade própria e no exercício da sua soberania, a execução da retirada gradual do contingente militar internacionalista cubano logo que forem cumpridos os seguintes requisitos:

1) Retirada unilateral das tropas racistas da África do Sul do território angolano. 2) Aplicação estrita da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, o acesso da Namíbia à sua verdadeira independência e a retirada total das tropas sul-africanas que ocupam ilegalmente este país. 3) A cessação de qualquer acto de agressão directa ou de ameaça de agressão contra a República Popular de Angola, pela parte da África do Sul, dos Estados Unidos da América e dos seus aliados".

Para além destas três condições, lê-se no documento agora emitido, constituirá também uma condição indispensável a cessação de qualquer ajuda à organização contra-revolucionária UNITA pela parte da África do Sul, dos EUA e seus aliados.

No comunicado de Havana, o governo da República Popular de Angola expressa "a infinita gratidão do povo angolano pela ajuda internacionalista do povo cubano há duas décadas, na sua libertação, e testemunha o seu reconhecimento mais fervoroso pela generosidade, sacrifício e he-

roísmo de mais de 150 cubanos e cubanas que passaram pela terra angolana, oferecendo a sua colaboração inestimável, tanto no campo militar como civil para a independência, a integridade territorial e a reconstrução nacional de Angola".

Finalmente, ambos governos "expressam a sua admiração e a sua solidariedade com a luta heróica travada pelos povos da Namíbia e da África do Sul, sob a direcção dos seus únicos representantes legítimos, a SWAPO e o ANC, contra o regime vergonhoso do *apartheid* e reafirmam a sua convicção de que tão repugnante instituição está condenada historicamente a desaparecer".

A delegação angolana chefiada pelo presidente José Eduardo dos Santos integrava os ministros da Defesa e da Agricultura, respectivamente, Pedro Maria Tonha (Pedalé) e Evaristo Domingos (Kimba), ambos do Bureau Político do MPLA-Partido do Trabalho. Pela parte cubana, além de Fidel de Castro, participaram nas conversações, Jorge Risquet, membro do Bureau Político do Partido Comunista Cubano e os generais de divisão Abelardo Colome Ibarra e Leopoldo Frias.

Em resposta à declaração angolano-cubana, o governo de Pretória, numa clara manobra de pressão, ameaçou "recorrer a outras alternativas" caso os cubanos não saiam já de Angola. A África do Sul disse também que não teria condições de aplicar a 435 que prevê a independência da Namíbia. Durante a assinatura do acordo de Lusaka foi previsto que a retirada sul-africana seria feita no prazo de quatro semanas a partir de 16 de Fevereiro. Quando o prazo se esgotou o regresso dos sul-africanos ainda não fora oficialmente confirmado, e os dois países passaram a usar as pressões diplomáticas visando a fixação de uma nova data limite. O comunicado angolano-cubano parte dos princípios acertados na reunião de Lusaka e visa acelerar a retirada sul-africana. A resposta de Pretória procura aparentemente confundir a opinião pública internacional para ganhar mais tempo. A troca de notas mostrou que o desdobramento das negociações entre África do Sul e Angola não será fácil nem rápido.

o cessar-fogo entre a África do Sul e a SWAPO, antes de uma redução gradual das forças sul-africanas na Namíbia, a qual deve preceder à realização de eleições nesse território com vista à sua independência”.

Passar das palavras aos actos

É necessário acentuar que o comunicado conjunto publicado depois do acordo obtido na capital zambiana declara textualmente: “(...) O encontro de Lusaka constitui um passo importante e construtivo para a solução pacífica dos problemas da região, incluindo a implementação da Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas”.

A África do Sul, ao aceitar a inclusão no comunicado da referência à Resolução 435, comprometeu-se, perante a opinião pública mundial, a respeitá-la. Resta saber, simplesmente, se ela está disposta a passar das palavras aos actos.

Os dirigentes angolanos consideram muito difícil saber até que ponto o governo de Pretória está resolvido a honrar os seus compromissos. Sabe-se, por exemplo, que Roelof Botha, ministro dos Ne-

gócios Estrangeiros da África do Sul, logo após o seu regresso de Lusaka, não sabia quando poderia ser concretizada a Resolução 435, como se essa concretização não dependesse exclusivamente de Pretória...

As reservas angolanas são igualmente alimentadas pelo facto de a África do Sul não ter ainda abdicado de defender o chamado princípio do *linkage* apesar da subtil modificação dos Estados Unidos a esse respeito, já citada no presente artigo. Do mesmo modo, nos corredores diplomáticos, Washington e Pretória não desistiram das suas pressões para englobar a UNITA no processo de negociações em curso na África Austral.

Como comentava recentemente a agência *Angop*, “Angola não pretende uma paz apressada e provisória, na medida das necessidades eleitorais dos seus inimigos”.

Seja como for, a “bola” está agora no campo sul-africano e norte-americano. Os próximos tempos nos dirão se a RAS e os EUA (é difícil dissociá-los, pois o próprio acordo de Lusaka demonstra que a Casa Branca só não exerce o seu poder de dissuasão sobre Pretória porque não quer...) estão verdadeiramente interessados numa paz séria e duradoura na África Austral.



AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º

Telefone 735135

LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

Cooperar e desenvolver

Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

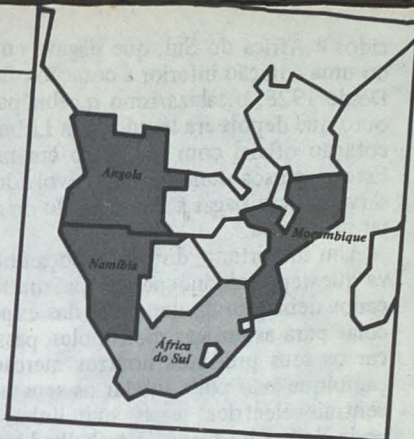
Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

Projecta e implementa

As razões do acordo

A herança colonial, tragédias naturais e agressões levaram a uma negociação que criou agora uma nova, e ainda incerta, relação política entre regimes antagónicos no sul da África.



estas condições indica que Moçambique necessitará durante o ano de 1984 de, no mínimo, um bilião de dólares em novos empréstimos para poder cobrir os 300 milhões da dívida que vencem até Dezembro e o défice na balança comercial que nos últimos dois anos foi da ordem de 716 milhões de dólares.

Levando em conta as actuais condições do mercado financeiro internacional, onde os governos e os bancos estão cada dia mais resistentes a pedidos de novos empréstimos, é possível chegar-se à conclusão de que o governo do Maputo terá muitas dificuldades para obter no mercado internacional os recursos que necessita para sobreviver.

A herança colonial

Nos quase cinco séculos de hegemonia lusitana, os colonizadores organizaram a economia de Moçambique não a partir das necessidades do próprio país, mas sim em função de nações vizinhas e dos interesses da metrópole. Durante a maior parte do período colonial, as receitas de Moçambique não vieram da exportação de matérias-primas como na maior parte das outras ex-colónias africanas, mas sim da prestação de serviços nomeadamente à África do Sul e à antiga Rodésia. Noventa e quatro por cento de todas as mercadorias que transitavam por caminhos-de-ferro, portos ou estradas de Moçambique iam ou vinham para outros países. Esta estrutura mono-exportadora de serviços pode ser avaliada pela inexistência de comunicações terrestres no sentido norte-sul. Todas as linhas-férrreas e estradas construídas no período colonial eram no sentido leste-oeste, ligando o litoral ao Malawi, ao actual Zimbabwe, ao Transvaal sul-africano, etc,etc.

A colónia portuguesa do Índico também foi organizada de forma a funcionar como exportadora de mão-de-obra para as minas de ouro da África do Sul. No início da década de 70 havia mais de 113 mil moçambicanos trabalhando no exterior. Portugal ficava com 60% do salário dos mineiros forne-

terceiro mundo - 27

Desde a independência, o governo de Moçambique perdeu o equivalente a cinco e meio biliões de dólares em consequência de prejuízos causados por secas ou enchentes, actos de sabotagem, manobras desestabilizadoras por parte da África do Sul, boicote económico e desvalorização dos produtos de exportação do país em comparação com as importações. Esta cifra corresponde a mais de seis vezes o valor de todas as exportações moçambicanas desde 1980 e é oito vezes maior do que todas as receitas do governo em 1983.

Esta situação levou o país a acumular uma dívida externa que em Abril de 1983 estava calculada em cerca de 1,693 bilião de dólares, com pagamentos previstos para 1984 no valor de 302 milhões de dólares, total este que em 1980 deve subir para 550 milhões. Ou seja, este ano, Moçambique terá que pagar apenas em amortizações e juros, 30 milhões de dólares mais do que o país receberá com todas as suas exportações. A soma de todas

Porto do Maputo: um dos potenciais da economia moçambicana



cidos à África do Sul, que pagava em ouro, segundo uma cotação inferior à cotação oficial da época. Desde 1928, o salazarismo recebia pagamentos em ouro que depois era levado para Lisboa e vendido à cotação oficial com um lucro em média de 30%. Estes recursos nunca foram devolvidos à colónia e serviam para pagar a manutenção do aparelho militar salazarista.

Um importante dirigente moçambicano explicava que depois da independência, muitos países africanos deixaram de depender das exportações agrícolas para as antigas metrópoles, passando a oferecer os seus produtos noutros mercados. Mas Moçambique não pode mudar os seus portos, as suas centrais eléctricas e as suas linhas-férrreas. Nem pode deixar de fornecer trabalhadores à África do Sul para dirigi-los para outro país.

Outro exemplo de como o colonialismo estruturou a economia de Moçambique em função de dependências externas, está no caso da energia eléctrica da barragem de Cahora Bassa, a maior da África sul-sariana. Toda a energia fornecida pela central hidro-eléctrica era vendida à África do Sul por preços 4,5 vezes menor do que os do mercado,

e Moçambique recomprava os quilowatts que produzia por preços seis vezes mais caros.

A dependência externa

Na época da independência, em Junho de 1975, a agricultura de Moçambique absorvia 75% da mão-de-obra útil do país, que no entanto só produzia alimentos para seu próprio consumo, porque o rendimento das plantações e criações era baixíssimo. Apenas 2% dos moçambicanos trabalhavam na indústria, que por sua vez estava concentrada em apenas duas cidades, a então Lourenço Marques (hoje Maputo) e Beira. Praticamente tudo o que o país consumia era importado e muitos produtos comprados no exterior eram obrigatoriamente adquiridos em Portugal, graças à Lei de Fomento introduzida pelo salazarismo. As receitas originárias das exportações de energia eléctrica, trabalhadores ou da prestação de serviços eram creditadas a Portugal onde as divisas fortes eram transformadas em escudos, obrigando Moçambique a ter que usar apenas a moeda lusitana nas suas transações internacionais.

ESTIMATIVA DOS PREJUÍZOS DIRECTOS E DA REDUÇÃO DE RECEITAS DESDE 1975

Discriminação das acções	Meticais milhões	US Dólares milhões
1. Efeitos da economia colonial devastada pela guerra, distorcida, fortemente dependente e em recessão	n.d.	—
2. Sabotagem económica e abandonos de empresas, equipamento e viaturas dos colonos que abandonaram o país.	n.d.	—
3. Sanções e agressões da Rodésia do Sul, desde Março de 1976 a Fevereiro de 1980	16.479	556
4. Prejuízos de inundações do rio Limpopo e Nkomati em 1977	1.099	34
5. Prejuízos de inundações do rio Zambeze em 1978	2.095	64
6. Efeitos da guerra não-declarada do regime do <i>apartheid</i>	131.986	3.796
6.1. Diminuição do tráfego ferro-portuário de 1975 a 1983	(8.460)	(248)
6.2. Não cumprimento integral pela África do Sul dos acordos sobre trabalhadores mineiros, a partir de Abril de 1978	(91.289)	(2.647)
6.3. Redução do número oficial de mineiros moçambicanos na África do Sul a partir de 1975	(19.252)	(568)
6.4. Agressões directas e por intermédio dos grupos armados pelo regime do <i>apartheid</i> em 1982/83	(12.985)	(333)
7. Prejuízos directos das secas no sul e centro do país em 1982 e 1983	6.200	154
8. Efeitos da subida do preço do petróleo desde 1975	34.069	819
9. Redução nas receitas das exportações em virtude das secas, da deterioração dos termos de troca internacional nos anos 80 a 82 e da acção dos grupos armados pelo regime sul-africano	3.659	131
10. Total	195.587	5.554

Fonte: RPM - Comissão Nacional do Plano
n.d. - Não disponível



A pesada herança colonial dificultou muito a recuperação económica de Moçambique nos anos 80

A herança deixada pelo colonialismo no terreno da saúde e da educação foi ainda mais trágica. Quando a FRELIMO assumiu o poder teve que dedicar imediatamente grandes somas para satisfazer as necessidades da população carente e que depositara na independência todas as suas esperanças de uma melhoria de vida. No final do colonialismo havia um médico para cada 17.349 habitantes e mais da metade dos clínicos e enfermeiros concentrava-se em Lourenço Marques. Em todo o país havia apenas 45 mil casas com água e esgoto. Noventa por cento destas casas estavam nas mãos dos colonos europeus.

No ensino a situação era ainda pior. A taxa de analfabetismo atingia os 93%. Dos 3.800 estudantes universitários só 40 eram negros e apenas cinco mil moçambicanos, numa população total de nove milhões, haviam terminado o ensino secundário. A educação era um luxo inacessível para 79,5% dos moçambicanos que em média ganhavam de 8 a 12 dólares por mês como salário mínimo.

Entre 1973 e 1975, com o agravamento da luta pela independência, os portugueses começaram a desestabilizar a economia da sua colónia. A produção bruta da agricultura e da indústria caiu em 21% e as receitas dos serviços prestados a países vizinhos baixou de 42% do PIB para apenas 30%. A fuga de colonos provocou perdas de 11% na agricultura. A evasão de divisas atingiu a média de 25% das importações no período 73/75 e no momento em que a independência foi alcançada, os novos governantes encontraram nos cofres públicos apenas o equivalente a um milhão de dólares em ouro e divisas fortes. Em Junho de 1975, o rendimento

per capita dos moçambicanos mal chegava a 117 dólares por ano, uma das mais baixas do mundo.

Apesar da fuga em massa dos técnicos portugueses e da destruição de fazendas, granjas avícolas, instalações industriais e até residências pelos colonos que deixaram o país, a produção agrícola começou uma lenta recuperação. Entre 77 e 81, a produção agrária bruta cresceu 8,8%, mas mesmo assim ficou abaixo das necessidades básicas da população. Mais de 35% desta produção era originária da agricultura familiar. E os resultados só não foram maiores devido às enchentes de 77/78 que atingiram principalmente as regiões produtoras de arroz, cana-de-açúcar e gado bovino.

Entre 81 e 82 a situação ficou ainda pior quando a seca passou a atingir as mesmas áreas que haviam sofrido inundações. A isto se somou a acção de grupos armados que passaram a destruir alvos económicos. Todos estes factores provocaram uma queda de 2,4% na produção agrícola em 1982. Na indústria, houve um aumento de 13,7% entre 77 e 81. Mas a partir de 82 verificou-se uma queda de 4,4% devido a problemas nas importações.

A recuperação económica

Na época da independência não havia nenhum levantamento dos recursos minerais do país. Nove anos depois, o governo já tem um levantamento de quase 500 mil quilómetros quadrados. Em 1983 foi assinado o primeiro contrato com uma empresa internacional para prospecção de petróleo em terra na região do rio Rovuma. Também foi feito o le-

**Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.**



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



**uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.**

Consulte:
VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º-Dt.
1000 LISBOA • Portugal
telef. 731123/731323/731423
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estadais:
IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação
EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação
ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda
e da
**COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada**

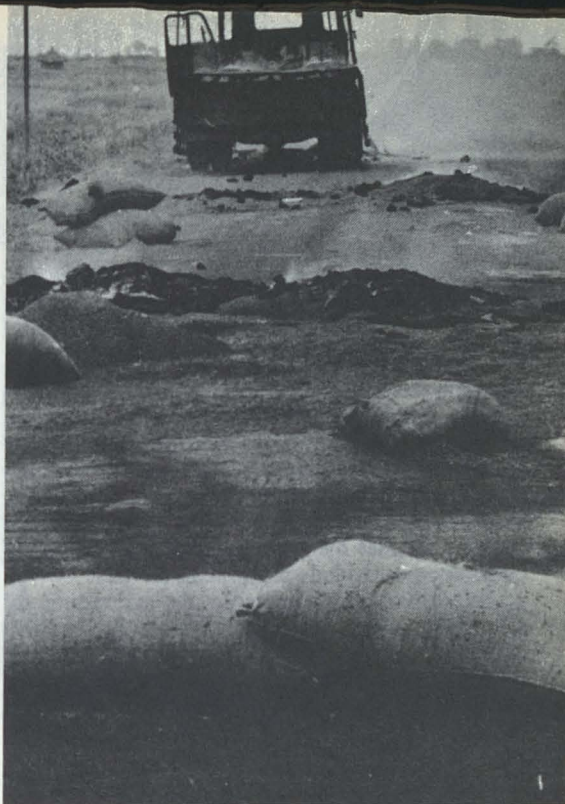
vantamento das reservas de carvão em Moatize onde já são exploradas algumas minas, que não podem aumentar a sua produção devido a estrangulamentos no sistema de transporte. A rede eléctrica interna foi aumentada em mais de mil quilómetros.

No sistema portuário e ferroviário, Moçambique sofreu os efeitos do boicote aprovado pela ONU em 1977 contra o regime separatista de Ian Smith na Rodésia, hoje Zimbabwe. Simultaneamente, a África do Sul começou a desviar o tráfego de mercadorias destinadas ao porto de Maputo para novos portos sul-africanos. O porto da Capital moçambicana movimentou apenas um terço dos totais verificados antes de 1975, reduzindo proporcionalmente as receitas auferidas pelo governo de Maputo. As sanções contra a Rodésia custaram a Moçambique o equivalente a 550 milhões de dólares no período de 76/79. Isto representa quase o total das exportações do país durante dois anos. A comunidade internacional só cobriu 25% destas quebras, o que significa que Moçambique perdeu 410 milhões de dólares ao apoiar os movimentos nacionalistas e anti-racistas que depois vieram a tomar o poder na actual República do Zimbabwe.

Pior do que tudo isto foi o efeito devastador provocado pelo aumento dos preços internacionais dos combustíveis e o subsequente aumento dos produtos manufacturados. O governo da FRELIMO passou a ter de gastar onze vezes mais do que antes de 1975 na importação de todos os combustíveis que consome. Segundo um documento distribuído pela Comissão Nacional do Plano, em 1975 para comprar um camião pesado de transporte eram necessárias 5,3 toneladas de algodão. Seis anos depois era preciso vender 12,9 toneladas de algodão para comprar o mesmo veículo. Em 75, uma tonelada de petróleo bruto custava o equivalente a 174 quilos de açúcar. Em 81 a proporção passou a ser de 639 quilos por tonelada de petróleo.

A agricultura familiar

Em Abril do ano passado, o IV Congresso da FRELIMO decidiu dar ênfase à agricultura familiar como passo estratégico para aumentar a produção de alimentos destinados ao consumo interno. Esta resolução foi baseada na constatação de que o país ainda tem problemas graves no seu auto-abastecimento e que a importação de alimentos em vez de resolver, agrava o desequilíbrio na balança de pagamentos. Antes da independência dizia-se que Moçambique não tinha problemas. Mas segundo importantes funcionários do sector económico, a realidade é que o mercado de alimentos estava restrito a pouco mais de 200 mil pessoas, na sua maioria colonos. Quando veio a independência, este mercado ampliou-se rapidamente para nove milhões, uma vez que a FRELIMO, teve como ob-



A sabotagem da produção agrícola tornou dramática a luta para garantir o fornecimento de alimentos à população urbana de Moçambique

jectivo, desde o começo, eliminar os privilégios coloniais e incorporar toda a população no projecto de desenvolvimento.

Isto colocou à vista de todos os desequilíbrios e discriminações estabelecidos pelos portugueses. A escassez de alimentos passou a ser pública, enquanto antes a fome era disfarçada pela repressão colonialista. Surgiram as bichas e a especulação porque todos passaram a ter iguais condições de procurar alimentação, contrariamente ao período anterior a 75 quando o mercado era discriminatório. Desde a independência e especialmente depois do IV Congresso, a meta prioritária passou a ser o auto-abastecimento. E neste contexto, a agricultura familiar mostrou-se a melhor alternativa, não só porque respeita de alguma forma as tradições do país, como é também a que menos recursos públicos exige.

A estratégia da agricultura familiar visa valorizar directamente o homem do campo que hoje constitui de 80 a 90% da população economicamente activa. O Estado demarca os terrenos, faz o estudo de solos e dá facilidades de crédito, além de fixar preços. É o camponês que escolhe o que vai plantar de acordo com a rentabilidade que deseja e de acordo com o terreno de que dispõe. Den-



James Soulier/Camera Press

O financeiro Harry Oppenheimer quer reformas na política do *apartheid*

tro desta mesma linha de acção o governo pode desactivar empresas estatais no momento em que estas se mostrarem inferiores à propriedade familiar em termos de rentabilidade. Na região do rio Limpopo, por exemplo, na parte mais fértil do país, herdades estatais já foram desmembradas em cinco ou seis unidades menores, que passaram a apresentar uma produtividade muito mais elevada.

O esforço de recuperação da agricultura foi muito prejudicado pelo agravamento da seca que atingiu 4,5 milhões de pessoas, das quais 1,3 milhões em estado crítico. Várias regiões do sul de Moçambique registraram desde 1981, uma ausência quase total de chuvas e noutras deram-se os índices pluviométricos mais baixos dos últimos 30 anos. Os prejuízos causados pela seca são avaliados em 75 milhões de dólares em perdas directas.

Sabotagem sul-africana

No final de 1983, as autoridades moçambicanas começaram também a contabilizar os prejuízos directos provocados pela acção de grupos terroristas apoiados pelo governo sul-africano. Segundo um relatório da Comissão Nacional do Plano, as perdas desde 1982 até Agosto de 83 somaram 334 milhões de dólares, ou seja, o valor das exportações nestes dois anos. A sabotagem promovida pelo regime de Pretória provocou a destruição de 400 estabelecimentos comerciais em 1982 e 500 em 1983. Cerca de 140 aldeias foram arrasadas afectando 140 mil pessoas e quase 500 escolas deixaram de funcionar prejudicando 90 mil alunos.

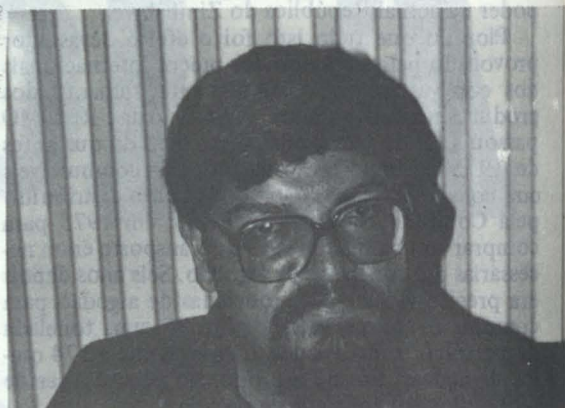
Esta avaliação dos custos da intervenção sul-africana em Moçambique leva em conta apenas os prejuízos directos, pois segundo o governo de Maputo, é praticamente impossível avaliar as perdas provocadas pela paralisação de uma linha ferroviária, pela destruição de um camião ou a eliminação de estoques alimentícios. Isto é: os negócios que deixaram de ser feitos, as horas de trabalho perdidas e os atrasos no processo de alfabetização. Nem podem ser fixados também de forma concreta os prejuízos com a mobilização de pessoal civil para tarefas militares.

32 - terceiro mundo

Além destes entraves de ordem económica, houve da parte dos principais dirigentes da FRELIMO a decisão de partir para uma ofensiva diplomática destinada principalmente a fortalecer a independência do país em matéria de política externa, bem como forçar os governos europeus ocidentais e os Estados Unidos a definições mais claras sobre o *apartheid*. No final de 83, Samora Machel esteve em vários países europeus como Portugal, Inglaterra, França e Holanda. Foi uma viagem política que teve repercussões mesmo dentro da África do Sul. Harry Oppenheimer, o principal industrial mineiro da África do Sul teve uma longa reunião com Machel em Londres, durante a qual manifestou o seu interesse em ampliar os negócios com Moçambique depois de declarar na ocasião ser contrário ao *apartheid*.

A negociação

Durante a sua última viagem ao Brasil, o professor Aquino de Bragança, director do Centro de Es-



Prakash: continuaremos a apoiar o ANC

tudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, visitou a redacção dos *cadernos do terceiro mundo* onde, avaliando os recentes acordos afirmou: "os norte-americanos também constataram pela sua própria experiência que Moçambique não é um país satélite, pelo simples facto de ter optado pelo socialismo". Aquino de Bragança veio ao Brasil acompanhando Prakash Ratilal, governador do Banco de Moçambique e um dos membros da delegação do seu país que participou nas negociações com os sul-africanos.

Comentando algumas análises das agências ocidentais de notícias, Prakash assinalou que não foi feita nenhuma negociação com os sul-africanos envolvendo o Congresso Nacional Africano. "Nós pensamos que esta equação envolvendo trocas é simplista. O Congresso Nacional Africano (ANC)



Aquino de Bragança: "surge uma nova situação na África Austral"

existe há longa data, muito antes da FRELIMO. Seria louco quem pensasse que nós poderíamos acabar com o ANC. Há naturalmente concessões que têm de ser feitas à África do Sul e provavelmente serão feitas. Mas isto não vai implicar a eliminação do ANC, nem a modificação das nossas relações com este movimento".

Para Aquino Bragança "surge hoje uma nova situação na África Austral onde as forças do interior de cada país passam a ter uma primazia sobre os grupos no exterior". Segundo ele, dentro da África do Sul ganham força os movimentos sindicais, políticos e de moradores de núcleos negros cujo papel político, em termos de luta, começa a ter uma importância relevante, fazendo com que o combate ao *apartheid* já não dependa exclusivamente da movimentação política e militar de grupos no exílio. "Este fenómeno novo é também em grande parte uma consequência da luta do MPLA e da FRELIMO. Nós não estamos a negociar com Pretória para liquidar ninguém, nem muito menos o ANC, porque se isto fosse verdade, estaríamos na prática a nos liquidar a nós próprios. Temos um povo para desenvolver. Moçambique tem de estar vivo e de pé para que o ANC continue em Maputo", afirma Aquino Bragança.

Outros influentes membros da FRELIMO afirmam que o acordo tem que ser entendido como fruto de vários elementos, por exemplo o facto de estarem a surgir dentro da África do Sul sectores económicos que embora mantendo o seu apoio ao *establishment* capitalista, aumentam as suas críticas ao *apartheid*. São os reflexos mais visíveis da crise pela qual segundo eles passa a estrutura do sub-sistema capitalista surgido em torno de Pretória. Dirigentes moçambicanos como Aquino Bragança acham que este subsistema está em crise estrutural e que procura adaptar-se para sobreviver. Ele considera, juntamente com o governador do Banco de Moçambique, que estas novas realidades devem ser levadas em conta num processo de reavaliação das forças políticas na África Austral. (Carlos Castilho)

AGERG



GESTÃO E CONSTRUÇÃO, LDA.

av. almirante gago coutinho, 114

1700 lisboa

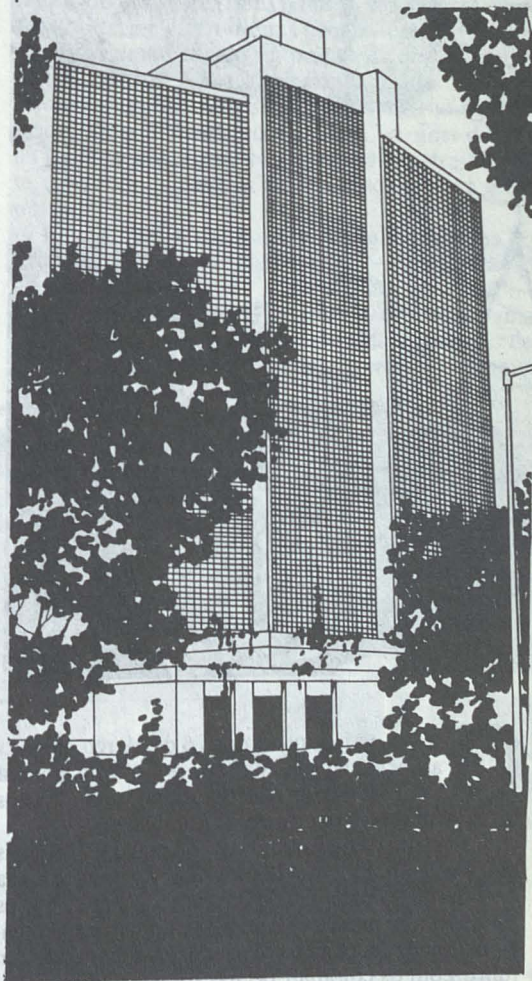
tel. 80 86 49 - 80 75 42

Telex: 18754 AGERG P

HOTEL 4 ESTAÇÕES MAPUTO

- 360 quartos
- Suites
- Sala de congressos VIPS
- Coffee shop. Grill. Lobby Bar
- Piscina. Boite. Sauna. Ténis

A cargo da AGERG
Direcção de Construção
Projecto de execução



África Austral

Em busca da paz

O impasse na linha militarista levou a África do Sul a fazer concessões

Etevaldo Hipólito



O texto assinado no dia 16 de Março entre as autoridades de Maputo e Pretória poderá abrir as portas para se acabar com 20 anos de agressões contra o povo moçambicano.

Conforme salientaram os porta-vozes oficiais em Moçambique, desde o início da luta armada de libertação nacional, desencadeada em 1964, os sul-africanos nunca deixaram de apoiar activamente o regime português. Tropas *boers* combateram junto com os colonialistas nas frentes de Cabo Del-

gado e Niassa. Com a assinatura dos "Acordos de Lusaka", em Setembro de 1974, a guerra assumiu novas características. Desta vez, a ajuda passou para os regimes de Ian Smith e Muzorewa, na então Rodésia. Apenas em 1980, com a independência do Zimbabwe é que este apoio foi suspenso.

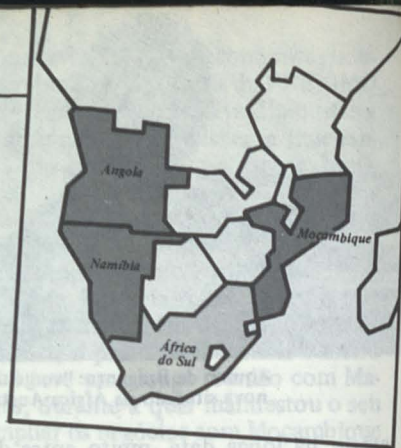
Em seguida a linha dura da África do Sul resolveu actuar através de outros meios: intensificou o recrutamento de renegados da FRELIMO e também de marginais. Desta forma organiza a Resistência Nacional Moçambicana. Devido à política de intimidação aplicada por estes grupos, eles não conseguiram angariar a simpatia da população e tornaram-se, de facto, num destacamento avançado de uma força estrangeira.

Agora, em 1984, Pieter Botha aceita assinar o texto, mas ainda resta acertar algumas arestas antes que o acordo traduza uma nova realidade. Três dias depois da assinatura do "Acordo de Nkomati", a agência moçambicana de notícias, AIM, alertava que o compromisso não estabelecia automaticamente a tranquilidade na região. Ele simplesmente cria condições para a paz ser alcançada a médio prazo, salienta o comentário, que historia as tensas relações mantidas com os *boers* durante duas décadas.

Os pontos críticos que sobreviveram às conversações e à cerimónia pública dizem respeito a situações existentes no interior de ambos os países.

Até armas químicas

Não é segredo para ninguém que, mesmo durante os contactos entre as delegações dos dois governos, os sul-africanos nunca deixaram de fornecer armamento aos bandos contra-revolucionários. As toneladas de material lançado nos últimos tempos contra Moçambique faziam parte de um arsenal que inclui até armas químicas, como chegou a ser constatado na província central de Inhambane. Entre os meses de Outubro e Novembro do ano passado, cápsulas especiais foram utilizadas em lança-



granadas durante os combates, ao mesmo tempo que envenenavam a água e a alimentação nas aldeias vizinhas.

A pressão de tais grupos cresceu muito. Na sessão realizada no dia 8 de Março passado, o governo da província de Sofala afirmava que era necessário colocar todos os recursos disponíveis na eliminação do banditismo. De acordo com o *Diário de Moçambique*, o major-general Marcelino dos Santos, que tem a seu cargo a administração desta província, insistiu que o principal ponto a ser atacado encontra-se na serra de Gorongosa, pois é a partir daí que seriam organizadas operações para todo o país. Outro facto importante é que, ainda nas derradeiras semanas prévias à assinatura do acordo de paz, a província de Maputo foi infiltrada por grupos vindos da África do Sul.

Não seria de estranhar, porém, que a própria África do Sul viesse a interessar-se de alguma forma em conter os bandos por ela criados, treinados e equipados. Pelo menos em sectores onde os seus interesses económicos estejam em jogo. Na série de discussões mantidas em torno da questão de Cahora Bassa a vigilância ao longo das quilométricas linhas de transporte de energia foi enviada para estudo no grupo de segurança (os demais eram de assuntos económicos e turismo). As conversações sobre a exploração conjunta da represa envolveram a delegação de Moçambique, dirigida pelo ministro da Indústria e Energia, Antonio Branco, o vice-ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Louis Nel, e pela parte portuguesa, Antonio de Almeida, titular da secretaria de Estado do Tesouro (ver caixa "Acordo tripartido sobre Cahora Bassa").



Jacinto Veloso (à esq.) e "Pik" Botha

O caso da África do Sul

Isto não que diz respeito à estabilidade de Moçambique. No tocante à África do Sul fica o problema do *apartheid* que, por sua vez, não se esgota no interior de fronteiras geográficas. A vigência de um regime baseado na prática da discriminação racial constitui ameaça permanente para todos os povos da região. Não se pode ignorar que o chamado "desenvolvimento separado" é uma doutrina de Estado e, como tal, encontra-se estreitamente vinculada a medidas de segurança interna e externa.

Foi em nome da contenção das actividades do *African National Congress* (ANC) — a organização melhor estruturada no combate ao *apartheid* — que Pretória ampliou e fortaleceu o seu esquema repressivo. Paralelamente, prosseguia na criação de novos bantustões, áreas para onde empurrava

Com a paz, os moçambicanos poderão virar o seu esforço para a luta contra o subdesenvolvimento



Acordo tripartido sobre Cahora Bassa

□ A questão de Cahora Bassa teve uma importância muito maior do que parece na concretização dos acordos entre Moçambique e a África do Sul. Embora os contactos preliminares tenham sido cercados da maior discrição, sabe-se que muito provavelmente foi o interesse de Portugal, África do Sul e Moçambique em rever os acordos sobre a barragem do rio Zambeze que criou o clima para os entendimentos do encontro do rio Nkomati.

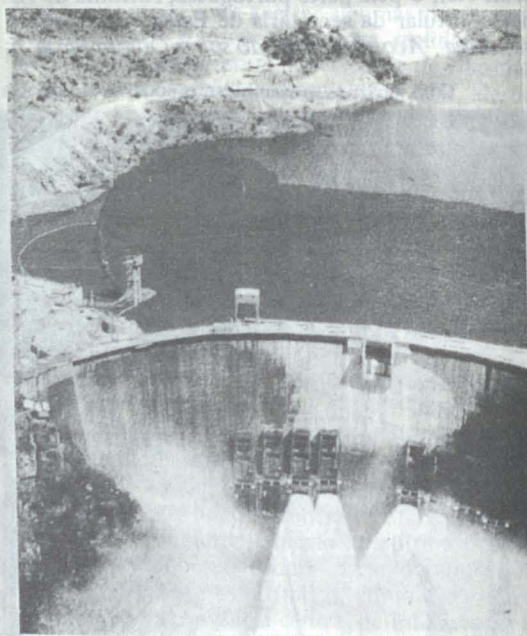
Portugal tinha interesse em reajustar os preços do quilowatt fornecido por Cahora Bassa devido ao défice mensal de 124 mil dólares da empresa administradora da hidro-eléctrica. A África do Sul só teria a ganhar com uma maior segurança das linhas de transmissão ao longo dos 1.400 km de torres e cabos de alta tensão. Várias vezes a região do Transvaal sofreu cortes de energia nos últimos dois anos em consequência de actos de sabotagem. Por seu lado, Moçambique tem todo o interesse em ganhar, pelo menos, uma parte dos lucros do fornecimento da energia eléctrica. Pelo acordo assinado em 1975, os moçambicanos não teriam direito a pagamento algum até que a represa situada no seu território fosse considerada paga pela África do Sul e Portugal. Teoricamente, isto deveria acontecer por volta do ano 2014, mas na prática todas as partes envolvidas na questão admitem que Cahora Bassa nunca seria paga se fossem mantidas as regras vigentes até Janeiro.

Houve, assim, uma soma de interesses que muito provavelmente funcionou como quebra-gelo. A tal ponto que das quatro comissões criadas pelo acordo do rio Nkomati, a questão de Cahora Bassa foi a primeira a dar resultados concretos. No dia 27 de Março, Portugal, Moçambique e África do Sul decidiram em Lisboa aumentar em 100% o preço do quilowatt de Cahora Bassa que passará a custar aproximadamente cinco dólares. O preço ficou abaixo das pretensões portuguesas fixadas inicialmente em torno de 200%. Mas mesmo assim o défice mensal baixará agora de 124 mil para apenas 16 mil dólares.

A barragem de Cahora Bassa está situada a 150 km ao norte da cidade de Tete, na província moçambicana do mesmo nome. O lago formado pela retenção das águas do rio Zambeze, tem 220 km de comprimento e 20 km de largura. A repre-

sa tem uma extensão de 300 metros e uma altura de 170 metros, podendo gerar até 400 mil quilowatts. As linhas de transmissão são as mais extensas do mundo. Cahora Bassa começou a ser construída em 1969 por um consórcio de 17 firmas alemãs, suíças, francesas, italianas e portuguesas, comandadas pelo Trust sul-africano Anglo-American.

Quando o projecto começou a ser concebido, tinha como objectivo servir de pólo aglutinador das economias de cinco países (África do Sul, Moçambique, Rodésia — hoje Zimbabwe —, Malawi e Zâmbia) sob a inspiração da política colonialista portuguesa. Além da energia eléctrica, os participantes e financiadores do projecto pretendiam explorar uma área de 1,5 milhões de hectares onde seriam instalados até 600 mil colonos europeus que trabalhariam na agricultura e na mineração. O minério de ferro, retirado da região de Cahora Bassa, já rendia às firmas exploradoras em 1967, a quantia de 37 milhões de dólares anuais. Na época, o projecto era tão importante para o colonialismo português que o fundador da FRELIMO, Eduardo Mondlane afirmou que "ou destruímos, Cahora Bassa, ou seremos destruídos por ela". O crescimento da luta anti-colonial foi muito mais rápido do que o previsto por Mondlane e as duas hipóteses acabaram por não se concretizar. Mas Moçambique ainda luta para poder usufruir das vantagens da represa. (C. C.)



Um pólo de desenvolvimento da região

milhares de sul-africanos depois de lhes anular todos os direitos de cidadão. A tribalização forçada não eliminou as manifestações dos nacionalistas e, pelo contrário, despertou em vastos sectores o sentimento patriótico, para lá das fronteiras tribais, culturais ou raciais impostas. Esta política demonstrou que os chefes tribais exercem um poder fictício, baseado na tutela de Pretória.

Neste contexto, houve um fortalecimento da linha militarista dentro do governo do *apartheid*. Para os defensores desta linha, a única forma de manter o país sob controlo seria a ampliação dos princípios da segurança nacional além das próprias fronteiras. As agressões contra Moçambique e Lesoto, a partir de 1980, foram uma consequência desta orientação. Os dirigentes sul-africanos chegaram a estabelecer paralelismos entre este tipo de acção militar e os ataques israelitas contra o Líbano, na tentativa de legitimar as agressões contra nações vizinhas.

Problemas económicos

Em círculos políticos africanos, a impressão que se tem é que, neste momento, a África do Sul parte para a assinatura de um acordo de paz mais por pressões económicas do que por uma convicção da necessidade da pacificação. As frentes de combate abertas em Angola, Moçambique, Lesoto

e Zimbabwe, somadas às pressões militares exercidas sobre o Botswana, Zâmbia e Suazilândia, tiveram dois efeitos muito sérios na política sul-africana. Em primeiro lugar, começou a desenvolver-se uma economia de guerra, onde os sectores produtivos iam perdendo gradualmente terreno. Porém, os biliões de dólares investidos na indústria de armamentos (para desenvolver armas sofisticadas) perderam-se quando os modelos foram lançados no mercado internacional. Os Estados Unidos, Israel e mesmo o Brasil podiam competir com produtos mais baratos e dentro das suas respectivas



Pedro Tivane

Jornalista moçambicano assassinado

Com a presença do titular da pasta da Informação moçambicano, José Luis Cabaço, realizou-se em Março último, na sede da Organização Nacional de Jornalistas moçambicanos uma homenagem à memória de Pedro Tivane, subchefe de redacção do jornal *Notícias*. Tivane, 32 anos, foi morto no dia 26 de Fevereiro pelo grupo contra-revolucionário RNM, num trecho da estrada que liga Maputo a Macia, cerca de 60 kms da capital.

Juntamente com ele também encontraram a morte sua esposa, Rita Gracinda Mucavele, e um filho de apenas um ano e nove meses de idade. Depois de terem metralhado as suas vítimas, os assaltantes colocaram os corpos na viatura em que viajava a família Tivane e atearam fogo. O estado de carbonização em que ficaram os cadáveres e a ausência de documentos impediram a imediata identificação.

Na mesma tarde foram atacados mais três veículos civis. Duas pessoas atingidas a tiros conseguiram fugir. Outras, porém, não tiveram igual

sorte — uma morreu em consequência de disparos de armas de fogo e outra foi liquidada a golpes de facão.

Pedro Tivane não é o primeiro jornalista moçambicano a ser assassinado pelos contra-revolucionários. No ano passado, Sebastião Langa, da Televisão Experimental, e Alberto Kumbane, do Ministério da Informação, caíram numa emboscada quando desempenhavam uma missão de trabalho.

O ministro José Luis Cabaço, ao assinar o livro de condolências, enalteceu o exemplo de Pedro Tivane, que "caiu vítima da fúria assassina de lacaios do imperialismo". Estiveram presentes ao acto de homenagem correspondentes estrangeiros e adidos de imprensa de embaixadas dos países socialistas. (E. H.)



Moçambique reafirmou o apoio ao ANC

áreas geográficas ou mesmo no mercado tradicional. E é por este motivo que todos apontam o ano de 1983 como o do grande fracasso na venda de armamento sul-africano.

Estes são apenas alguns dados do problema. Porém, eles permitem perceber que, pouco a pouco, Pretória teve que ceder diante de uma nova realidade. Assim, a sua estratégia saiu do terreno exclusivamente militar para o da negociação e o diálogo. O que não quer dizer que a linha dura não possa voltar a impor-se e procurar outro tipo de solução. Aceitar a redução das tensões não deixa de ser, para os sul-africanos, um passo atrás. Até agora a aposta na vitória era feita exclusivamente em termos militares.

A assinatura do "Acordo de não-agressão e boa vizinhança" que já motivou uma série de apreciações desencontradas e divergentes por parte de alguns governos africanos, poderá elevar ainda mais o tom das críticas quando se concretizarem algumas das suas cláusulas.

O *African National Congress* (ANC), um dos principais interessados em toda esta questão, demonstrou, no entanto, uma certa tranquilidade ao interpretar as mudanças que terão lugar no panorama político da região.

Como resultado de um encontro mantido em Maputo com dirigentes da FRELIMO, Alfred Nzo, secretário-geral da organização nacionalista sul-africana, expressou publicamente no decurso de uma conferência de imprensa dada no Zimbabwe no dia 3 de Março, a sua convicção de que Moçambique "encontra-se totalmente empenhado em apoiar moral e diplomaticamente o ANC", depois de ter considerado "assunto de um Estado soberano" a aplicação de eventuais medidas de controlo tanto na fronteira como em relação a pessoas. Alfred Nzo desmentiu também os boatos sobre a existência de ordens de expulsão contra militantes do ANC. "Não perdemos a fé nos nossos irmãos", disse o dirigente nacionalista sul-africano resumindo assim para a imprensa o pensamento da sua organização.

V. MORENO & HELDER, LDA.

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

PRODUTOS ALIMENTARES

Cereais — Legumes — Cafés — Especiarias

Beco dos Toucinheiros n.º 1 P 15-2º
XABREGAS 1900 LISBOA - PORTUGAL

APARTADO 2367 - 1109 LISBOA CODEX
Telefs. 840961/847232/837124
Telex. 12209 Celeir P
Endereço Telegráfico - CELEIRO

O encontro de Nkomati

Carlos Pinto Santos

16 de Março de 1984. O presidente moçambicano Samora Machel e o primeiro-ministro sul-africano Pieter Botha assinaram neste dia nas margens do rio Nkomati ("o lugar onde o gado vai beber água") um acordo que poderá mudar o quadro político da África Austral.

Sob um sol escaldante, os dirigentes dos dois países vizinhos viram-se pela primeira vez numa carruagem ferroviária branca, pintada com as cores da República Popular de Moçambique e da República da África do Sul, num encontro que se alongou por mais 30 minutos do programado.

Após a sessão de conversações, Samora Machel e Pieter Botha subiram para um palanque e procederam à assinatura do que ficará conhecido pelo "Acordo de Nkomati" o rio que separa, na "terra de ninguém", as localidades moçambicana de Ressano Garcia e sul-africana de Komatipoort.

Foram testemunhas do histórico acontecimento, 700 convidados e 250 jornalistas de diversas nacionalidades. Entre os primeiros estiveram o primeiro-ministro da Suazilândia, um representante do presidente do Malawi e membros do corpo diplomático acreditado em Maputo e Pretória, embaixadores de todos os países da Linha da Frente,

URSS, EUA, Grã-Bretanha, RFA, Canadá e França. Como convidado pessoal de Samora Machel, esteve também presente o ministro português Almeida Santos (natural de Moçambique) que fontes diplomáticas asseguram ter desempenhado um papel importante na preparação do encontro que o presidente moçambicano teve, em Outubro último, em Londres com Harry Oppenheimer, um dos maiores empresários sul-africanos que no interior do regime do *apartheid* defende posições reformistas e uma política de não-agressão do seu país em relação aos vizinhos.

O valor da paz

No discurso que proferiu na ocasião, Samora Machel, vestindo o uniforme branco de marechal, considerou que o acordo "põe fim à espiral de violência herdada do colonialismo", estando os dois países conscientes do "valor da paz e da necessidade de rejeitar as heranças que os dividem". O presidente moçambicano — que anunciou a construção de um monumento no local para assinalar o acordo — afirmou terem ambos os Estados sabido "travar a via da coexistência" apesar das "diferenças entre as nossas concepções políticas, económicas e sociais serem grandes e até antagónicas".

Referindo-se às perspectivas económicas que se abrem com a implementação da paz na região, Samora Machel manifestou a opinião de que se deveriam "valorizar os recursos" existentes, reafirmando em seguida a sua "inteira fidelidade" aos princípios que norteiam a Conferência Coordenadora do Desenvolvimento na África Austral (SADCC), organização de integração económica criada pelos países do sul do continente com o objectivo de cortar os laços de dependência em relação a Pretória.

Samora Machel e Botha assinam a paz em plena "terra de ninguém", onde antes era a zona de guerra





90 mil pessoas ouviram Samora Machel explicar o acordo com Pretória

No seu discurso, ouvido atentamente pelo presidente moçambicano, Pieter Botha, considerou também que o acordo "muda o curso da história da África Austral", afirmando terem os dois países escolhido "o caminho da paz, embora difícil, pois têm um futuro em comum e a obrigação de legar às gerações vindouras um mundo melhor". Abordando os motivos que levaram os dois governos ao diálogo, o primeiro-ministro sul-africano considerou-os imutáveis. "São — disse — as realidades económicas e geográficas desta região que nos juntaram e que serão a melhor garantia do sucesso e permanência deste acordo".

Troca de canetas de ouro especialmente feitas para o acontecimento, desfile de bandas militares, exibição de danças tradicionais e largada de centenas de balões com a palavra "paz", encerraram esta jornada cujas repercussões poderão ser avaliadas já a curto prazo.

O texto do acordo

Uma das alíneas do acordo assinado foi respeitada no próprio dia, ao ser suspensa a emissão diária da "Voz da África Livre" que a partir de território sul-africano veiculava a propaganda da RNM. Com efeito, à hora habitual de transmissão, uma voz dessa estação de rádio anunciou o seu encerramento "para reorganização". No texto do acordo que foi tornado público lê-se que os dois Estados

não permitirão a emissão de programas de rádio "incluindo emissões não oficiais ou clandestinas", a partir dos seus territórios e com conteúdo que ofenda o outro Estado.

O "Acordo de Nkomati" incide essencialmente nos aspectos da não-ingrerência, não-agressão e respeito das respectivas soberanias. Assim, os dois países comprometem-se a abster-se de intervir nos assuntos internos do outro, resolver divergências através de meios pacíficos, sem uso da força, sabotagem, violação de fronteiras ou concentração de tropas.

O documento proíbe as "actividades de elementos que se proponham ou planeiem realizar acções contra o outro Estado" e sublinha que ambos os países se devem esforçar para "impedir o recrutamento de elementos de qualquer nacionalidade" para praticarem acções hostis. Ficou também decidido a eliminação de "bases, centros de treino, locais de abrigo, acomodação ou trânsito" assim como de "depósitos de armas, postos de comando e equipamentos de comunicações" desses elementos e organizações.

Machel explica acordo em comício

No dia seguinte ao encontro em Nkomati, o presidente Samora Machel apresentou durante um comício popular no bairro de Xipamanine da cidade do Maputo, as versões portuguesa e inglesa do acordo assinado com os sul-africanos.

No início do seu discurso de cerca de uma hora, Samora Machel perguntou às 90 mil pessoas presentes o que queriam que ele lhes contasse. "Tudo", respondeu a multidão.

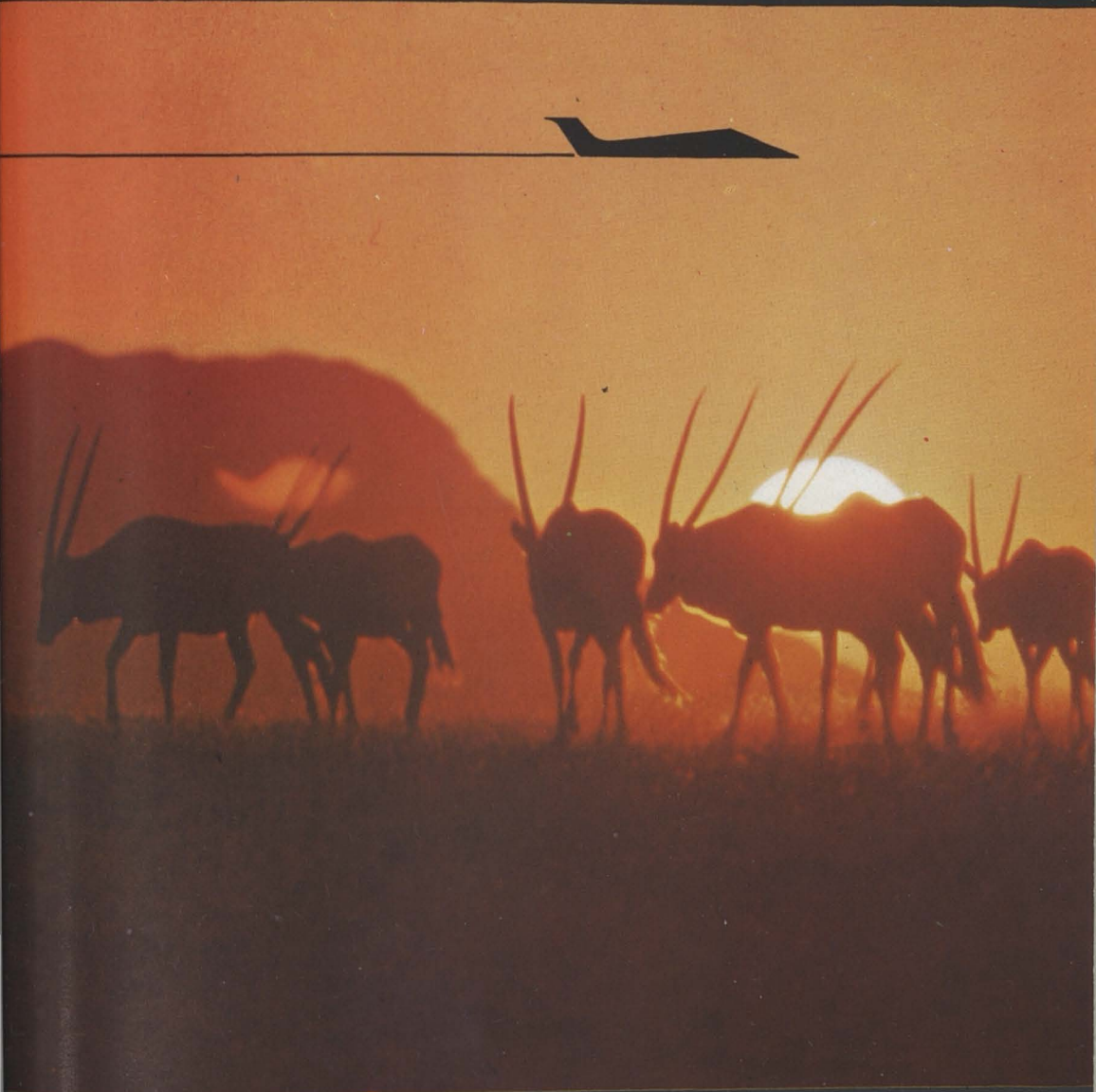
Com o seu estilo e humor peculiares, o presidente moçambicano historiou brevemente a luta do povo moçambicano, referindo as razões que levaram à fundação da FRELIMO, e as fases da luta armada pela independência até à situação actual.

Veio depois a explicação pormenorizada do "Acordo de Nkomati" tendo Samora Machel sublinhado que ele não representava a coexistência ideológica de Moçambique com o regime do *apartheid*.

"Não fomos assinar o acordo com o Partido da África do Sul. Fomos assinar, sim, com o governo, o Estado da África do Sul", afirmou o Chefe de Estado moçambicano, acrescentando que também da parte do seu país não foi a FRELIMO que assinou o acordo, mas sim o governo.

Ao terminar o discurso, frequentemente interrompido pela multidão com ovações e a canção "Kanimambo, FRELIMO" (obrigado, FRELIMO), Samora Machel designou como tarefa fundamental que se apresenta ao povo moçambicano, a eliminação dos bandos armados da RNM e o reforço da vigilância popular.

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

Ao Serviço da Reconstrução Nacional

O Rio de Janeiro é muito mais que um cartão postal do Brasil.



O Estado do Rio de Janeiro não é só feito de belezas naturais. É, acima de tudo, uma grande oficina de trabalho. Por isso, somos o segundo pólo de desenvolvimento e o maior centro financeiro do Brasil.

Nossas empresas produzem, em escala de exportação, alimentos e bebidas, peles e manufaturas de couro, papel, produtos químicos, plásticos e têxteis, borracha natural e sintética, aparelhos elétricos, produtos metalúrgicos e muito mais. E, além de concentrar o maior número de empresas de consultoria de engenharia, o Rio de Janeiro tem o principal aeroporto e o segundo maior porto do Brasil.

O BD-Rio, como agência financeira de fomento, tem a função de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado. Por isso, o BD-Rio deseja ser o laço entre nossas empresas exportadoras e os importadores em potencial de nossos produtos. Laço que há de unir povos amigos. Use o BD-Rio para fazer contatos com as empresas do Rio de Janeiro. O BD-Rio terá sempre a solução adequada para a sua expectativa.

GOVERNO DO
ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
- BRASIL

ABRINDO NOVOS CAMINHOS

BD-Rio

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

Praia do Flamengo, 200 - 23º, 24º e 25º andares

Rio de Janeiro - Brasil - CEP. 22210

Tel.: 205.5152 (PABX) - Telex (021) 22318

Filiado à Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE

África Austral

África do Sul, o recuo do apartheid

Forçado por dificuldades internas e pressões externas, o governo de Pretória decide adaptar-se para sobreviver

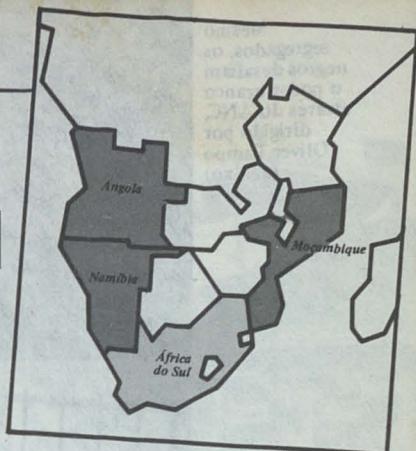
Carlos Castilho

No último semestre do ano passado, mesmo os jornais mais conservadores da África do Sul começaram a publicar cartas de leitores com críticas cada vez mais violentas à guerra na fronteira entre Namíbia e Angola. O ultra-conservador *Die Vaterland* transcreveu a opinião de um leitor que assinou com o seu nome e deu endereço e na qual ele afirmava: "É uma loucura negar que a guerra na fronteira degenerou num Vietname em larga escala. Tornou-se uma guerra onde só existem sacrifícios, e não nos oferecem nenhum prémio, nem um prémio-consolação. Cada dia de perma-

nência das nossas tropas na Namíbia serve apenas para tornar a nossa retirada mais inevitável e mais humilhante".

Outro jornal ultra-conservador, que sempre esteve ao lado do governo racista branco, publicou com destaque uma carta na qual o leitor pergunta: "Já não é tempo do exército sul-africano aprender a lição dos norte-americanos no Vietname?". O *Rapport* foi ainda mais longe que o *Die Vaterland*. O próprio director do jornal, Willem de Clerk, publicou um editorial onde, para espanto dos *afrikaners*, pedia a substituição do *apartheid*, que foi comparado ao personagem de George Orwell, o "Big Brother". De Clerk, irmão do ministro do Interior, citou o livro "1984" para comparar o dirigismo ditatorial com as leis sul-africanas que mandam expulsar de um comboio o negro que viaje no

Para muitos sul-africanos, a guerra na Namíbia tornou-se um conflito inútil e sem perspectivas



Mesmo
segregados, os
negros desafiam
o poder branco
através do ANC,
dirigido por
Oliver Tambo
(abaixo)

ONU



compartimento dos brancos, ou obriga a exames dos cabelos de um bebé para determinar a que raça pertence, ou com quem poderá vir a casar.

A queda dos tabus sobre a imutabilidade do *apartheid* na imprensa *afrikaaner* mais conservadora é apenas o aspecto mais surpreendente de uma profunda mudança que está a ocorrer numa boa parcela da opinião pública da África do Sul, especialmente nas províncias do Cabo, Natal e Orange. Uma mudança provocada, basicamente, pela evidência da militarização crescente do regime, pelos impasses surgidos na absurda e complexa legislação que regula a discriminação racial no país, pelo crescimento da popularidade e militância política dos movimentos negros contrários ao racismo, pelo agravamento da recessão económica e pelo aumento das pressões internacionais sobre o regime de Pretória.

Há quase três anos, o primeiro-ministro P. W. Botha mencionou a alternativa "adaptar-se ou morrer" como o principal dilema enfrentado pelos brancos racistas sul-africanos. A frase soou como um *slogan* eleitoral, porque os factos posteriores evidenciaram escassos sinais de mudanças de fundo no sistema do *apartheid*. Mas, hoje, a necessidade de tentar sobreviver tornou-se dramática para a minoria branca.

Na verdade, as causas principais da mudança de posição do governo sul-africano no que se refere às negociações com Angola e Moçambique, bem como aos indícios de que Pretória estaria disposta a abandonar a Namíbia, surgem basicamente de quatro factores: o impasse na guerra contra a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), e contra o exército angolano, o crescimento da penetração popular do Congresso Nacional Africano (ANC) junto à maioria negra da África do Sul, e a deterioração da economia do *apartheid*, que hoje



enfrenta a pior recessão desde o final da II Guerra Mundial. Outra causa são as pressões exercidas pelo presidente Ronald Reagan, que depois do fracasso da intervenção no Líbano, necessita de um êxito diplomático, mesmo parcial, para tentar ganhar os votos do eleitorado negro norte-americano.

A guerra na Namíbia

Quase um bilião e meio de dólares são gastos anualmente pelo governo sul-africano para manter a ocupação militar da Namíbia e atacar Angola. No ano passado, os combates deixaram um saldo oficial de 75 sul-africanos mortos, embora a cifra geralmente mencionada na imprensa ocidental seja de quase 300. Todas as tentativas de criar um movimento político capaz de se opor à SWAPO no campo eleitoral fracassaram até agora. A economia da ex-colónia alemã ocupada desde a I Guerra Mundial está paralisada diante da incerteza das

grandes companhias mineiras em realizar novos investimentos, apesar das imensas riquezas minerais do território, que, entre outras coisas, possui a maior mina de urânio a céu aberto do mundo. Com isso, a manutenção do anacrónico sistema colonial imposto por Pretória tornou-se extremamente pesada. A África do Sul financia cerca de 65% dos gastos da administração colonial da Namíbia.

Os efectivos militares deslocados para a colónia chegaram a totalizar 50 mil homens, obrigando o governo de Pretória a introduzir um novo sistema de convocação de reservistas que, por sua vez, provocou um grande descontentamento entre os brancos. O fenómeno dos desertores tornou-se cada vez mais frequente. Paralelamente, a guerra na Namíbia e em Angola geraram uma militarização crescente do poder político, que, segundo estudiosos norte-americanos como Robert Rotberg, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), tornaram o primeiro-ministro um virtual prisioneiro do Conselho de Segurança do Estado (SSC). O professor Rotberg afirma que o SSC tem o controlo total de tudo o que se refere à Namíbia e relações com países vizinhos, posição esta que foi reforçada pelas mudanças constitucionais aprovadas no plebiscito de Novembro, e que aumentaram os poderes do Chefe de governo.

Sérios problemas

Foi essa centralização militarizada que levou o editorialista do jornal *Rapport* a lembrar a figura do "Big Brother" na política sul-africana. Até agora, os grandes capitalistas anglo-saxões da região do Cabo e de Natal eram os críticos mais frequentes da centralização. Hoje, as divergências contagiaram também membros tradicionais da elite conservadora dos *afrikaaners*, que estão cada vez mais divididos. Um sector reacçãoário está a aproximar-se do Partido Conservador, liderado por Andries Treurnicht, e do Partido Nacional Herstigte (HNP), dirigido por Jaap Marais. Os dois partidos são minoritários no Parlamento, mas têm derrotado o governo nas últimas eleições regionais ou suplementares. Também a toda poderosa Irmandade Afrikaaner (*Broederbond*), a organização secreta à qual pertence a maioria dos ministros e políticos mais influentes, está em processo de divisão. Os sectores mais direitistas e contrários a mudanças no *apartheid* estão a organizar um Movimento Cultural Afrikaaner para aglutinar os grupos reformistas que seguem a linha de P. W. Botha.

A militarização e a divisão política entre os brancos são uma consequência dos cada vez mais claros sintomas de que a minoria de origem europeia enfrenta sérios problemas para manter a dominação política e económica sobre a maioria negra e sobre os mestiços ou indianos. A população negra,



O ouro e os diamantes não evitaram a crise na economia do *apartheid*

por exemplo, cresce de três a cinco vezes mais rápido que a população branca. É cada dia mais difícil manter as áreas e serviços reservados aos *afrikaaners* livres da penetração dos negros, mestiços e indianos. O governo chegou a adoptar um plano de remoção em massa das populações pobres aglomeradas em torno dos redutos brancos mas, segundo cálculos de especialistas, teria que expulsar mil negros por dia até o ano 2.000 para que os europeus continuassem sendo 17,4% da população total do país. Mas, evidentemente, o projecto está a ser abandonado gradualmente, por impraticável.

O poder negro

A isto tudo deve ser somado o papel exercido pelo Congresso Nacional Africano (ANC), fundado há 72 anos (ver "*cadernos*" nº 62) e que hoje representa 80% dos negros e mestiços do país. Relatórios divulgados recentemente nos Estados Unidos pela revista *Foreign Affairs* confirmam aquilo que muitos governos ocidentais procuram ignorar. Thomas Karis, cientista político da Universidade de Nova Iorque, e tido como ligado aos serviços de informações dos EUA, afirma que o "governo Reagan precisa levar em conta o ANC sob o risco de ser ultrapassado pelos acontecimentos na África do Sul". Karis afirma que o ANC está em franca ascensão política e que o seu braço armado, a *Umkhonto we Sizwe* (Lança do Povo) tem-se mostrado mais organizado e audacioso nas suas acções.

Um número cada vez maior de jovens mestiços, muitos dos quais participaram na rebelião de Soweto em 1976, estão a ser atraídos pela via insurreccional, através de núcleos clandestinos que têm promovido atentados à bomba e sabotagens. Segundo um relatório secreto da CIA divulgado pelo grupo norte-americano *Transafrica*, existem no momento cerca de dois mil guerrilheiros da "Lança do Povo" perfeitamente treinados e com armamento moderno. Outras fontes como o boletim de notícias *Africa News* chegam a falar em oito mil. O Instituto de Estudos Estratégicos de Pretória disse que, em 1983, o ANC promoveu 44 ataques do tipo guerrilheiro.

Em Agosto do ano passado, a campanha contra o racismo na África do Sul ganhou um novo ímpeto com o surgimento da Frente Unida Democrática (UDF), uma organização de tipo frente ampla, que no dia do seu lançamento público reuniu doze mil pessoas, apesar da reunião ter sido proibida. O ANC está na ilegalidade desde o final da década de 50 e é um movimento que se define como multi-racial, preconizando que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem, sem distinções de cor, raça ou religião. A UDF mantém esses princípios e passou a desenvolver uma campanha de massas contra o *apartheid*. A organização é dirigida por um pastor, o reverendo luterano Alan Boesak, e conta com o apoio de quase dois milhões de adeptos.

Segundo observadores políticos, a Frente Democrática Unida é o facto político novo mais importante da África do Sul nos últimos dez anos, já que passou a ser o instrumento de acção de massas de milhares de militantes do ANC e sindicalistas que não podiam agir legalmente devido à proscrição imposta ao Congresso Nacional Africano. A UDF está no momento coordenando um abaixo-assinado com mais de um milhão de assinaturas contra as reformas introduzidas pelo primeiro-ministro P. W. Botha visando a implantação de um novo sistema legislativo através do qual os mestiços e indianos poderão ter representação parlamentar.

Nos sete meses de existência, a UDF conseguiu criar uma estrutura quase nacional de comités e núcleos, que incluem além de movimentos anti-racistas como o ANC, representantes da igreja, de grupos políticos brancos e mais de 300 sindicatos de toda a África do Sul. A campanha da Frente Democrática contra as reformas constitucionais provocou uma grande polarização política tanto entre o Partido Trabalhista, que representa os sectores mais conciliadores dos *coloureds* (mestiços), como entre a classe média indiana. Os dois grupos devem, nos próximos meses, decidir se aceitam ou não participar nas eleições que escolherão os delegados *coloureds* e indianos para as novas câmaras do Parlamento. Os trabalhistas já resolveram não

fazer um plebiscito temendo um resultado adverso, já que o partido apoiou os planos de Botha. Os descontentes com a decisão da cúpula trabalhista estão a voltar-se em massa para a UDF.

A recessão económica

Em Janeiro deste ano, o *Standard Bank*, um dos maiores bancos da África do Sul divulgou um relatório no qual afirmava que a economia do país enfrentava a sua pior fase desde 1948. Duas semanas depois, a Organização Nacional de Plantadores de Milho (NAMPO) advertia noutro documento que devido à seca, a safra de 84 seria um desastre total. Além do milho, todos os restantes grãos sofreram perdas enormes, fazendo com que as previsões mais optimistas fixassem em 60% as perdas agrícolas da África do Sul para o ano de 1984.

A falta de chuvas levou também os criadores de gado do Transvaal a sofrerem perdas até 50% nos seus rebanhos. Nas primeiras semanas de Fevereiro, nada menos do que 25 mil cabeças foram leiloadas a qualquer preço para evitar perda total. Os fazendeiros de origem europeia começaram uma corrida aos bancos em busca de perdão para empréstimos não pagos num total de um bilião e meio de dólares. Segundo o Banco Agrícola, os donos de terras estão também a recorrer a novos empréstimos para poderem continuar em actividade. O número total de créditos autorizados desde Setembro de 83 aumentou em 45%.

Na indústria, as estatísticas mais recentes também não são nada animadoras. O director da Federação das Indústrias Mecânicas e Siderúrgicas, D. L. van Coller, declarou ao jornal *Rand Daily Mail* que o sector deve enfrentar em 1984 um terceiro ano de aguda recessão diante da queda do consumo, redução dos preços do ouro no mercado internacional e pela fraca recuperação das economias mais industrializadas da Europa. As indústrias mecânicas e siderúrgicas representam um terço da produção industrial na África do Sul. No ano passado, o sector demitiu 17% da sua mão-de-obra e foi obrigado a reduzir a produção em quase 35%.

A África do Sul entrou em recessão económica por volta de 1981, sofrendo os efeitos de fenómeno idêntico nas economias industrializadas às quais o *apartheid* está estreitamente ligado. O desequilíbrio na balança comercial levou o governo a adoptar uma rígida política de austeridade, com diminuição das despesas públicas, redução de salários e aumentos de impostos e elevação dos preços de alimentos básicos além dos combustíveis. A isto tudo devem ser somados os efeitos da guerra na Namíbia e em Angola, além das despesas decorrentes da crescente militarização do país. Esta situação levou o governo do Partido Nacional a uma



Os mineiros negros vivem em verdadeiros campos de concentração, sem qualquer contacto com as suas famílias

posição crítica, porque a manutenção do congelamento de salários sobre as camadas de baixo rendimento, onde os negros são a quase totalidade, está a criar um clima de revolta quase explosivo.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa da Mão-de-Obra, divulgados pelo jornal *Star*, a África do Sul precisa criar 134 mil novos empregos nos próximos anos para impedir que o desemprego chegue a proporções críticas. A este número devem ser somados os 300 mil jovens negros e mestiços que em cada ano entram no mercado de trabalho sem encontrarem vagas. A grave situação do desemprego soma-se com o crescente descontentamento dos trabalhadores assalariados.

A vulnerabilidade do "apartheid"

Segundo o governo, no ano passado ocorreram 336 greves em todo o país envolvendo quase 70 mil trabalhadores. Só em Dezembro deram-se 104 greves. Os sindicatos negros dizem que o total é bem maior do que o revelado pelas autoridades brancas. Em Janeiro e Fevereiro, embora não existam dados oficiais, a imprensa de Joanesburgo estimou que o número de greves aumentou em 35% em relação aos mesmos meses no ano passado. Em 1983, segundo uma pesquisa da Universidade do Cabo, a recessão económica foi duas vezes mais dura para os negros do que para os brancos. E as previsões são de que esta tendência continuará em 1984.

Apesar de serem obrigados a pagar a parte mais pesada do preço da recessão e recebendo em geral menos da metade do salário de um branco, os ne-

gros sul-africanos passaram, desde Março, a pagar os mesmos impostos da população de origem europeia. Os sindicatos, que já criticavam o sistema antigo de taxas diferentes por considerá-lo discriminatório, afirmam que a nova lei é ainda pior. No começo de Março, oito sindicatos representando 250 mil trabalhadores exigiram a anulação do sistema de taxa igual, ameaçando com uma série de protestos caso não sejam atendidos.

Num quadro geral como este, compreendem-se os motivos que levam o governo da minoria branca a encontrar-se numa posição interna vulnerável. E isto no momento em que os Estados Unidos resolveram pressionar o primeiro-ministro P. W. Botha para que aceite uma reacomodação com os países vizinhos que até agora eram alvo de violentas ofensivas de desestabilização militar e económica. Washington acredita que a melhor maneira de manter o sistema capitalista na África do Sul é através de concessões que aliviem os impasses políticos e económicos do *apartheid*.

Cedendo a todo este amplo espectro de pressões, Botha iniciou em Dezembro e avançou em Janeiro, rumo a um degelo com Angola e Moçambique que ainda é muito instável para ser considerado irreversível. Apesar dos indicadores económicos internos e do crescimento político — este sim irreversível — da maioria negra, existem focos de resistência da parte de alguns grupos racistas mais sectários, que exercem forte influência na cúpula do Partido Nacional. São estes sectores, que têm ligações no exército, que podem provocar recuos e até mesmo o colapso das negociações numa manobra de desespero político.

A África como prioridade

A recente visita do presidente Eanes ao continente revelou uma vez mais dois factos essenciais: o interesse de Portugal na cooperação com África e o papel decisivo desempenhado pelo seu Chefe de Estado nesse relacionamento

Baptista da Silva

A viagem que, entre 10 e 17 de Março último, o presidente Ramalho Eanes, efectuou a três países do continente africano — S. Tomé e Príncipe, Zaire e Congo-Brazzaville — constituiu oportunidade para o chefe de Estado de Portugal reiterar, uma vez mais, o desejo manifestado pelo seu país em cooperar com África, em particular com os países de expressão oficial portuguesa.

Em S. Tomé e Príncipe, sua primeira escala, o presidente Eanes afirmaria mesmo ao seu homólogo santomense, Manuel

Pinto da Costa, que, muito para além das formas ultrapassadas que esse relacionamento possa ter revestido ao longo de cinco séculos de história, “o diálogo com África é essencial ao posicionamento de Portugal no mundo”.

Defendendo a intensificação das relações de cooperação entre o seu país e o continente africano tanto por razões históricas como por imperativos de desenvolvimento, Eanes afirmaria que a prossecução de tal objectivo poderia, igualmente, constituir um contributo “para o aprofundamento, em termos novos e

arrojados, das relações euro-africanas, por forma a restituir à Europa e à África a sua voz própria numa mais equilibrada balança das forças actuantes no contexto internacional”.

Porém, o presidente de Portugal frisaria que o seu país não tem “veleidades neo-imperiais”, nem pretende “impôr modelos” ou “consolidar dependências”. E se pela sua pequenez e pelo seu actual estágio de desenvolvimento “não poderia abrigar qualquer pretensão hegemónica”, não é vocação de Portugal — sublinharia Eanes — “servirmos de intermediários a poderes alheios”.



Ramalho Eanes e Pinto da Costa: cooperação entre os dois países finalmente desbloqueada?

S. Tomé e Príncipe: reforço da cooperação

A visita do general Eanes a S. Tomé e Príncipe constituiu a primeira deslocação de um chefe de Estado da antiga potência colonial desde a independência da ex-colónia, em Julho de 1975. O acontecimento não poderia deixar de ter um significado especial, quanto mais não seja para que fossem exorcizados "fantasmas do passado", como referiria o presidente Manuel Pinto da Costa. Se, numa frase, se quisesse resumir o desenvolvimento da cooperação entre os dois países desde Julho de 1975, poder-se-ia afirmar que ela viveu mais de declarações de princípio do que da realização de projectos concretos. Muito embora as relações tivessem conhecido um "esfriamento" nos anos que se seguiram à independência, o relacionamento de Portugal com S. Tomé e Príncipe nunca chegou a atingir o grau de degradação e mesmo animosidade verificados com Angola ou Moçambique. Após Julho de 75, S. Tomé e Príncipe procurou diversificar relações, principalmente com os povos e nações que mais haviam apoiado o movimento nacional de libertação, enquanto que as autoridades portuguesas pareciam mostrar-se pouco empenhadas em dar seguimento às propostas de cooperação apresentadas pelos santomenses.

Nesse sentido, a viagem de Eanes a S. Tomé e Príncipe poderá ter contribuído decisivamente para "pôr uma pedra" nesta fase de "desconfiança respeitosa", abrindo o ciclo de uma mais ampla, sincera e frutuosa cooperação. Em inúmeras oportunidades os dirigentes santomenses manifestaram esse desejo, para o que terá contribuído igualmente uma sua frustração, derivada da errada ou desajustada implantação nas ilhas de projectos agrícolas ou industriais em colaboração com outros países.

Durante a estadia de Eanes em S. Tomé e Príncipe, para além dos repetidos encontros entre os dois presidentes, decorreram conversações entre o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, empresários e técnicos portugueses, que integravam a comitiva presidencial, com o governo santomense, onde se procedeu à análise de propostas concretas que possibilitem o alargamento da cooperação a várias áreas. Especial relevo foi dado à agricultura, onde a recuperação das plantações da monocultura do cacau — principal e quase que exclusiva fonte de divisas de S. Tomé e Príncipe — continua a ser o principal objectivo na actual fase de desenvolvimento. Carlos Tiny, ministro santomense da Cooperação, afirmaria mesmo ao enviado especial de *cadernos do terceiro mundo* não existirem "sectores vedados à cooperação com Portugal".

Nesse sentido, é aguardada com alguma expectativa a reunião mista luso-santomense, que terá lugar em Lisboa durante o próximo mês de Maio, onde poderá vir a ser acordado o arranque a breve prazo de alguns projectos já analisados, nomeadamente nos domínios da agricultura, pescas, pequena reparação naval, instalação de pequenas unidades industriais e oficinais, transportes e educação. Neste âmbito, um primeiro e importante passo foi já dado. Referimo-nos à inauguração de uma linha regular, com periodicidade mensal, entre Lisboa e S. Tomé, pela TAP-Air Portugal, ligação que encurtará distâncias e que contribuirá, certamente, para a intensificação e aprofundamento das relações entre os dois países.

Kinshasa e Brazzaville: a encenação e o pragmatismo

Kinshasa foi a segunda etapa do périplo africano do presidente português; e a recepção à comitiva presidencial portuguesa

— foi verdadeiramente gigantesca. Vários foram os portugueses residentes na capital do Zaire que nos afirmaram que já há alguns dias a rádio e a televisão vinham convocando a população para o aeroporto e para a via rápida que une a aerogare de Ndjili à capital. As recepções oficiais que se seguiriam, tanto no Palácio de Mármore como a bordo do iate presidencial do marechal Mobutu Sese Seko, teriam muito mais a ver com o fausto dos contos das "mil e uma noites" ou com as superproduções cinematográficas de Hollywood do que propriamente com a pobreza em que vivem três dos quase quatro milhões de habitantes da enorme cidade de Kinshasa. Fontes presidenciais, e o próprio presidente Eanes afirmariam a *cadernos do terceiro mundo* que tal grandiosidade na recepção à comitiva "se devia ao reconhecimento pela actividade da laboriosa comunidade portuguesa no Zaire"; outras fontes, porém, chamam-nos a atenção para o facto do Zaire estar a viver o período de campanha eleitoral — o escrutínio terá lugar em Novembro — sendo aproveitadas todas as oportunidades para se cultivar ainda mais o inimaginável culto de personalidade a Mobutu, uma vez mais o único candidato ao mandato presidencial.

A nível de resultados práticos no desenvolvimento das relações económicas e comerciais, as concretizações ficaram muito aquém da grandiosidade dispensada à comitiva do presidente português. Para além de alguns negócios praticamente concretizados, nomeadamente uma unidade industrial de montagem de aparelhos de ar condicionado e a venda de vários autocarros provenientes de uma linha de produção instalada em Portugal, o que fundamentalmente esteve em discussão foi a restituição a portugueses residentes no Zaire de bens patrimoniais que lhes haviam sido expropriados em 1962,

bem como as garantias aos investimentos que venham a ser realizados no futuro. A discussão sobre tal temática deverá ser desenvolvida durante a próxima visita particular de Mobutu a Portugal, prevista para este mês de Abril. Empresários portugueses referiram-nos, no entanto, existir um alto risco no investimento no Zaire. Isso deve-se não só à instabilidade política que poderá advir num futuro não muito longínquo, — inclusive prevista nos relatórios e informes dos grandes bancos mundiais — como pelo facto dos empresários eventualmente interessados nunca saberem ao certo em quanto irá montar o investimento inicial. A corrupção é norma no Zaire, — sobretudo aos mais altos níveis de decisão — e, por essa razão, torna-se problemático para o investidor avaliar até onde poderão chegar as “luvas” a distribuir pelos “influentes” que rodeiam Mobutu.

Poucos metros separam

Brazzaville de Kinshasa. Apenas o rio Congo se situa de permeio e nem sequer se espraia grandemente nesta parte do seu percurso. No entanto, é enorme a distância que separa os dois regimes e as duas sociedades. Aquilo que era apresentado num breve *briefing* no palácio de Belém, em Lisboa, como uma visita meramente protocolar, viria a revelar-se para a comitiva portuguesa como uma agradável e frutuosa surpresa. O conhecimento por parte das autoridades da República Popular do Congo dos sectores possíveis de cooperação entre os dois países, bem como o seu pragmatismo e seriedade por eles manifestada nas conversações explicam em grande parte as razões porque em tão pouco tempo se abriram tantas vias ao intercâmbio económico, comercial, cultural e político entre os dois países. Outro factor que terá pesado decisivamente, confessaram-nos alguns assessores do

presidente Eanes, residiu no amistoso e franco diálogo que entre este e o presidente Denis Sassou N'Guesso se estabeleceu.

Um acordo geral de cooperação e um outro sobre cooperação cultural, científica e técnica viriam a ser assinados, prevendo-se, a breve prazo, que a tecnologia portuguesa possa participar na construção de barragens e no fabrico de pasta de papel, sendo ainda desejada a cooperação de Portugal e de técnicos portugueses na exploração de projectos agro-industriais de produtos tropicais — nomeadamente café e cacau — bem como a sua participação na criação de fábricas de concentrados de tomate, unidades de produção de leite, e em trabalhos de engenharia e construção civil. É de esperar que trocas de missões técnicas e empresariais venham a dar corpo a breve prazo a estas perspectivas de aprofundamento nas relações entre os dois países. •

cadernos do terceiro mundo

Assinaturas

Portugal e Espanha

anual (12 números)	650\$00
semestral (6 números)	400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe	23 dólares USA.
Restantes Países	28 dólares USA

À beira da secessão

O impasse político-militar chega a um ponto crítico. Se o governo do general Numeiry não negociar com os rebeldes do sul, o país acabará dividido

Nos primeiros dias de Março reinava um clima de apatia quase total no palácio do governo em Cartum. O presidente Gaafar Numeiry mostrava-se totalmente incapaz de iniciativas para romper o impasse criado pelo crescimento da rebelião das três províncias do sul do Sudão, ao mesmo tempo que os muçulmanos do norte endureciam as suas críticas ao governo, que no momento parece ter como único apoio seguro a alta hierarquia do exército. Durante todo o mês passado circularam rumores de que jovens oficiais estavam a conspirar.

Foi neste ambiente que na segunda semana de Março, o general Numeiry pediu ajuda norte-americana para conter uma suposta ameaça de invasão da Líbia, depois que um caça não identificado lançou várias bombas sobre a histórica cidade sudanesa de Omduman, onde está o túmulo do mais importante líder muçulmano do país, Mohammed Ahmed, o *Mahdi*. Os Estados Unidos e o Egipto enviaram imediatamente aviões-espiões do tipo AWACS, mas a denúncia de uma invasão causou pouco impacto nas capitais árabes. Numeiry já recorreu frequentemente no passado a supostas ameaças



Numeiry tenta usar o islamismo para continuar no poder



Sadiq al-Mahdi quer evitar a manipulação do Corão pelo governo

externas para tentar resolver problemas internos.

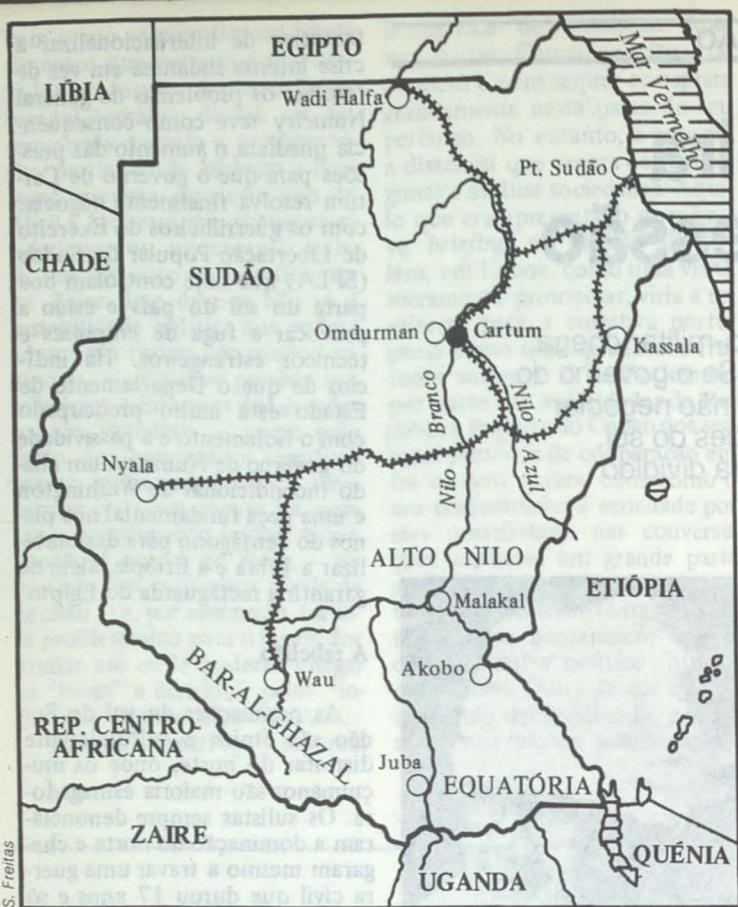
Ao que tudo indica, a nova

tentativa de internacionalizar a crise interna sudanesa em vez de resolver os problemas do general Numeiry teve como consequência imediata o aumento das pressões para que o governo de Cartum resolva finalmente negociar com os guerrilheiros do Exército de Libertação Popular do Sudão (SPLA) que hoje controlam boa parte do sul do país e estão a provocar a fuga de empresas e técnicos estrangeiros. Há indícios de que o Departamento de Estado está muito preocupado com o isolamento e a passividade do governo de Numeiry, um aliado incondicional de Washington e uma peça fundamental nos planos do Pentágono para desestabilizar a Líbia e a Etiópia, além de garantir a rectaguarda do Egipto.

A rebelião

As populações do sul do Sudão são étnica e culturalmente distintas do norte, onde os muçulmanos são maioria esmagadora. Os sulistas sempre denunciaram a dominação do norte e chegaram mesmo a travar uma guerra civil que durou 17 anos e só terminou em 1972, quando foi assinada uma trégua. Mais de um milhão de sudaneses morreram na guerra. Hoje, as divergências voltaram a atingir um ponto crítico, porque, desde 1980, o governo de Numeiry resolveu impor à força a sua autoridade. A decisão mais recente e que provocou uma rápida ampliação da guerrilha foi o anúncio, em Setembro passado, de que o país passaria a seguir a lei islâmica. As bebidas alcoólicas foram proibidas e impostos castigos corporais para ladrões, assassinos e acusados de crimes sexuais.

A aplicação da *Sharia* (lei islâmica) aprofundou a rebelião dos sulistas e provocou também um grande descontentamento entre os próprios muçulmanos do norte. Os guerrilheiros do SPLA qualificaram a medida como



mais uma agressão às suas tradições religiosas, já que na sua maioria são cristãos ou professam cultos animistas. Os muçulmanos alegaram que a aplicação da *Sharia* teria que ser acompanhada pelo respeito à dignidade humana, divisão de riquezas, igualdade política e participação popular. Logo depois de anunciar estas exigências, o principal líder dos muçulmanos, Sadiq al-Mahdi foi preso e continua detido até hoje.

Mahdi é o principal dirigente dos muçulmanos moderados que se proclamam herdeiros das tradições anti-coloniais do fundador do movimento *mahdista*, Mohammed Ahmed. Ele não é o único político muçulmano preso no Sudão por discordar do general Numeiry. Mahmoud Taha, di-

rigente da influente Irmandade Republicana, formada por intelectuais e tecnocratas também criticou a falta de liberdade política no país. Paralelamente existe a Irmandade Muçulmana, muito activa entre os estudantes e nas profissões liberais, que defende uma islamização radical do país, seguindo os moldes iranianos. A Irmandade Muçulmana acusa Numeiry de "ocidentalizar" o Sudão através de alianças com os Estados Unidos e outros países europeus. Os vários grupos muçulmanos do norte já estavam em atrito com o governo antes mesmo da introdução da *Sharia*, que foi uma tentativa frustrada de Numeiry para neutralizar a crescente contestação dos grupos islâmicos mais militantes.

O presidente sudanês chegou a propor recentemente uma negociação com Sadiq al-Mahdi, mas este recusou alegando que só aceitaria um encontro com Numeiry caso todos os três mil presos políticos do país fossem libertados. O revés sofrido pelo governo foi em parte compensado pela amnistia concedida a Clement Mboro, um influente líder político cristão do sul que vivia no exílio há vários anos. Mboro foi nomeado ministro sem pasta, mas isso não teve nenhum efeito sobre a rebelião sulista já que o novo ministro perdeu grande parte do prestígio que tinha antes de viver no Quênia.

O cerco guerrilheiro

O Exército Popular de Libertação do Sudão é liderado pelo coronel John Garang, que chefiava uma importante unidade militar no sul e que se rebelou contra o governo central há três anos. Garang passou a liderar também todos os guerrilheiros que antes estavam organizados no movimento Anyanya II, a versão actualizada da organização dos rebeldes sulistas que lutaram na guerra civil de 1955 a 1972. O Exército Popular está implantado nas províncias do Alto Nilo, de Equatória e Bahr el Ghazal. A organização mantém há vários meses um cerco sobre a estratégica cidade de Akobo, da mesma maneira que controla os acessos a Malakal.

Mais recentemente, os guerrilheiros forçaram a empresa norte-americana *Chevron* a abandonar as suas instalações em Rub Kona, onde foram descobertas jazidas de petróleo que o governo considera essenciais para a recuperação económica do país. A retirada da *Chevron* foi um novo revés para Numeiry que antes já perdera o apoio da firma francesa CCI, encarregada da construção do ambicioso canal Jonglei

destinado a aumentar a navegabilidade do rio Nilo. A CCI também estava envolvida em projectos agrícolas no sul do Sudão.

Nos últimos três meses, os guerrilheiros já derrubaram dois helicópteros do exército e afundaram um navio transportando mais de mil soldados através do rio Nilo. Também atacaram oito guarnições militares provocando cerca de 300 baixas. Há indicações de que, no momento, o Exército Popular de Libertação dispõe de armas modernas compradas através de Uganda e do Quênia. Muitos dos seus chefes receberam treino na Líbia e na Etiópia. A eficiência dos rebeldes foi admitida até mesmo pelo general Vernon Walters, que esteve em Cartum no começo de Março. Walters reconheceu que o SPLA tem mais disciplina e melhor armamento de mão que o exército regular.

A principal missão do enviado

especial do Departamento de Estado foi discutir com o presidente Numeiry o aumento da ajuda militar norte-americana ao Sudão. Em 1984, a administração Reagan entregará ao presidente sudanês 166 milhões de dólares em ajuda militar e no ano que vem este total deve subir para 190 milhões. Washington deve fornecer uma esquadrilha de aviões de combate do tipo F-5 e também um batalhão de tanques M-60.

O agravamento das tensões políticas e da guerra no sul ameaçam aumentar o caos económico em que o Sudão está mergulhado desde 1980. O país está virtualmente tutelado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que em Fevereiro fez prognósticos optimistas para a economia sudanesa em 84. O FMI disse que o défice orçamental deve ser reduzido devido à política de austeridade implanta-

da em 1983 e que a colheita de algodão deve melhorar a balança de pagamentos. Mas, segundo alguns economistas independentes do Sudão, estes prognósticos podem ser ilusórios já que o crescimento da rebelião sulista e a desagração da equipa governante podem lançar o regime de Numeiry num colapso total.

Até mesmo países árabes pró-ocidentais como o Egipto e a Arábia Saudita, que sempre apoiaram Numeiry, mostram-se hoje contrariados pela incapacidade do presidente sudanês em encontrar uma solução para os impasses internos. Estes dois governos acham que se a rebelião sulista aumentar, o Sudão voltará a enfrentar o mesmo risco evitado em 1972: dividir-se em dois, o que somado ao fraccionamento de facto já existente no Chade, tornará o noroeste da África altamente explosivo. (Carlos Castilho)

CIÊNCIA actual

FINALMENTE

Uma publicação portuguesa
de divulgação e informação científica

Para o professor
Para o aluno
Para toda a gente

Assinaturas (1 ano — 6 números)

Continente	550\$00
Açores, Madeira, Espanha	690\$00
Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe	
Europa	US\$ 7.50
Outros países	US\$ 9.50

Saíu já

CIÊNCIA ACTUAL

Pagamento adiantado

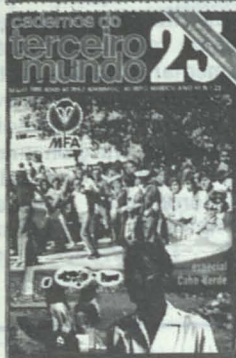
CIÊNCIA ACTUAL

R. Carlos Pereira, 3-4.º D.

1500 LISBOA

Seis anos de publicação

formação pela informação



TRICONTINENTAL EDITORA
C. da Combro, 10-1.º
1200 LISBOA

Assinaturas:

Portugal e Espanha

anual (12 números) 650\$00
semestral (6 números) 400\$00

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
anual (12 números-via aérea) 23 dólares USA

Restantes Países

anual (12 números-via aérea) 28 dólares USA

52 - terceiro mundo

cadernos do
terceiro mundo
cuadernos del
tercer mundo
third world

Sete meses decisivos

A libertação do general Líber Seregni dinamiza um processo de transição cheio de contradições e desafios, mas que poderá conduzir o país à convivência democrática

Micaela Ramada

Faltam sete meses para a anunciada eleição de 25 de Novembro no Uruguai. Sete meses nos quais será posta à prova a capacidade de negociação, a sabedoria política, a flexibilidade tática e a firmeza estratégica das correntes oposicionistas uruguaias. Um facto em particular demonstrou que os militares estão dando sinais de desgaste e que — por detrás da sua aparente dureza e intransigência — sentem a necessidade de negociar uma saída “honrosa” antes de perder totalmente o controlo da situação: a libertação do general Líber Seregni.

A libertação do presidente da Frente Ampla — considerado o preso de consciência mais importante da América Latina — era uma das reivindicações da oposição uruguia, juntamente com a reabilitação de todos os dirigentes e partidos políticos e a realização de eleições livres, no quadro da Constituição aprovada em 1967.

Apesar de constituir uma vitória em si mesma, a libertação de Seregni não acarretou a recuperação dos direitos políticos do dirigente da esquerda uruguia, que somente os recuperará em 1986.

Mesmo com esta limitação que o impede de votar e ser votado, Seregni poderá desenvolver actividades políticas e para muitos analistas poder-se-á transformar num dos pilares nos quais se apoiará a saída democrática. As-

sim se expressou, por exemplo, o secretário-geral do Partido Colorado, Julio María Sanguinetti, virtual candidato à presidência da República por esse agrupamento político: “Se Seregni administrar com espírito patriótico esse imenso capital que acumulou (...), o país pode ter aí, sem dúvida, um dos pilares mais importantes da sua saída democrática”, declarou o dirigente *colorado*.

Muitos concordam com o ponto de vista de Sanguinetti, pois Seregni, com a coerência e a dignidade demonstradas nos oito anos de prisão, transformou-se numa personalidade com uma força moral capaz de se impor acima de divisões partidárias. E porque se trata de um dos ofi-

ciais mais brilhantes das forças armadas uruguaias, que conhece os quartéis por dentro como chefe militar e como preso político. Por tudo isto, Seregni poderá converter-se num ponto de referência e mesmo num pólo aglutinador das forças que lutam a partir de diferentes trincheiras contra as tentativas de alguns sectores militares, que visam escamotear ou parcializar o regresso à democracia.

Polémicas na oposição

Nesses meses decisivos, a luta apresenta-se no Uruguai a dois níveis. Por um lado, entre as forças políticas e o regime militar. Nesse caso, o divisor de águas é nítido: toda a sociedade civil rei-



O general Seregni acena para a multidão, logo após a sua libertação

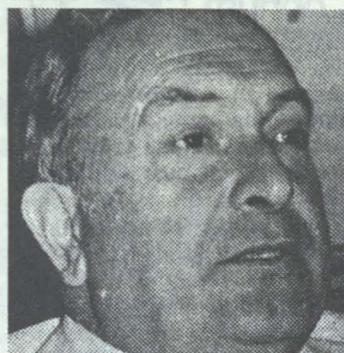
vindica a restauração da democracia e o retorno dos militares às suas funções constitucionais. Por outro, a forma como o processo se está a desenvolver — definido por um calendário dos próprios militares para desembocar nas eleições gerais previstas para 25 de Novembro deste ano — leva as forças já autorizadas a participar (o Partido Blanco, o Partido Colorado e a pequena União Cívica) a actuar também em função do que poderia ser descrito como uma campanha eleitoral prematura que começa a reflectir, no fundo, quanto cada sector está disposto a ceder às exigências dos militares.

Isto contribui para que rivalidades e contradições que reflectem opções político-ideológicas dos diferentes partidos se sobreponham, às vezes, à unidade de frente política. E até sensibilidades dentro de cada um dos agrupamentos políticos, principalmente no caso dos chamados partidos tradicionais do Uruguai (Blanco e Colorado) que abrangem uma ampla gama de tendências, da direita aos liberais, e inclusive, expressões nitidamente progressistas.

Um reflexo dessas contradições foi a acirrada polémica levada a cabo através dos semanários, que são porta-vozes de cada um dos seus agrupamentos, pelos dirigentes *colorados* Enrique Tarigo (virtual candidato à vice-presidência com Sanguinetti e director do semanário *Opinar*) e Manuel Flores Silva (líder do sector mais progressista do Partido e director do semanário *Jacque*). O cerne da polémica era, justamente, como e quanto negociar com os militares. Tarigo assumiu uma posição, que alguns consideram “pragmática”, a partir da sua convicção de que as forças armadas não aceitarão duas exigências da oposição: a reabilitação do líder *blanco* Wilson Ferreira Aldunate e a legalização do Partido Comunista. Tarigo propõe aceitar essa posição e partici-



Julio M. Sanguinetti



Cel. Federico Silva Ledesma



Gregorio Alvarez, visto por Ugo

par nas eleições de qualquer maneira. Flores Silva, em compensação, evocando uma série de conquistas do movimento popular e reforçando o seu raciocínio com a decisão dos militares de libertar o general Seregni, apelida de “derrotistas” os que, de ante-mão, como Tarigo, segundo ele, renunciavam a uma atitude firme. O director de *Jacque* expressa que essas questões consideradas por ele como “de princípios” não podem ser negociadas.

A polémica é ampla e nela também participaram dirigentes *blancos*. Mas nas fileiras nacionalistas (*blancas*) as opiniões também não são unânimes. E estão a ser analisadas diferentes opções e atitudes a serem adoptadas diante de diferentes eventualidades que se poderão apresentar até ao próximo mês de Novembro. Algumas versões jornalísticas falam de propostas variadas que iriam da simples abstenção de participar no pleito (se Ferreira não for reabilitado) à proposta de uma fórmula que — segundo os jornalistas — levaria a “a abasileirar” o processo uruguaio: as eleições de Novembro seriam parciais e não se disputaria a presidência da República, que passaria a ser votada num sistema indirecto, com um colégio eleitoral, em data a ser marcada.

Possivelmente, muitas dessas opções não passarão de meras especulações num país em que, muitas vezes ainda se impõem os rumores aos factos, já que as actividades políticas continuam proibidas por lei e a imprensa não as pode referir.

Posição ambígua dos militares

A incerteza e a expectativa nos meios políticos cresce à medida que a data das eleições se aproxima e continua a indefinição dos dirigentes militares “do processo”, como é conhecido no Uruguai o regime “de facto” instalado em 1973.

No fim de Março, o vice-almi-

rante Rodolfo Invidio declarou — depois de manter conversações com os políticos — que as forças armadas continuam a preferir que as eleições sejam realizadas a 25 de Novembro, como estabelece o calendário por elas proposto. Mas observou que isso só será possível se se chegar a um acordo com as forças políticas, num diálogo que — pelo menos formalmente — continua suspenso desde Julho de 1983.

O que está em jogo, não é somente a participação ou não de todos os políticos e de todos os partidos. Também está em jogo o papel que caberá aos militares no futuro governo. Estes insistem — e ainda não está claro que sucesso que conseguirão obter — em alguns pontos que formam a sua plataforma para se projectarem politicamente após o resultado surgido das urnas: 1) a institucionalização de um órgão militar que exercerá as funções de "assessor" da Presidência para questões consideradas de segurança nacional; 2) a nomeação dos respectivos comandos por parte de cada uma das três armas; 3) a possibilidade de decretar o "estado de emergência"; 4) a não reabilitação de Wilson Ferreira e 5) a não legalização do Partido Comunista.

As forças políticas rejeitam, logicamente, esses condicionamentos que limitariam o poder do presidente e do Congresso, embora haja sintomas de que ambas as partes estarão a procurar chegar a um acordo que acabará por amenizar as exigências dos militares. Resta saber, porém, até que ponto as forças políticas e os dirigentes militares podem ceder. E é, justamente, nesse ponto nevrálgico que estão concentradas actualmente as negociações, efectuadas sigilosamente por representantes dos partidos autorizados.

Para muitos analistas, entre tantas incertezas, haverá, nesta altura, um dado adquirido: o projecto continuísta do general

Christian Poveda / Sipa



Os "panelaços" são uma forma de protesto de massa dos uruguaios

Gregorio Alvarez (que aspirava a ter o seu mandato prorrogado por alguns anos, rompendo o calendário) teria ficado definitivamente sepultado pelo desequilíbrio entre as ambições e a força militar real do candidato.

Uma das últimas cartadas de Alvarez era a sua visita ao Brasil. O presidente uruguaio fez o possível para obter do seu homólogo brasileiro, João Figueiredo, sinais de apoio ao seu projecto continuísta ou de reconhecimento aos supostos avanços democráticos por ele impulsionados.

Contudo, tanto a nível do Palácio do Planalto como do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a recepção foi fria e nos limites do estritamente protocolar, conforme foi registado pela imprensa durante os dias em que o general Alvarez esteve em Brasília. Isso a nível oficial, porque a oposição brasileira não cumpriu sequer o mínimo de atenções que o protocolo determina. Todos os partidos de oposição assi-

naram um comunicado de repúdio à visita de Gregorio Alvarez e não participaram em nenhuma das cerimónias realizadas em Brasília.

Não só o presidente uruguaio não conseguiu colher os frutos esperados no Brasil, como é fácil observar um facto significativo: poucos dias depois do regresso de Alvarez a Montevideo, os advogados do general Seregni foram chamados ao Supremo Tribunal Militar para uma comunicação ansiosamente esperada, mas que nem por isso deixou de ser surpreendente: Seregni seria submetido em breve a julgamento de segunda instância (pois estava somente condenado em primeira instância) para se proceder à sua libertação.

A decisão ocorria no quadro de uma crescente campanha internacional pela libertação do presidente da Frente Ampla que incluiu, entre outras acções, contactos pessoais dos presidentes da Bolívia, Siles Zuazo, e da



A sede do Parlamento: a 25 de Novembro serão eleitos senadores e deputados pela primeira vez numa década

França, François Mitterrand; do primeiro-ministro espanhol Felipe González e da Suécia, Olof Palme. E pouco depois da apresentação de um pedido de *habeas corpus* em seu favor, por parte de todos os sectores políticos uruguaios. Mas é notório que essas acções já estavam encaminhadas há muito tempo e que nunca mereceram uma resposta por parte do governo uruaio, como também não a mereceu o recurso de *habeas corpus* internacional com assinaturas de personalidades de todo mundo que o ex-senador brasileiro Paulo Brossard entregou pessoalmente ao presidente do Supremo Tribunal Militar uruaio, coronel Silva Ledesma, em Agosto de 1982.

A transição

Embora, salvo a libertação de Seregni, não hajam ocorrido factos políticos concretos que demonstrem uma vontade de negociação por parte da hierarquia militar, também não se deram demonstrações de força que indiquem que as forças armadas respondam com mão-de-ferro aos avanços democráticos do povo uruaio, como o fizeram na década passada.

Favorecida pela relativa liberdade de imprensa, a opinião pública uruaia dá sinais de inter-

pretar o presente como um período de transição, ou antes, como o fim de uma etapa que cai sob o peso do seu próprio fracasso. Contribuem para esse clima de abertura, medidas liberalizantes no campo das artes e da cultura em geral, como a autorização de difusão de canções proibidas do grupo folclórico *Los Olimareños*, cujos membros estão no exílio, ou do também exilado cantor popular Alfredo Zitarrosa; a discussão pública sobre os desaparecidos — assunto tabu até há poucos meses atrás — a inclusão na imprensa de reportagens com exilados, a publicação de uma coluna semanal do escritor Mario Benedetti num dos semanários da oposição (apesar dos livros de Benedetti continuarem formalmente proibidos) e a libertação de vários filmes censurados na última década, como a produção argentina *Quebracho* e algumas curta-metragens como *En la selva hay mucho por hacer*, realizado por um cineasta uruaio exilado e baseado num conto do preso político Mauricio Gatti.

Utilizando palavras do próprio Benedetti, no Uruguai está para começar o “desexílio”. Contribuem para isso pequenos factores e os avanços a nível de resistência popular, assim como o desgaste do regime, mais que

as próprias decisões ou desejos da cúpula militar dirigente, que nunca admitiu a existência de exilados nem de presos políticos, afirmando que o que existem são delinquentes comuns que estão presos ou foragidos.

A nível da superestrutura, tudo é indefinição. Em fins de Março, os militares acabaram por ratificar a realização das eleições a 25 de Novembro. Porém continuam incertas as regras de jogo que regerão o pleito. Mas nos centros de trabalho, nos locais de ensino, nas estruturas políticas, nos bairros, nos meios de comunicação, observa-se uma consolidação das conquistas democráticas, um avanço organizativo, o aperfeiçoamento dos métodos de resistência e uma certeza: que o processo de recuperação democrática não volta atrás. Essa autoconfiança descansa em parte nas demonstrações de força que o movimento popular deu reiteradamente e que teve dois pontos culminantes na grande manifestação de 27 de Novembro de 1983, quando mais de 400 mil pessoas se reuniram para exigir o regresso à democracia, e a greve cívica de 18 de Janeiro deste ano, que paralisou a actividade na capital e no interior com níveis de adesão que ultrapassaram, inclusive, os da greve geral deflagrada em Junho de 1973, para resistir ao golpe de Estado. A paralisação de Janeiro determinou a decisão do governo em ilegalizar o Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT), apesar dos seus dirigentes continuarem em actividade e não terem sido presos.

A sondagem Gallup

A libertação do general Seregni e a mobilização popular tornam a colocar a discussão sobre a vigência da esquerda uruaia como uma verdadeira opção política. Nas últimas eleições, realizadas em 1971, a esquerda participou agrupada na Frente Am-

pla, com o general Seregni como candidato à Presidência da República. Obteve na ocasião 18% dos votos e ficou em segundo lugar na capital, onde Seregni foi individualmente o candidato mais votado.

Durante a década de governo militar, a esquerda sofreu duros golpes, não só por ter perdido a legalidade, mas porque pertencem a ela a maior parte dos exilados, presos, desaparecidos, assassinados e torturados. Inclusive agora, a sete meses das eleições, nenhum dos partidos que formaram a Frente Ampla reconquistou o seu direito à actividade legal.

É muito difícil saber qual é a correlação de forças no Uruguai de hoje, mas a incipiente actividade política permite prever que a década de obscurantismo não mudou substancialmente o espectro político, mantendo a vigência dos dois grandes partidos tradicionais e da esquerda.

A mais recente sondagem da Gallup, realizada em Janeiro passado em Montevideu, reflecte a insatisfação na acção dos partidos tradicionais (os únicos com actividade legal): 26% dos entrevistados manifestaram não simpatizar nem com os *blancos* nem com os *colorados* (sem contar os 6% que se negaram a responder). Contudo, eles dividem ainda as preferências do eleitorado com algumas diferenças, dependendo da idade dos entrevistados ou da sua classe social.

Divulgados os resultados da Gallup, alguns dirigentes políticos oposicionistas manifestaram em Montevideu que esses 26% dos descontentes com os partidos tradicionais podem ser um bom ponto de partida para a Frente Ampla quando a esquerda puder actuar legalmente. Alguns mais optimistas calculam que se poderá repetir no Uruguai o fenómeno do Peru, onde a Esquerda Unida (IU) conquistou a prefeitura de Lima nas últimas eleições. É claro que para se che-



A restituição dos direitos políticos a Wilson Ferreira (ao lado) está no centro da discussão. O povo exige eleições livres e amnistia (abaixo)



Christian Poveda/Sipa

gar até lá, ainda terão que se cumprir várias etapas: a legalização da Frente Ampla e a realização de eleições realmente livres.

O futuro imediato

Com a libertação do general Seregni, resta definir no futuro imediato, o caso do ex-senador Wilson Ferreira Aldunate, proclamado candidato à presidência da República, que apesar de não ter recebido nenhum sinal dos militares, declarou em Espanha que regressaria ao país antes de Maio. Se o governo cometer uma violência com Ferreira, impedindo o seu desembarque, prendendo-o, ou permitindo-lhe voltar mas mantendo os seus direitos políticos suspensos, poder-se-á criar uma crise profunda que desestabilize os canais pelos quais avança o tímido processo de

abertura, além de isolar o regime no campo internacional.

E isso não se deve somente à grande popularidade do dirigente *blanco* exilado, mas porque decorre do facto de que para grandes sectores de opinião pública, a participação ou não de Wilson Ferreira nas eleições será um divisor de águas entre uma verdadeira eleição ou uma farsa eleitoral tendente a legitimar a continuidade do regime.

A indefinição e a tática de "ganhar tempo" pôde ser útil para os dirigentes do "processo" na etapa inicial da abertura, quando o povo não tinha conquistado ainda as ruas. Hoje, e daqui por diante, pode ser uma arma de dois gumes, que acabe por deixar os militares sem a saída que eles querem escamotear aos seus compatriotas. ●

Um quarto de século de desencontros

Depois de resistir às pressões de seis presidentes norte-americanos, Fidel Castro também não cede diante da prepotência de Ronald Reagan

Asb Narain Roy

Nenhum aspecto da política dos Estados Unidos no hemisfério tem sido mais estático que a sua atitude perante a revolução cubana.

Conter a revolução de Fidel Castro, impedir a sua repetição em outras partes do continente, isolá-la política e economicamente do hemisfério ocidental e enfraquecer os seus laços com a URSS foram os objectivos de Washington nos últimos 25 anos. Segundo William M. Leogrande, da Universidade Americana de Washington, "os presidentes Eisenhower e Kennedy tentaram derrubar o presidente Fidel Castro, os presidentes Johnson e Nixon trataram de cerceá-lo atra-

vés do embargo económico e de acções clandestinas, e os presidentes Ford e Carter procuraram convencê-lo a abandonar a sua política com a isca da normalização das relações. Todos eles fracassaram. Depois de ter resistido às pressões dos seis presidentes, o chefe de Estado cubano também não será dominado" pelo actual presidente Reagan.

No início da década de 70, os ideólogos da política externa norte-americana reexaminaram a sua posição a respeito de Cuba. Graças ao surgimento do processo de desanuviamiento entre as duas superpotências mundiais, a administração norte-americana foi obrigada a moderar a sua po-

sição, até então extremamente hostil com relação a Havana. Alguns parlamentares, grupos eclesásticos e empresariais, assim como intelectuais destacados, começaram a questionar a insensatez governamental de manter uma linha dura com Cuba, enquanto eram normalizadas as relações com a União Soviética e com a República Popular da China.

O governo de Gerald Ford tomou algumas iniciativas nesse sentido, levantando a proibição de exportar para Cuba produtos de filiais de companhias norte-americanas e permitindo a países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) que atenuassem as suas sanções contra Cuba. O governo cubano respondeu convidando alguns membros do Congresso norte-americano a visitar a ilha, libertou vários presos políticos, e devolveu 2 milhões de dólares que a companhia aérea *Southern Airways* dos Estados Unidos havia pago a três sequestradores a título de resgate.

Por motivos eleitorais Ford abandonou este processo de aproximação com Cuba, questionou a solidariedade do governo de Castro com o povo portorriquenho, e solicitou a retirada das tropas cubanas de Angola.

Durante a administração Carter, foram criadas condições para a normalização de relações entre Havana e Washington. Carter suspendeu a restrição que impedia os norte-americanos de viajar para Cuba, assinou um acordo pesqueiro e marítimo com o governo revolucionário e suspendeu os vãos de reconhecimento sobre território cubano. Por sua vez, o governo de Cuba libertou 4 mil presos políticos, incluindo alguns cidadãos norte-americanos, iniciou o diálogo com representantes da comunidade de exilados, apresentou planos para a reunificação da família cubana e facilitou algumas actividades des-



Fidel disse à *Newsweek* que desde 1959 nunca rejeitou o diálogo com os EUA

portivas e culturais com a participação norte-americana.

Como resultado dessas iniciativas foram estabelecidas as "seções de interesse" em Havana e Washington, o que significava um passo concreto na normalização das relações diplomáticas cubano-norte-americanas.

Esse breve período de distensão foi interrompido pelas pressões direitistas sobre Carter, particularmente após o envio de soldados cubanos para o Corno de África (Etiópia). No fim do governo Carter, voltou mais uma vez o clima de guerra fria entre ambos os países. Os Estados Unidos recomeçaram os vãos de espionagem sobre a ilha e autorizaram a criação da Força de Intervenção Rápida, com base em Cayo Hueso, na Flórida.

A ofensiva reaganiana

A eleição do presidente Reagan para a Casa Branca e a intensificação da guerra civil em El Salvador, que, segundo os porta-vozes de Washington seria "apoiada pelos cubanos", dete-



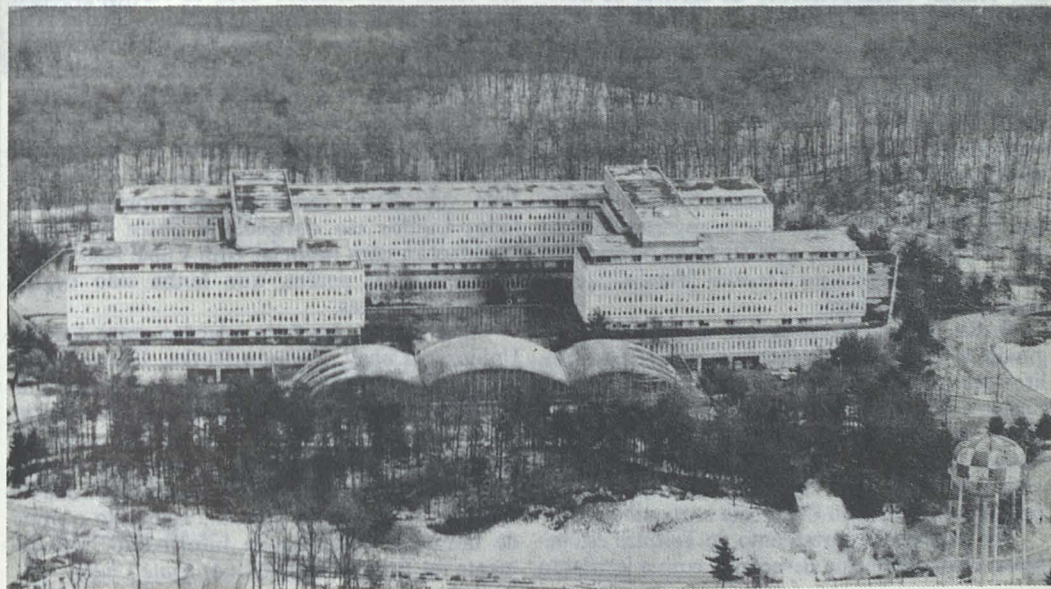
Carter: normalizar as relações



Reagan: voltar ao confronto

rioraram mais ainda as relações cubano-norte-americanas. No começo da sua administração, Ronald Reagan adotou uma linha dura em relação a Cuba, sustentando que a "subversão cubano-soviética" era a causa principal da agitação política na América Central, tendente a derrubar governos moderados e conservadores e substituí-los por regimes "totalitários".

Baseada nessa tese da "subversão comunista", a administração Reagan passou à ofensiva militar, económica, diplomática e política contra Cuba. O "Plano Haig" dado a conhecer em Abril de 1981 apresentou uma série de medidas contra a ilha. Entre as possíveis medidas estavam o bloqueio naval e a invasão directa da ilha. Posteriormente, em Dezembro de 1981, o Departamento de Estado deu a conhecer o chamado mini-Livro Branco, intitulado *Cuban Covert Activities in Latin America*, que acusou o governo de Havana de "proporcionar treino, bases de apoio, facilidades de comunicação e ajuda financeira aos movimentos guerrilheiros na América



Sede da CIA em Washington: há 25 anos que se organizam aqui todas as manobras dos EUA contra Cuba

Latina". Atacou também o governo cubano pelo seu apoio militar aos "elementos marxistas-leninistas da Nicarágua" e por "desestabilizar" os governos centro-americanos com o fim de estender a sua influência na América Latina e nas Caraíbas.

Em termos económicos, o governo Reagan anunciou o plano de reforçar o embargo económico contra Cuba com o objectivo de deter o fluxo ilegal de produtos norte-americanos para o mercado cubano, através de terceiros países. Em Maio de 1981, o Departamento do Tesouro ordenou o bloqueio da distribuição de revistas e jornais cubanos a insti-

tuições, organizações e indivíduos. Entretanto, esta decisão foi anulada em virtude de uma acção legal. Mais tarde, em Abril de 1982, os Estados Unidos impuseram novas restrições ao turismo com Cuba.

"Não permitiremos que Cuba obtenha as divisas estrangeiras provenientes dos turistas norte-americanos se Havana apoiar activamente, ao mesmo tempo, a violência armada contra os nossos amigos e aliados", afirmou John M. Walker secretário-adjunto do Tesouro.

Em suma, a política norte-americana com respeito a Cuba sob a administração Reagan vi-

sou a exclusão de qualquer processo de normalização, mesmo como uma possibilidade remota. Segundo tudo indica, os Estados Unidos nem sequer estão dispostos a falar com o governo de Havana até que Cuba retire as suas tropas estacionadas na África e suspenda as suas "actividades subversivas" na América Central. Portanto, não é de surpreender que Washington tenha recusado vistos de entrada aos funcionários cubanos, deixasse de convidar o chefe da Secção de Interesse cubana em Washington para recepções diplomáticas e pretendesse proibir uma delegação de congressistas a participar na

CORRESPONDENTE CANADIANO PROIBIDO DE TRABALHAR NOS EUA

□ "De acordo com a secção 5ª da Lei de Comércio com o Inimigo, fica-lhe proibido funcionar como representante da *Prensa Latina Canada Limited* nos Estados Unidos". Assim dizia um comunicado enviado pelo Departamento do Tesouro norte-americano ao jornalista canadiano Bob Rutka, correspondente da agência de notícias cubana, *Prensa Latina*.

Logo que recebeu a notificação, a 23 de Janeiro passado, Rutka, de 40 anos, suspendeu o que fazia há 24 meses em Washington: "Procurar reflectir a realidade dos Estados Unidos para uma audiência do Terceiro Mundo, da forma mais honesta e exacta que podia".

"Não me permitir continuar como jornalista em Washington significa que o governo de Reagan cortou, na prática, uma fonte de informação para muitos clientes no Terceiro Mundo", acrescentou com amargura.

Rutka, natural de Montreal, esteve sujeito, segundo as leis norte-americanas, a acusações de delitos que poderiam ter significado até 10 anos de prisão e 50 mil dólares de multa. O correspondente de *Prensa Latina* trabalhava nos Estados Unidos desde Junho de 1980 com visto e credenciais concedidos pelo Departamento de Estado e pelas duas câmaras do Congresso norte-americano.

"A nota do Departamento do Tesouro estabeleceu claramente que de acordo com a legislação

dos Estados Unidos, proíbe-se comerciar ou manter tratados com Cuba, considerada 'nação inimiga' por Washington, a menos que se tenha uma licença", declarou.

Um porta-voz do Departamento de Estado sugeriu que Rutka poderia obter a licença se fosse concedida a jornalistas norte-americanos "uma oportunidade semelhante para se obter notícias em Cuba". Havana, no entanto, permite o estabelecimento de delegações permanentes de organizações jornalísticas dos Estados Unidos.

Em Nova Iorque trabalham dois jornalistas da *Prensa Latina*, porém eles só podem escrever sobre temas relacionados com as Nações Unidas. Rutka fornecia notícias dos Estados Unidos através da *Prensa Latina Canada*, da qual é coproprietário juntamente com o jornalista argentino Alberto Rabilotta. A companhia foi criada em 1975.

O Canadá nunca rompeu relações diplomáticas com Havana e o primeiro-ministro Pierre Trudeau efectuou uma visita oficial a Cuba em 1976. Contudo, subsidiárias canadianas de empresas dos Estados Unidos são obrigadas a obter licença de Washington para negociar com Cuba. Não se tem conhecimento, porém, que tenha sido negada uma licença antes.

"Sou vítima das frias relações entre Estados Unidos e Cuba", afirmou Rutka. Ele considera que a sua "expulsão" prova que "existe certa hipocrisia no governo de Reagan, que afirma acreditar num livre fluxo da informação", mas, na realidade, limita a liberdade de imprensa.

O governo norte-americano justificou a sua decisão de retirar-se da Unesco, acusando o órgão de limitar a obtenção de informação, especialmente no Terceiro Mundo. (Antoine Char)

reunião inter-parlamentar realizada em Havana.

Resposta cubana

A resposta do governo cubano à política belicista de Reagan tem sido firme e intransigente, embora cautelosa.

Em 1981 o vice-presidente cubano, Carlos Rafael Rodríguez, reuniu-se no México com o ex-secretário de Estado Alexander Haig, que manifestou disposição para actuar como intermediário entre Washington e Havana. Apesar do encontro Rodríguez-Haig não ter produzido resultados concretos, nem ter conseguido modificar a maré crescente do confronto mútuo, evitou ao menos o agravamento das relações entre ambas as nações. Quatro meses depois, Fidel Castro reuniu-se com o diplomata norte-americano Vernon Walters. Segundo Wayne Smith, ex-chefe da Secção de Interesse norte-americana em Havana, "Walters

apresentou uma série de problemas, perguntando se Cuba estaria disposta a discuti-los. A resposta cubana foi afirmativa. Por outras palavras, não foi insensível. Não obstante, os Estados Unidos divulgaram a imagem de que os cubanos se encontravam rígidos nas suas posições."

A partir daí, em diferentes ocasiões, os dirigentes cubanos expressaram a sua disposição de iniciar negociações com os Estados Unidos na base do respeito à soberania dos dois países. Apoiaram também o Grupo de Contadora na sua busca em prol da paz para a convulsão da região centro-americana e Caraíbas.

Nas vésperas de 25º aniversário da Revolução Cubana, o presidente Fidel Castro concedeu uma entrevista exclusiva ao semanário norte-americano *Newsweek*, onde comentou em pormenor o actual estado das relações cubano-norte-americanas, qualificando-o de "irracional" e "absurdo". Afirmou também

que: "Nunca recusámos o diálogo com a administração norte-americana. Mas enquanto Reagan continuar a pensar que o que acontece na América Central é o resultado de uma rasteira orquestração soviético-cubana... não há esperanças de diálogo".

Em virtude da intervenção norte-americana em Granada as relações EUA-Cuba chegaram ao nível mais baixo dos últimos anos. E tudo indica que Reagan não vai modificar a sua política actual em relação a Havana.

Porém, a revolução cubana resistiu a 25 anos de hostilidades, bloqueios, chantagens e, inclusive, agressões norte-americanas, e consolidou-se, mantendo o seu carácter socialista. E Fidel Castro provou que não abandonará a sua postura revolucionária nem os seus compromissos de proporcionar ajuda moral e material aos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo. Mesmo com o pesar do *establishment* norte-americano. ●

cadernos do terceiro mundo

Portugal e Espanha

anual (12 números)
semestral (6 números)

650\$00

400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA.

Restantes Países

28 dólares USA

Assinaturas

Os pontos críticos

Unidade e democratização do poder no Líbano,
reconhecimento dos direitos palestinos e a posição síria.
Como os encararia o novo governo de Israel?

Neiva Moreira

Nenhum observador bem informado no Médio Oriente está desatento ao que se passa em Israel. Quando recentemente estive na região, a crise do gabinete Shamir era evidente, e a sua queda, verificada em Março, parecia inevitável. Há muitos factores que terão influenciado a deserção de um pequeno partido da coligação governamental, forçando a dissolução do parlamento israelita: a crise económica, a inflação incontável (mais de 400% ao ano), o acirrar das lutas religiosas, que está a chegar ao ponto de desenterrarem cadáveres pela dúvida quanto à identidade judaica, os conflitos sociais entre os judeus oriundos dos Estados Unidos e da Europa e os demais, enfim, muitos problemas que corroem os alicerces ainda frágeis da unidade nacional.

Mais do que factos episódicos, o futuro de Israel como Estado está, assim, no epicentro da grande discussão que apaixona o seu povo.

Há uma crescente consciência no Estado judeu, sobretudo nas camadas mais jovens, de que é impossível manter indefinidamente o actual estado de guerra, base de uma política expansionista, que, hoje ou amanhã, levará o país a um desastre irremediável.

O que se passa nesse campo é muito expressivo. Manifestações de 500 mil pessoas, numa população de pouco mais de três milhões, contestação aberta e fir-



O presidente Hafez Assad



O primeiro-ministro Shamir

me, mesmo entre os militares, ao belicismo dos governantes, crescente rebelião na universidade contra um modelo político artificial e irrealista, e contra uma estratégia internacional agressiva e intolerante, que levou o país à suspeita internacional e ao isolamento diplomático.

O que ocorre no Líbano com

o exército de ocupação preocupa seriamente os israelitas que aspiram a viver em paz com os árabes. Esse exército já perdeu em atentados mais homens e material do que nas operações militares. O seu custo financeiro é de quase dois milhões de dólares por dia e não há qualquer indício de que a população do sul do Líbano se dobre à ocupação ou renuncie à resistência.

Isso tudo explica a convocação de novas eleições. Se essa situação se projectar nos resultados eleitorais, não há dúvida de que o novo governo, mesmo comprometido historicamente com uma política condenada, será forçado a examinar, pelo menos com outra visão, as realidades, numa perspectiva de mudança de rumos.

Hoje, no Médio Oriente, há muito maior compreensão para a existência de um Estado de Israel dentro das fronteiras definidas pelas Nações Unidas do que antes. Esse é um facto que estimula, nesse país, as correntes pacifistas que estão cansadas de guerra e de agressão. Também existe dentro de Israel a consciência de que Telavive deve renunciar às "fronteiras bíblicas", um mito dos expansionistas e dos seus protectores do Pentágono. Sem isso, nem mesmo a existência de Israel como Estado estaria assegurada no futuro.

As eleições em Israel serão importantes na medida em que o governo que delas surgir tenha

um novo entendimento do problema da região, totalmente diferente da "linha Begin" e se houver uma mudança fundamental sobre três problemas decisivos: a) a questão palestina; b) o futuro do Líbano; e c) a posição síria.

Seria impossível pensar em paz no Médio Oriente sem o reconhecimento de que os palestinos têm direito à sua auto-determinação e isso significa que devem assentar nas suas terras históricas um Estado nacional palestino internacionalmente reconhecido. Fora disso, haverá guerra para este fim de século e para o terceiro milénio, pois, apoiados no poder árabe, que será cada vez maior e mais organizado, os palestinos jamais renunciarão ao seu direito nacional.

Do mesmo modo, seria inaceitável para os árabes em geral e parte influente da comunidade internacional um Líbano retalhado, dividido em feudos político-religiosos. Ora, as poderosas forças internas que estão a vencer a guerra contra a direita falangista e seus aliados norte-americanos-israelitas, já provaram a sua formal oposição a esse projecto e revelaram, nestes quase dez anos de guerra civil, a sua capacidade de bloquear a sua efectivação.

Os norte-americanos e seus aliados em Israel terão que partir dessa base se querem paz na região: um Estado palestino soberano e um Líbano unificado e democrático.

Os sírios

Mas há, ainda, um terceiro ponto a considerar, que é a posição síria. A Síria é um factor decisivo para uma solução política da crise do Médio Oriente. Nada mais estranho à realidade do que supor que os sírios possam ser marginalizados de um processo de paz na região como é o objectivo dos Estados Unidos e Israel. Deixando na margem os factores históricos, étnicos, culturais, ideológicos, geopolíticos — em-



Tropas britânicas em Beirute:
fracassou o papel da força multinacional de paz

bora esses tenham grande peso — não se pode desconhecer o papel desempenhado pelos sírios na guerra contra Israel e os seus aliados norte-americanos. A resistência a ambos escudou-se principalmente nas forças armadas sírias e palestinas. O papel do exército sírio nessa luta tem sido determinante, sem naturalmente desconhecer-se a importância de todo o conjunto de forças árabes que, de Bagdade, a Aden, mobilizou-se em maior ou menor grau para enfrentar o inimigo comum.

Hoje mesmo, se não fosse a consciência de que deveriam lutar muito para dominar militarmente a região, os Estados Unidos já teriam determinado às suas forças que invadissem a Síria e dali ampliassem o seu raio de acção ao Golfo. Só não o fazem porque sabem que o avanço pela estrada de Damasco não será um passeio turístico.

"Como ficar indiferentes à ameaça que cai sobre todos os árabes? Não temos assim como nos desculpar de ajudar as forças progressistas libanesas a frustrar o plano de Reagan e de Telavive. Por isso mesmo temos sido alvo permanente da agressão norte-americana. Mas não tememos os Estados Unidos e isso o demonstramos todos os dias. A cada

agressão respondemos com a mesma intensidade", declarou-nos o secretário-geral adjunto do Partido Baas (no poder), Abdala Al Ahmar, em Damasco, durante a nossa visita no mês passado à região.

A recente reorganização do governo sírio contempla, sem dúvida, o crescente papel do ministro dos Negócios Estrangeiros, Abdel Halim Khaddam à vice-presidência da República é um indício dessa preocupação. Khaddam tem sido um negociador permanente em todo o conjunto da crise da região e o facto de estar muito próximo do presidente Hafez Assad pode estimular iniciativas de alto nível no caminho de um melhor entendimento inter-árabe.

Notícias divulgadas por alguns meios de comunicação davam conta de um encontro entre Arafat e Khaddam. Não vi depois confirmação nem desmentidos oficiais a esse respeito. Se a reunião se efectivou teria sido uma iniciativa positiva. A unidade árabe, fundamental à defesa dos direitos dos palestinos, passa, necessariamente, pela consolidação do bom entendimento entre o governo sírio e a OLP. "Isso é o mínimo que devemos esperar para o futuro das relações entre os sírios e a OLP, liderada

DAMASCO: A EXPLOÇÃO URBANA

☐ O aeroporto de Damasco é moderno e confortável, com toques de estilo árabe tradicional, sobretudo nas suas salas especiais. Também moderna e bem arborizada é a auto-estrada que liga o aeroporto ao centro da cidade.

Mas esses não são os únicos testemunhos de que a Síria se moderniza, apesar da guerra. O novo hotel turístico, construído no centro mais dinâmico da capital, o *Cham*, não tem estrelas na fachada mas não fica atrás dos seus similares mais estrelados das grandes capitais europeias. Nas ruas e praças próximas, as lojas estão cheias dos inevitáveis electrodomésticos, especialmente japoneses, e os engarrafamentos de trânsito dão um tom algo ocidental ao ambiente.

No fundo dos escritórios, uns modernos e outros contemporâneos dos ocupantes franceses, toda uma nova geração de políticos e de tecnocratas se entrega à tarefa de tirar do papel para as realizações práticas o quinto plano quinquenal de governo: "É o nosso desafio diário", declararam o ministro da Economia, Salim Yassim.

Mas não é só isso: eles têm que administrar com eficácia, uma economia em 90% estatal, em que a incidência maior da iniciativa privada se faz sentir em dois campos: o primeiro, a agricultura, em que o controlo do Estado é em muitas áreas inferior a 10%, e, em segundo lugar, na poderosa indústria têxtil, orgulho dos artesãos sírios, totalmente em mãos de proprietários capitalistas. A agricultura participa com cerca de 20% no Produto Nacional Bruto (PNB), a indústria com 25% e os serviços com os restantes 55%.

"Somos todos sírios"

No mercado árabe de Damasco, o *Zuk*, uma infinidade de pequenas e grandes lojas exibem tudo o que se possa imaginar, apregoando em todos os idiomas do mundo e a preços que às vezes se reduzem, no regateio, a 10 e 20% do que foi pedido originariamente. Nele se tem uma ideia clara das marcas inexpugnáveis que os fenícios deixaram no estilo mercantil árabe.

Uma curiosidade: assim como em Bagdade, grande parte das atraentes lojas de artigos de ouro e prata, que deslumbram os turistas, ainda pertence a judeus. "E a guerra?", perguntámos a um poliglota que atraía compradores qual fosse o idioma que falasse: "Não chega aqui. Somos todos sírios".

A Síria já é um produtor médio de petróleo. Este ano, aproximar-se-á dos 10 milhões de bar-

ris. Exporta para a Grécia, França, países socialistas, Chipre e Itália. Começa a fabricar papel, a ampliar a sua indústria de alimentos e está a impulsionar a sua petroquímica, com grandes ambições na exportação de fertilizantes.

A cidade de Homs está hoje com um milhão de habitantes, uma mesquita famosa e orgulha-se de ser ao mesmo tempo uma cidade de grande nível cultural e de se estar a transformar na "São Paulo da Síria", como nos dizia o principal dirigente local do Partido Baas, Abdel Razzak Ayoub. Ali, foi recentemente inaugurada a fábrica de fertilizantes, que custou mais de mil milhões de dólares e permite-nos uma visão da nova camada dirigente do país: a sua juventude. O director, um dos 200 engenheiros que trabalham na fábrica, estudou na Alemanha Ocidental e nos países socialistas. Não tem mais de 25 anos e mostra-se muito familiarizado com aqueles intrincados comandos que se movem por computadores.

As esperanças dos agricultores centram-se na barragem do rio Eufrates, que duplicará a área irrigada do país, de 600 mil a 1.200 mil hectares. Mas as águas desse rio bíblico não são apenas sírias. Os turcos reivindicam o uso de 75% das mesmas e os 25% restantes não chegam para as necessidades do Iraque e da Síria. E então? "Temos que resolver esse problema segundo as leis internacionais", disse-nos um diplomata em Damasco.

O prefeito de Damasco, Adnan Koli, que enfrenta os problemas administrativos da cidade, queixa-se do crescimento inesperado da capital, sobretudo pela afluência de refugiados: passou de 500 mil há 20 anos atrás, para três milhões hoje. O plano urbano previa serviços para uma população máxima, neste momento, de 1 milhão e 900 mil, o que explica a natureza dos problemas actuais.

A administração está a projectar ou a construir, além de 85 hectares de parques no centro da cidade e várias garagens subterrâneas, três obras fundamentais: os terminais para os transportes urbanos internos e internacionais (Beirute está a algumas dezenas de quilómetros e Aman a pouco mais de 200), uma avenida marginal de sete quilómetros de extensão (que desviará o tráfego do interior da capital) e a reforma de toda a rede de esgotos, de maneira a produzir adubo e a realimentar os rios próximos com água limpa. Uma firma inglesa está incumbida dessa obra. "E porque não uma empresa do Terceiro Mundo?". "Lamentamos que assim seja, mas nos outros países, como no nosso, nem todos sabem que estamos a progredir e a realizar obras, apesar da guerra estar bem ali, a alguns quilómetros", responde-nos. (N. M.)

por Yasser Arafat. Nós, árabes, alimentamos frequentes desentendimentos internos, mas em favor da nossa unidade e sobrevivência, tivemos sempre capacidade de superar muitas dificuldades. Não vemos os actuais entendimentos entre Arafat e o rei Hussein, cuja acção no passado fez muitos danos à causa palestina, e que hoje recebe o líder da OLP com as honras reservadas a um chefe de Estado? Porque não esperar um degelo com Damasco?”, perguntava-nos um diplomata árabe na Europa.

E, efectivamente, em fins de Março um destacado membro do Comité Executivo da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Mahmud Abbas (Abu Mazen) declarava no Kuwait que “as relações entre o governo sírio e os palestinos estão a melhorar” e que altos funcionários da OLP encontravam-se na altura em Damasco conversando sobre “os passos futuros”. Se dessas conversações resultar um acordo, “uma delegação de alto nível da Al Fatah visitará a Síria em breve”, manifestou o dirigente palestino.

Sintomas de degelo

Nas últimas semanas, há alguns sintomas de um certo degelo, mas, para uma paz duradoura na região, os Estados Unidos têm que renunciar à sua política tradicional para o Líbano, que se sintetiza em três pontos principais: a) destruir a presença palestina em território libanês; b) assestar repetidos golpes ao poder militar sírio de modo a impedir a sua cooperação com a resistência democrática libanesa; c) assegurar o domínio da direita libanesa (Falange) sobre o conjunto do país, e se isso for impossível, impor o velho projecto dos mini-Estados confessionais, privando o país da sua unidade e partes consideráveis do seu povo da sua identidade árabe. Esperar isso do governo de Reagan não parece



A guerra no Líbano pode acabar se os direitos de todos os cidadãos — em particular os dos muçulmanos — forem respeitados



realista.

É possível chegar-se à “Paz Agora”, como reclamam amplos sectores dentro de Israel? Não parece que as condições estejam dadas, mas é um facto inegável de que algo alentador se está a gerar nessa conturbada e complexa região do mundo.

Sobre o panorama costumeiro e trágico da guerra, começam a projectar-se sinais ainda débeis mas esperançosos de que, aqui e ali, se criam condições melhores para um esforço positivo em favor de uma paz justa, cujos ali-cerces são o reconhecimento dos direitos palestinos. ●

A conferência de Lausanne Nada de concreto

A intransigência dos dirigentes libaneses leva ao fracasso a segunda conferência de "reconciliação nacional"

Alberto B. Marantoni

Para além das diferenças religiosas e de opinião política, o "pomo da discórdia" entre as facções rivais libanesas é a questão institucional do país. Para os maronitas, e uma boa parte dos sunitas, as instituições libanesas estabelecidas entre os anos 30 e início dos anos 40, tendo por base a importância numérica das diferentes comunidades religiosas e o recenseamento de 1932, continuam, de uma maneira geral, a revelarem-se instituições sãs e adaptadas à complexa realidade do país.

Para os drusos, e sobretudo, para os chiitas uma tal partilha do poder já não reflecte, de modo nenhum, a importância respectiva das diferentes comunidades libanesas. A partilha determina que a presidência da República fica com os maronitas e a presidência do Conselho de Ministros, com os sunitas. Na câmara de deputados: 30 lugares são para os maronitas, 20 para os sunitas, 19 para os chiitas, 11 para os gregos ortodoxos, 6 para os drusos, 6 para os gregos católicos, 5 para os arménios e 1 outro para as restantes minorias. Em 1932, os cristãos eram cerca de 450 mil, dos quais 260 mil eram maronitas; e os muçulmanos 400 mil, dos quais 180 mil sunitas, 160 mil chiitas e 60 mil drusos.

Em 1984, segundo as estimativas demográficas mais credíveis, constata-se uma considerável mudança: 1 milhão de cristãos, dos quais 500 mil maronitas; 2 milhões e 300 mil muçulmanos, dos quais 1 milhão e 400 mil chiitas, 750 mil sunitas e 150 mil drusos.

Estes números explicam, também, a razão pela qual nenhuma das partes, a não ser os chiitas, é favorável à introdução de um sistema eleitoral baseado no sufrágio universal.

Um diálogo de surdos

O salão das arcadas do Hotel Beau-Rivage de Lausanne-Ouchy, local onde decorreu a conferência libanesa, não chegou a ser palco de um verdadeiro debate. No decurso dos oito dias de reuniões, os nove delegados representando as facções em luta e os principais credos ou confissões do país, jamais chegaram a estabelecer, salvo algumas violentas altercações, uma discussão séria sobre os graves problemas com que se debate o seu país.

Alternadamente, cada um apresentou o seu "monólogo", e, no seu conjunto, mais não fizeram do que representar um alucinante "diálogo de surdos".

Com efeito, para Pierre Gemayel, a "fórmula libanesa" de 1943 continua a ser aquela que melhor garante a especificidade do país. Para Camille Chamoun, seu aliado, é a fórmula do federalismo que, ao respeitar as profundas realidades do país, poderia levar o país a sair do impasse, devolvendo-lhe um novo fôlego.

Para Rachid Karame (sunitas do norte), antigo primeiro-ministro, a solução passa pela criação de um Senado com repartição paritária, ou seja: confessional. Para Abdel Osseirane (chiitas moderados) teria sido necessária uma simples desconfessionalização do Parlamento. Para Saeb Salam (sunitas moderados de Beirute) seria antes o princípio da igualdade política — sem, contudo, pôr em causa a repartição confessional dos elevados cargos do Estado — que poderia vir a acalmar os espíritos. Para Suleiman Franjeh (maronitas de Zgortha), antigo presidente da República, não seria necessário alterar a fórmula libanesa, antes dar-lhe alguns retoques de fachada. Para Walid Jumblatt (drusos), líder do Partido Socialista Progressista, seria um colégio presidencial eleito por sufrágio universal e uma presidência rotativa, à maneira jugoslava, que poderia reequilibrar a influência das diferentes comunidades. Para Nabih Berri (movimento AMAL), líder dos chiitas, a desconfessionalização do país deveria passar necessariamente pela eleição do presidente da República por sufrágio universal e pela designação do presidente do Conselho de Ministros pela Assembleia Nacional, e não, como até aqui, pelo Chefe de Estado. Para Amin Gemayel, presidente da República em exercício, todos estes projectos são inoportunos, pois a eventual reforma das instituições do país deveria antes ser confiada a uma Assembleia Constituinte, nomeada pelos representantes de um governo de coligação na-

cional que englobasse todas as facções libanesas.

Neste contexto, não é difícil imaginar o que se viria a passar em Lausanne... Fracassado o "compromisso sírio", não restava aos participantes outra saída que redigir um laconico "acordo de fachada". O comunicado final da conferência, que seria divulgado quando a maioria dos

participantes haviam já deixado Lausanne, procurava em trinta linhas salvar a face dos dirigentes libaneses, agradecer às autoridades suíças, sauditas e sírias e expressar "votos piedosos" pelo Líbano...

Uma vez mais foi decretado um "cessar-fogo": o 171º desde o começo das hostilidades em 1975, para ser mais exacto. Tam-

bém foi decidido "o termo de todas as campanhas de informação difamatórias sob todas as formas", bem como a "formação de um comité institucional de 32 membros que, num prazo de 6 meses, deverá elaborar um projecto de reforma constitucional". Quanto ao resto, nada de concreto.

Dirigentes libaneses falam a "cadernos"

Ao longo dos oito dias de duração da Conferência de Lausanne, o correspondente de *cadernos do terceiro mundo*, Alberto B. Mariantoni, teve a oportunidade de entrevistar os principais dirigentes libaneses. Assim, seguem-se os resumos das conversas com Walid Jumblatt, líder dos drusos e presidente do Partido Socialista Libanês, Nabih Berri, chefe do

movimento chiita AMAL, Camille Chamoun, presidente da Frente Libanesa e do Partido Nacional Liberal e Pierre Gemayel, presidente do Partido Kataeb (falanges). Encerram estas entrevistas um retrato do mais controverso e cada vez mais isolado dirigente libanês, o presidente Amin Gemayel, cujo único contacto com jornalistas em Lausanne foi com o nosso colaborador.

Jumblatt:

"Continuamos a exigir a demissão de Gemayel"

Sr. Jumblatt, o acordo previsto, uma vez mais fracassou... Como vê a situação?

— Vejo-a tingida de cores sombrias... Se vim a Lausanne foi para evitar o pior para o meu país. Mas os maronitas continuam a querer manter os seus privilégios. Eles não querem compreender que é preciso dar ao Líbano uma fórmula moderna, leiga, que leve em consideração o papel das diversas comunidades. Infelizmente há uma parte dos maronitas que estão no poder desde 1920. É necessário que esta classe dirigente compreenda que é hora de dar aos ou-

tros, à maioria, alguma coisa. Estou simplificando, mas é esse o problema. Quanto mais se retardar isso, mais se caminhará para uma radicalização das posições.

Mas os cristãos pareciam de acordo em ceder sobre certos pontos. Porque fizeram eles, em seguida, "marcha-atrás"?

— Até agora eles não cederam nada, excepto algumas reformas marginais, certos pontos sem interesse. Aceitaram, por exemplo, dar aos chiitas e aos drusos alguns cargos, mas não estamos aqui para ganhar novos cargos. Poderia ter-se evitado toda esta



guerra civil e ter esses mesmos cargos em Beirute. A nossa opinião pública exige um preço e esse preço é uma reestruturação do actual sistema político.

Porque motivo, na sua opinião, os seus adversários não aceitaram a sua proposta relativa a uma presidência colegial, à maneira suíça ou jugoslava?

— Porque eles não querem renunciar aos seus privilégios. Na

minha opinião essa fórmula era a única capaz de estabelecer um certo equilíbrio entre as comunidades libanesas. Era a única que teria podido anular de um só golpe todos os favoritismos inter-comunitários.

Como vê a proposta da Síria, de manter Gemayel, um maronita, na presidência?

— Os maronitas querem a presidência? Nós não nos opomos... Mas que nos dão eles em troca? Não temos lugares no Senado, o que seria uma certa garantia para

todas as comunidades, não há lei eleitoral proporcional, não há desconfessionalização... Eles querem tudo e não nos dão nada!

Os seus aliados, os chiítas, eram contudo favoráveis à eleição do presidente por sufrágio universal. Porque não apoiou tal reivindicação?

— Não é muito importante para nós. O que era e continua sendo importante para nós é a questão das responsabilidades. Nós não podemos abandonar a exigência da demissão de Amin

Gemayel enquanto não tivermos uma prova da sua inocência nos massacres dos subúrbios de Beirute (Sabra e Shatila) e do Shouf.

E como se livrar dos israelitas no sul do Líbano?

— É preciso reatualizar as resoluções da ONU. Isto depende de um entendimento entre norte-americanos e soviéticos. No dia em que os dois grandes o decidirem, o exército israelita partirá do Líbano nas vinte e quatro horas seguintes.

Berri:

“Desconfessionalizar o Líbano”

Sr. Berri, apesar de todas as esperanças colocadas na 2ª Sessão da Conferência de Reconciliação Nacional de Lausanne, nenhum resultado concreto parece ter sido registado... O que pensa a respeito disso?

— Sinto grande pesar... Mais uma vez a Conferência foi um fracasso... Mas era inevitável! Não poderia ser de outra forma, duas gerações diferentes debatendo temas da actualidade só poderiam produzir um diálogo de surdos.

Mas a que atribui este novo fracasso?

— O maior responsável é o presidente! Ele veio a Lausanne sem sequer ter preparado um só dossier... E depois de oito dias de reuniões e apesar de todos os esforços empreendidos pelas delegações presentes, ele teve a desfaçatez de recusar o projecto de síntese apresentado nos dias 17 e 18 de Março último. No Líbano, apesar das aparências em contrário, existem duas ideologias. Uma que pretende reconstruir o

Líbano com as mesmas pedras de 1943 e outra que desejaria reconstruí-lo com novas pedras. É um combate entre duas gerações: a de 1943 e a de 1984. Não se pode chegar a uma reconciliação sobre tais bases. É necessário, em vez disso, rejuvenescer as equipas dirigentes. É necessário que as novas gerações, de um lado e de outro, possam expressar-se. É preciso desconfessionalizar o Líbano e instaurar instituições semelhantes às dos outros países do mundo.

O presidente Amin Gemayel não é jovem?

— A idade não significa nada. Pode-se ser jovem e ter ideias retrógradas. Pode-se ser velho e ter ideias modernas.

E, no entanto, ele parecia realmente decidido a desconfessionalizar o país...

— Evidentemente que não! É claro que em público, na televisão, ele continua a representar o papel do presidente moderno que estaria pronto a aceitar qual-



quer mudança pelo bem do país. Mas durante os nossos “debates” ele declarou-se sempre favorável à manutenção do confessionalismo. Até mesmo declarou que, para ele, isso era uma verdadeira ambição...

Então, por outros termos, o senhor quer dizer que ele faz um “jogo duplo”?

— Exactamente. Ele faz como Penélope, desfaz à noite o que teceu durante o dia.

Esse fracasso serve a Síria?

— Eu não sei quais são as verdadeiras intenções de Damasco. De qualquer modo, aqui em Lausanne, o sr. Khaddam deu-me a impressão de tentar com todas as suas forças recoser esse manto rasgado que é o Líbano. Nas palavras ele tentou o impossível para chegar a uma reconciliação nacional. Mas que se terá passa-

do nos bastidores?

Em que medida, no seu entender, a Síria está realmente interessada na abolição do confessionalismo no Líbano?

— O sistema confessional libanês não pode agradar à Síria. A instabilidade libanesa não pode de nenhuma forma contentar o governo de Damasco.

Enquanto isso, os territórios do sul, habitados essencialmente

pelos chiitas, continuam ocupados pelo exército israelita. Como vê isso?

— O tempo trabalha a nosso favor. Porque existem neste momento problemas em Israel? Cada soldado que tomba no Líbano é um motivo a mais para a opinião pública israelita odiar o seu governo. A história repete-se, é bom lembrar o Vietname para os Estados Unidos e a Argélia para a França.

Amin Gemayel e Walid Jumblatt declararam, no início da conferência, que se eles regresassem ao Líbano de "mãos vazias" arriscavam-se a ser "lapidados" ou, muito simplesmente a serem "varridos" pelas suas respectivas bases. Qual o seu temor, estando na mesma situação?

— Nenhum. Eu prefiro voltar de "mãos vazias" do que com um "presente envenenado"! Os meus compatriotas compreenderão.

Chamoun:

"O Estado federado é a única solução"

Sr. Chamoun, os cristãos não cederam nada, a oposição nada obteve. Porquê então esta conferência?

— Para nos aproximarmos da paz. Ao longo de nove anos de guerra os nossos únicos "colóquios" eram aqueles que fazíamos através dos disparos das armas de todos os calibres... Em Genebra, abrimos o diálogo. E em Lausanne continuámo-lo. Isso é o que conta.

Mas com que resultado?

— Decidimos um cessar-fogo. Decidimos criar uma comissão de 32 membros para o estudo das reformas. Não é pouca coisa para pessoas que até ontem queriam matar-se entre si!

Que tipo de reformas preconizou no curso das discussões?

— Pela minha parte estou convencido de que o acordo que rege a vida das comunidades libanesas está morto e enterrado. Assinado em 1943, este acordo cumpriu o seu tempo e só serviu para concretizar as divisões confessionais do povo libanês. A conferência de Lausanne teria

podido acabar definitivamente com os problemas de meu país adoptando um sistema federativo. Mas a Síria opôs-se ferozmente a esta solução.

Porque razão?

— Se no Líbano houvesse um Estado Federal, os projectos de futuro sírios estariam comprometidos. Não se deve esquecer que a Síria sonha sempre com a "Grande Síria"...

Mas em que aspecto o projecto federativo seria melhor do que uma república parlamentar comum?

— A nosso ver o projecto federativo é a única fórmula aplicável à realidade do Líbano. A força do Líbano residiu sempre nessa bela mistura de comunidades. É necessário que cada um possa viver como deseja. Se os chiitas, por exemplo, desejam um modelo do tipo do de Khmeiny, é preciso que eles possam adoptá-lo. Mas para si mesmos! Sem procurar impô-lo aos outros!

Nenhuma resolução da Conferência de Lausanne fez menção



da ocupação de três-terços do território libanês por tropas estrangeiras. Porquê esse silêncio?

— Pensámos que conviria situar esse problema dentro de um contexto mais amplo: o conflito árabe-israelita. Os libaneses sozinhos nada podem contra esta realidade. Isso dependerá da boa ou má vontade das grandes potências. A anulação do tratado de 17 de Maio de 1983 foi obtida pela Síria e pela União Soviética para afastar os norte-americanos da região. Isso concretizado, os acordos de Camp David sofrerão o próximo ataque. Que fará então Washington? Depois de Beirute os norte-americanos sairão também do Cairo?

Que futuro espera, então, o Líbano?

— Sem uma solução política do problema, nacional e internacional, não haverá mais Líbano!

Pierre Gemayel: "Foi dado um grande passo"

Sr. Gemayel, o senhor parece satisfeito com os resultados da Conferência de Lausanne. Mas não teme que um tal impasse possa favorecer, a longo prazo, os planos da oposição drusa e chûta?

— As conferências de Genebra e de Lausanne não são mais do que etapas para a reconciliação definitiva. Depois de tudo que se passou durante os nove anos de guerra, acho que um grande passo foi dado. Reencontramo-nos em torno de uma mesma mesa, ainda que nada de concreto tenha resultado. É preciso tempo. É preciso tempo para que as feridas se cicatrizem... Para que os rancores, a lembrança dos mortos e os ódios acumulados possam se apagar.

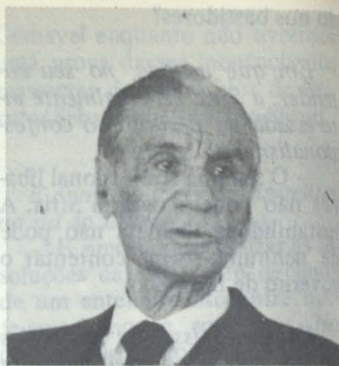
É opinião dos líderes de oposição, ao contrário, que deixar para amanhã o que poderia ter sido resolvido hoje, não faz mais do que complicar as coisas... Porque não quer encarar a reforma das instituições do seu país?

— O Pacto Nacional de 1943 funcionou muito bem até 1975. Porque motivo não deverá fun-

cionar no futuro? O Líbano tinha então a economia mais próspera do Médio Oriente. Depois os palestinos envolveram-se... A conjuntura internacional envolveu-se... e o conflito inter-comunitário explodiu. Hoje acusamos de não querermos reformas. Não é verdade! Nós estamos dispostos a considerar todos os arranjos necessários para salvar a coexistência entre os libaneses... Mas a oposição gostaria de nos reduzir a cidadãos de segunda categoria. Eis porque em Lausanne não houve acordo político.

E os seus privilégios? Porque insistem em querer conservar para os maronitas o cargo de presidente da República, numa época em que os muçulmanos do Líbano se tornaram maioritários?

— Onde leu essas "estatísticas"? Essas cifras são falsas... Na verdade existem apenas 100.000 muçulmanos a mais do que o número de cristãos. Porquê mudar o sistema? Os muçulmanos têm o primeiro-ministro e o presidente da câmara dos deputados. Porque razão não teríamos direito à presidência da República?



No decorrer da conferência acusaram-no de lamentar pessoalmente a anulação do acordo líbano-israelita de 17 de Maio de 1983. Que me pode dizer a esse respeito?

— Esse acordo era uma forma de fazer os israelitas e os sírios retirarem-se. Mas Damasco não aceitou retirar as suas tropas. Essa é a razão pela qual eu continuo hoje a preferir que os israelitas não deixem o Líbano. A retirada simultânea, de uns e de outros, é a única maneira, a meu ver, de evitar a implantação definitiva dos sírios no meu país.

Então, no momento, não há esperança de resolver os problemas libaneses em prazos razoáveis?

— Se não for possível salvar a fórmula libanesa, então será o fim do Líbano e a fragmentação do país: os cristãos com os israelitas e os muçulmanos com os sírios!

Amin Gemayel: A política não é a sua vocação

O presidente Amin Gemayel, no final da Conferência, não concedeu nenhuma entrevista. Ele não fez comentários, nem fez nenhuma declaração oficial.

70 - terceiro mundo

No entanto, recebeu-nos em conversa privada no seu apartamento. No decorrer do breve encontro, Gemayel pareceu-nos bastante cansado... decepcionado...



esvaziado de qualquer vontade de continuar. Correu o rumor em Lausanne, inclusive, que durante a última sessão da Conferência, ele teria mesmo apresentado a sua demissão, imediatamente recusada pelo vice-presidente sírio Abdelhalim Khad-dam.

A oposição acusa-o de ser o responsável pelo fracasso. Os cristãos das forças libanesas e os responsáveis políticos do PNL acusam-no de fazer o jogo dos seus inimigos.

Mas que se esconde realmente atrás da personalidade ambígua e muito contestada do presidente libanês? Um político hábil? Um "prestidigitador" sem escrúpulos? Ou um "ingénuo" sem experiência?

É difícil saber. Aqueles que o conhecem intimamente, dizem que se trata de um homem de grande valor no campo dos negócios mas que, no respeitante à

política, nunca foi um "iluminado"...

Foi à sombra do seu pai, Pierre, que ele fez a sua carreira no interior do partido das Falanges. O seu irmão mais novo, Bechir, com os seus sucessos indiscutíveis nos "feudos" cristãos durante os anos 70 e início de 80, tinha-o relegado, apesar do seu cargo de deputado falangista, para papéis políticos mais do que secundários.

Nessa época tinha-se mesmo tornado na "ovelha negra" da família. Enquanto que o resto do seu clã, sob o comando de Bechir, se empenhava na luta contra os palestinos e a esquerda libanesa, Amin Gemayel continuava a manter contactos telefónicos com Walid Jumblatt. E isso durante todos os nove anos de guerra.

Depois da morte de Bechir a presidência veio para ele. E após as desventuras da Força Interna-cional de Intervenção (norte-

americanos, franceses, italianos e britânicos) em Beirute, a tentativa, sob orientação norte-americana, de resolver o problema libanês pela força, a sua derrota militar e o abandono de Washington, ele torna-se, novamente, "diplomata".

A sua viagem a Damasco, os seus colóquios secretos com Hafez El-Assad, a revogação do acordo de 17 de Maio, a convocação da conferência de reconciliação nacional e seu novo fracasso, serão as etapas principais da sua presidência.

Hoje, mais do que nunca só na sua tarefa, ele parece lamentar os "dias negros" da sua iniciação política ao seio da família.

"A política — parece-nos dizer — não é a minha vocação".

Jimmy Carter, em plena crise dos reféns norte-americanos em Teerão, com o seu olhar na época, parecia querer dizer a mesma coisa... (A. B. M.) ●

cadernos do

terceiro mundo

Portugal e Espanha

anual (12 números) 650\$00
semestral (6 números) 400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA.

Restantes Países 28 dólares USA

Assinaturas

Uma nova etapa de um velho drama

Pablo Piacentini

Constitui o Líbano uma entidade nacional viável? Haverá possibilidade de recompor o mosaico libanês e curar as suas múltiplas e profundas feridas? Ou, pelo contrário, o desmembramento do país entre os diferentes grupos que o constituem é inevitável e constitui a única fórmula para pôr fim a esta guerra civil cruenta e interminável?

Coloca-se nestes termos o dilema que atormenta o país desde há alguns longos anos. Os sangrentos enfrentamentos, particularmente nos últimos meses, não fizeram senão agravar os ódios além de não terem proporcionado elementos que facilitem a solução do problema. No entanto, a guerra civil modificou substancialmente as relações de força internas, terminando com a hegemonia cristã que era, certamente, o factor de maior peso no conflito libanês.

Apesar de se tratar de um país árabe, o Líbano é um caleidoscópio numa perspectiva religiosa. Um pouco menos da metade dos seus habitantes são cristãos: gregos católicos e ortodoxos; arménios ortodoxos, católicos e protestantes; maronitas e católicos do rito latino. Os maronitas — o credo cristão mais numeroso — têm exercido a sua hegemonia através do partido Falange, controlado pela família Gemayel.

Os chiítas constituem a maioria no seio das comunidades islâmicas que integram também os

sunitas e os drusos, que dominam um sector montanhoso do país.

Com semelhante quadro, a viabilidade de um Estado nacional pode assumir uma de duas formas: a hegemonia de uma facção sobre as restantes, ou uma representação que regule e harmonize os diferentes interesses. A primeira variante conduz ao privilégio dos interesses — económicos, culturais e de toda a ordem — da comunidade dominante sobre as outras, além de à diferenciação religiosa se somarem as contradições de classe.



A guerra civil libanesa acabou com a hegemonia política cristã

Tal foi a explosiva combinação histórica que o colonialismo europeu deixou no Líbano. O país foi incorporado no mundo árabe desde a Idade Média e desde logo integrado no império turco otomano. As potências europeias lutaram, primeiro contra

os árabes e depois contra os turcos otomanos, pelo controlo da região. O império francês foi o agente principal de tal desígnio que, já em 1860 interveio militarmente na área sob o pretexto de defender os cristãos maronitas.

A Primeira Guerra Mundial significou o desmoronamento do império otomano e a repartição dos ricos territórios entre os vencedores: Inglaterra e França. O Líbano e a Síria caíram sob a órbita do imperialismo francês. Foi assim que naquele pequeno país prosperou uma classe cristã com fortes interesses comerciais e financeiros, ligada cultural e economicamente ao Ocidente, enquanto que a maioria da população, com as tensões e ressentimentos consequentes, era submetida ao duplo jogo da espoliação económica e da penetração cultural.

A Segunda Guerra Mundial permitiu a independência do país, cuja forma de governo articulou-se em torno do Pacto Nacional (1943) estabelecido entre

maronitas e sunitas. Como consequência coube aos maronitas, que apesar das concessões formuladas continuavam o grupo mais influente, designarem o presidente e aos sunitas escolherem o primeiro-ministro.

Mais de 40 anos se passaram



O contingente francês foi o último a deixar o Líbano. Na foto, a chegada a Paris dos 58 soldados mortos no atentado de Outubro de 83

desde a instituição do pacto. Essa decisão concedeu um peso desproporcionado aos grupos maronitas dominantes em relação à população total e constituiu-se no factor determinante dos conflitos nacionais, desde os enfrentamentos entre as facções até à eclosão da guerra civil.

Mas, o poder militar que os maronitas conservaram até começos de 1984 não teria sido possível sem o apoio dos Estados Unidos e de Israel. E, assim como a potência judaica desferiu do sul violentos bombardeamentos e ocupou militarmente uma parte do país em cumplicidade com o presidente Amín Gemayel, os Estados Unidos converteram a chamada Força Multilateral de Paz — ou, pelo menos, o destacamento norte-americano — num factor beligerante de apoio ao governo Gemayel.

No entanto, o próprio presidente Gemayel viu-se obrigado a mudar bruscamente a sua política, a denunciar o acordo que havia assinado em Maio de 1983 com Israel e a procurar um entendimento com o seu até então adversário, o presidente sírio Hafez Assad.

São muitos os antecedentes a

considerar nesta verdadeira mutação da situação libanesa.

— As potências ocidentais propiciaram, como uma fórmula para implantar um governo capaz de controlar o país, a formação de um numeroso exército nacional libanês. Porém, Bechir Gemayel, irmão e antecessor do actual presidente, fez confluír as milícias falangistas e transformou, de facto, aquele exército num instrumento de poder da sua facção. Isso levou ao retraimento das demais milícias que, substancialmente, conservariam as suas próprias forças militares à margem de um exército que não podia representá-las nem dar-lhes garantias.

— Quando Amín Gemayel assumiu o governo, logo após o assassinato do seu irmão (Setembro de 1982), os drusos e os chiitas não estavam na oposição. Porém, uma mistura de desacetos e rivalidades acabaram por dar lugar a uma frente opositora que levou o governo à impotência mais completa e que, inclusive, tirou-lhe o controlo de Beirute Ocidental.

O acordo com Israel e a brutalidade com que aquela potência agrediu a população conduzi-

ram naturalmente os drusos e os chiitas a uma oposição combativa. Os chiitas constituem o grupo islâmico mais numeroso e o mais desfavorecido economicamente, e a entrada em acção da sua milícia foi o factor novo que inclinou o prato da balança militar em favor dos opositores e encurralou o exército às ordens de Gemayel.

A reacção dos aliados externos do presidente libanês foi desajeitada, brutal e desesperada. Às represálias israelitas juntou-se a acção directa do destacamento norte-americano contra as posições drusas e chiitas, que sob bombardeamentos muito intensos sofreram numerosas baixas e vítimas elevadas na sua população civil.

Tudo isso entretanto não impediu as derrotas sofridas pelo exército de Gemayel. A 6 de Fevereiro último, a ocupação de Beirute Ocidental por parte das forças do AMAL foi a demonstração da nova configuração das relações militares.

O presidente Ronald Reagan temia que as suas tropas sofressem mais baixas e que a opinião pública norte-americana se desse conta de que ele havia conduzido o país a uma aventura desastrosa, pois isto poderia custar-lhe a reeleição em Novembro próximo. Daí a sua repentina decisão de retirar o seu destacamento, sem sequer consultar os seus aliados da força multinacional (franceses, italianos e britânicos).

Abandonado, Gemayel não teve outra solução senão pactuar com os seus adversários internos e especialmente com o novo árbitro da situação, o presidente sírio Assad. Verificou-se assim o quadro que Reagan e os seus colaboradores haviam previamente descrito como justificativo da sua intervenção para que o Ocidente não sofresse uma catástrofe. Isto é, que Assad e os seus

terceiro mundo - 73



A continuação da guerra civil libanesa anula a tese de que a sua causa principal estava na presença palestina

aliados soviéticos acabassem por se tornar factores determinantes na região. Porém, logo depois da rápida retirada do Líbano, as mesmas motivações eleitorais inspiraram uma análise contrária à anterior e o triunfo sírio já não era apresentado como uma catástrofe. Entretanto, tornava-se evidente, como foi dito pelos próprios aliados dos Estados Unidos, que a aliança atlântica sofrera uma derrota política de grande envergadura e que tinha falhado em todos os objectivos a que se propusera.

A situação do Líbano constituiu uma demonstração cabal da falsidade da afirmação segundo a qual a presença palestina era o factor principal da guerra civil. A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) retirou-se do país no ano passado e a intensidade das lutas intestinas não ce-deu sequer um ápice. Na realidade, os palestinos também não tinham tido nenhuma incidência nos enfrentamentos entre os maronitas e o chiitas que haviam servido de pretexto para o desembarque dos *marines* dos Esta-

dos Unidos em 1958.

Por outro lado, Gemayel não só não consolidou a sua liderança na área cristã como saiu enfraquecido nesse aspecto. Um político tão importante como o ex-presidente Suleiman Franjie opusera-se tenazmente ao pacto com Israel. E os sectores cristãos mais reacçãoários, entre os quais se destaca o ex-presidente Camille Chamoun, partidários da aliança com a potência judaica, condenaram a sua viagem a Damasco para dialogar, com Assad. Tais grupos procuram substituí-lo e contam com o apoio de Israel. Porém não se sabe como um núcleo do dividido e derrotado contingente cristão poderia nesta altura da situação recuperar a hegemonia perdida. Poderá sim constituir-se numa forte corrente separatista frente a qualquer negociação que não contemple as aspirações daqueles ultrapassados nostálgicos da supremacia dos interesses cristãos.

Esta actual relação de forças, mais de acordo com a importância real dos diferentes componentes do mosaico libanês é, por-

tanto, o novo e importante facto que se apresenta no curso daquela guerra civil crónica. Mas ainda não se sabe se será possível um acordo que preserve a unidade nacional num quadro de convivência pacífica. A experiência parece indicar que qualquer projecto de solução que se apresente despertará a hostilidade de alguns e a aprovação de outros. Somente uma grande dose de realismo e não pouca sabedoria dos líderes dos diferentes sectores da massacrada sociedade libanesa poderiam deter a guerra fratricida, e ainda que tais virtudes não hajam predominado até agora, é desejável que ainda prevaleçam. Caso contrário, o mais provável será que, mais cedo ou mais tarde, a guerra civil desembocque numa divisão cujos contornos internos são difíceis de se imaginar. Mas de qualquer modo traria consigo uma zona de influência síria e outra israelita. E, certamente, manter-se-ia assim a tensão bipolar na região, com suficiente potencial para eclodir em ulteriores e maiores conflitos bélicos.

A guerra quase esquecida

Uma das mais antigas lutas pela independência na Australásia volta a ameaçar a ocupação estrangeira

Albert Evert Ermste

Ao hastearem a bandeira rebelde no edifício mais alto de Jayapura, a capital do Irian Ocidental, os guerrilheiros levaram até ao principal reduto da dominação colonial uma luta que já dura 50 anos e que teve como adversários inicialmente os holandeses e agora os indonésios. O ataque realizado em meados de Fevereiro foi a mais importante ofensiva político-militar do movimento Papua Ocidental Livre (OPM-*Organisasi Papua Merdeka*) desde a década de 70.

A ofensiva rebelde deflagrou uma violenta repressão por parte das tropas da Indonésia que depois de prenderem mais de 50 adeptos da OPM em Jayapura, lançaram uma campanha de terror na zona rural do Irian, provocando a fuga em massa de camponeses que cruzaram a fronteira com a República de Papua-Nova Guiné em busca de protecção. Todas as escolas e repartições públicas foram encerradas durante vários dias, enquanto as estradas de acesso à capital foram bloqueadas pelo exército. O ministro da Defesa da Indonésia, General Poniman, esteve em Jayapura para reuniões de emergência com os seus subordinados, uma vez que os rebeldes prometeram continuar a ofensiva.

A intensificação das acções do Movimento Papua Livre ocorreu depois que as várias facções em que o movimento se havia dividido nos últimos cinco anos,



A natureza acidentada da ilha favorece a acção da guerrilha

resolveram novamente reunificar as suas forças. Com isto surgiu a possibilidade dos rebeldes passarem a ter uma estratégia única, e que está baseada na guerrilha nas montanhas, uma região de acesso muito difícil, devido à natureza acidentada do terreno. As tropas da Indonésia até agora não conseguiram penetrar nos redutos da OPM porque conhecem pouco a área e não se aventuram a ata-

ques em larga escala devido ao temor de baixas em grande número.

O início da guerra

A OPM surgiu em 1963, mas as suas origens vêm desde o final da dominação holandesa na década de 30 quando surgiram na parte ocidental da ilha de Nova

terceiro mundo - 75



O descontentamento com a ocupação indonésia do Irian Ocidental aumentou desde que o lado oriental da ilha se tornou independente da Austrália, constituindo hoje a Papua-Nova Guiné

Guiné, os primeiros actos de rebelião contra a presença estrangeira. Os primeiros europeus a interessarem-se pela colonização do Irian Ocidental foram os alemães, mas estes nem chegaram a estabelecer-se, porque em 1848, a Holanda traçou uma linha imaginária na ilha de Nova Guiné assumindo o controlo da parte ocidental, enquanto a Inglaterra ficava com a metade oriental. Durante quase 40 anos nem ingleses ou holandeses demonstraram o menor interesse em explorar a ilha porque estavam com as atenções voltadas para outras colónias na Ásia. Mas no final do século, como os alemães voltassem a tentar assumir o controlo da região, a Inglaterra decidiu transformar a sua parte da ilha de Nova Guiné num protectorado e passou à Austrália a tarefa de administrar financeiramente a colónia.

No lado do Irian, os holandeses limitaram-se a explorar a região costeira com raríssimas penetrações no interior. Depois da II Guerra Mundial, quando os nacionalistas indonésios começa-



ram a luta pela independência, a Holanda construiu no Irian o famoso campo de concentração de Boeven Digoel onde foram internados os principais líderes anti-colonialistas. Por esta razão, os rebeldes do Irian, por volta de 1945 chegaram a admitir uma união com a Indonésia, apesar da diversidade de cultura e tradições políticas. O governo de Haia opôs-se à unificação, por considerar que a sua possessão na ilha de Nova Guiné era rica em recursos minerais.

A ocupação

Mas depois de algumas tentativas frustradas de encontrar fer-

ro e petróleo, os holandeses desinteressaram-se até que em 1962, o Irian Ocidental foi simplesmente entregue às Nações Unidas para que esta decidisse o futuro da região. Um ano depois, a ONU transferiu o Irian para a Indonésia com a condição de que o governo de Jakarta realizasse um plebiscito em 1969 para que o povo da parte ocidental da ilha decidisse o seu futuro. O plebiscito acabou por ser uma farsa organizada pelos militares anti-comunistas que governavam a Indonésia depois do sangrento golpe contra o presidente Sukarno. A consulta ampla foi substituída por uma sondagem de opinião entre chefes tribais do Irian,

que na sua maioria foram corrompidos por promessas de ajuda material que mais tarde não foram cumpridas.

Hoje o Irian tem aproximadamente quatro milhões de habitantes na sua grande maioria espalhados pelo interior e divididos em mais de 200 grupos étnicos, com línguas e costumes diferentes. Noventa por cento da população vive da agricultura de subsistência ou da pesca. Quase toda a alimentação é consumida no campo, porque não existem estradas para transportar os excedentes até à capital Jayapura, cujos 30 mil habitantes comem em geral alimentos importados. Uma boa parte dos habitantes do interior do Irian passou a ter contactos com a civilização europeia somente depois de 1940. As relações com os colonizadores holandeses sempre foram muito tensas e caracterizadas por uma resistência intransigente à penetração de hábitos estrangeiros. Depois de várias experiências sem sucesso, os holandeses acabaram por desistir e limitaram-se a controlar as regiões costeiras, até à ocupação do país pela Indonésia.

Os dez mil indonésios que vivem hoje no Irian tentaram ocidentalizar à força os grupos étnicos do interior mas também fracassaram totalmente. A tentativa de impor uma mudança forçada de hábitos apenas aumentou a resistência da população do interior do Irian, que desde o início da colonização europeia recusou qualquer tipo de tutela, não importando a procedência do colonizador. Os únicos estrangeiros que conseguiram alguma penetração foram os quase 200 religiosos que transformaram o Irian numa das áreas de actividade missionária mais intensa em todo o mundo. Os pastores protestantes construíram hospitais e escolas, enquanto os padres católicos europeus dão assistência a projectos agrícolas. Mas os próprios missionários admitem que



A maioria dos 200 grupos étnicos do Irian sempre mantiveram difíceis relações com o colonizador

a população simpatiza muito mais com os serviços que recebe do que com a mensagem religiosa.

Posição geopolítica

Os ressentimentos causados pelo fracasso do projecto de ocidentalização levaram a administração indonésia a desconfiar de todos os autóctones, até mesmo daqueles que antes de 1962 apoiaram uma união com o governo de Jacarta na tentativa de acabar com a dominação holandesa. O descontentamento aumentou depois de 1975 quando o lado oriental da ilha deixou de ser uma colónia australiana para se transformar no Estado independente de Papua-Nova Guiné. A exigência de autonomia tornou-se mais forte diante da comparação com a nova situação do país vizinho, que possui muitas afinidades étnicas e linguísticas com o povo do Irian.

Esta situação fez com que o número de guerrilheiros da OPM ultrapassasse o milhar, no meio de denúncias da Indonésia de que os rebeldes estavam a rece-

ber armas e a operar a partir de bases situadas na Papua-Nova Guiné. Em 1977 e 1978, os guerrilheiros foram muito activos chegando a causar cerca de três mil mortos entre os soldados da Indonésia, que perdeu também um avião militar do tipo DC-3.

A acção dos guerrilheiros é facilitada pelo amplo conhecimento do terreno que é extremamente acidentado e coberto por uma vegetação muito densa. No Irian fica a montanha mais alta do sudoeste da Ásia, o pico Cartenz, com mais de cinco mil metros de altura. Além disso os rebeldes nacionalistas comunicam facilmente com o povo das aldeias mais afastadas porque falam a língua local, têm parentes e núcleos de apoio logístico.

Até agora o governo indonésio tem rejeitado todas as pressões para dar a independência ao Irian. A política dos militares de Jacarta em relação ao território é considerada racista pelo Comité de Descolonização das Nações Unidas. No plano diplomático, a intensificação da guerrilha da OPM tem causado preocupações crescentes para o governo da Austrália que teve uma possível ampliação da actividade rebelde para a Papua-Nova Guiné, onde os australianos mantêm um controlo político e económico quase total, mesmo após a independência. A Austrália tem tomado um atitude dúbia em relação ao Irian, ora dando sinais de simpatia em relação aos rebeldes, ora aproximando-se da Indonésia. Em Sidney existem vários políticos influentes que defendem o fim da ocupação indonésia do Irian e também do Timor-Leste com a formação de uma Federação da Melanésia. Segundo observadores esta iniciativa visaria impedir que movimentos nacionalistas e anti-colonialistas cheguem ao poder pela via insurreccional abalando a estrutura neo-colonial vigente em várias outras ex-colónias europeias na região.

Carnaval do Rio Quem não gosta de samba...?

A inauguração da Passarela de Niemeyer e a vitória de uma escola de raízes populares deram um cunho político à tradicional festa carioca

"Acabou a era do luxo. A partir de agora, vai prevalecer o ser humano — o sambista".

(Governador Leonel Brizola, 12 de Março de 1984)

A previsão do governador do Rio de Janeiro tem razão de ser. O desfile das escolas de samba, há meio século a maior atracção do famoso Carnaval carioca, foi este ano diferente de tudo o que já se viu antes. Brizola construiu a Passarela do

Samba — um local definitivo para os desfiles, com arquibancadas para cem mil pessoas — que servirá durante o ano como complexo educacional e cultural. Como num passe de mágica, o samba parece que renasceu. Depois de onze anos ofuscada pelo brilho de fantasias luxuosas e de carros alegóricos sofisticados, venceu a Mangueira, a escola mais tradicional, devolvendo o prazer do samba no pé, sem ostentação, mas emocionante.

No desfile de encerramento do Carnaval, a Mangueira baptizou a Passarela: homenageando Bra-

guinha, um compositor de sucessos carnavalescos do passado, atraiu à pista a multidão que se comprimia nas arquibancadas. A Passarela, construída em tempo recorde (quatro meses), resistiu às críticas "fatalistas e deprimentes", como definiu o governador. E tornou-se o ambiente propício não só para o samba, mas também para que os sambistas e os espectadores, juntos, gritassem em coro ou exibissem faixas exigindo eleições directas para a Presidência da República.

O desafio da obra

Ter um lugar próprio para os desfiles sempre foi uma aspiração das escolas de samba. Desde 1935, quando houve o primeiro desfile oficial, até 1983, as escolas tinham-se exibido em oito locais diferentes. Nos últimos anos, os cariocas acostumaram-se a ver o desfile de arquibancadas de madeira, montadas com estruturas metálicas. Cinco meses antes da festa, começava a montagem, causando monumentais transtornos ao trânsito da cidade e onerando os cofres públicos. Este ano custaria 7 bilhões de cruzeiros (cerca de 5,8 milhões de dólares). Terminado o Carnaval, as arquibancadas eram desmontadas e nada sobrava do alto investimento feito pela Prefeitura. Pior do que isso: os lu-

A Grande Festa da fantasia, cor, ritmo, da beleza da mulher, foi também este ano marcadamente política



cro com a montagem estimularam as empresas do ramo a formarem um cartel, que venciam todo ano a concorrência pública para a execução do serviço.

Sem um lugar definitivo para se exibirem, os sambistas temiam que as constantes mudanças acabassem com a tradição e descaracterizassem as Escolas. De há uns anos para cá, as sugestões sucederam-se. Houve quem propusesse transferir o desfile para locais tão inusitados como o autódromo ou o centro de convenções do Riocentro, ambos situados a 50 quilómetros do centro do Rio e inacessíveis ao grande público e aos próprios sambistas.

O impasse persistiu e chegou a hora de Leonel Brizola organizar pela primeira vez o Carnaval. "Passei 15 anos no exílio analisando a vida brasileira e nunca me passou pela cabeça construir algo como a Passarela do Samba", confessa Brizola.

A ideia veio em Setembro do ano passado, quando os sambistas iniciavam os preparativos para a festa. Em sucessivas reuniões com os seus assessores, o governador resolveu assumir a construção da pista para o samba. O local escolhido, a Avenida Marquês de Sapucaí, tinha uma localização estratégica: na antiga Praça Onze, berço do samba carioca. Nos morros próximos, particularmente os dos bairros do Estácio, Saúde e Gamboa, surgiram os primeiros blocos carnavalescos, que anos depois se transformariam em Escolas de Samba.

A concepção do projecto da Passarela do Samba foi entregue ao arquitecto Oscar Niemeyer, que planeava duas décadas atrás Brasília, a nova capital do país. Do seu estirador, saíram também as linhas da sede do Partido Comunista Francês, em Paris, e do centro administrativo de Argel, entre inúmeras outras obras. Foi um desafio para Niemeyer: Brizola queria aproveitar as instalações da Passarela para alojar, durante o ano, um centro

Beatriz Bissio



A Praça da Apoteose foi um dos alvos da campanha contra a Passarela do Samba. No fim, todos concordaram ter sido uma das grandes inovações deste Carnaval

educacional e cultural. "Não foi fácil ligar salas de aulas com arquibancadas. Era um tema pouco generoso para os devaneios da arquitectura", recorda o arquitecto.

O traço de Niemeyer superou-se — e ele mais uma vez conseguiu sonhar através da arquitectura, confirmando o verso de Ferreira Gullar sobre a sua obra: "Oscar ensina-nos que a beleza é leve". Ao ser apresentado, o projecto causou impacto. Com nove blocos de arquibancadas de concreto, gerais e cadeiras de pista, poderia parecer, à primeira vista, um estádio do samba. Não era. A mágica de Niemeyer ludibriou todos. Os camarotes transformaram-se-iam, após o Carnaval, em mais de 200 salas de aulas, creches, salas de dança e de música, oficinas de artesanato, refeitórios e cozinhas. Enfim, um complexo educacional para atender 15 mil crianças e adolescentes. E mais: na Passarela — precisamente na Praça da Apoteose, uma área de quase cinco mil metros quadrados onde desemboca a pista do desfile — poderão realizar-se espectáculos culturais e desportivos e actos políticos.

Para executar o projecto o governo do Rio de Janeiro calculou um investimento de 8 biliões de cruzeiros (cerca de 6,6 milhões de dólares). Meses depois, o orçamento foi corrigido em razão

da incontrolável desvalorização do cruzeiro e do aumento dos custos de construção, ultrapassando os 17 biliões de cruzeiros (cerca de 14,2 milhões de dólares). Como pagar a obra, se o Estado enfrenta dificuldades financeiras, em função da recessão económica do país? "Trata-se de uma obra autofinanciável. Será paga com a arrecadação de dois carnavaís", garantiu Brizola. E seria possível concluir a Passarela em quatro meses, a tempo de ser inaugurada nas vésperas do Carnaval? Os meios de comunicação negaram que isso fosse possível. Argumentavam que, além de cara, a obra não ficaria pronta no prazo. Mas um consórcio constituído por algumas das maiores empreiteiras do país aceitou o desafio. Fechados os contratos, um exército de quase cinco mil operários, técnicos e engenheiros foi recrutado para construir a Passarela. Um antecedente histórico: o ritmo de Brasília.

A obra, de facto, era polémica. A concepção arrojada de Niemeyer e o investimento foram questionados desde o primeiro momento. Os jornais procuraram destacar possíveis falhas no projecto. As arquibancadas, diziam, ficavam muito distantes da pista e o som provocaria ecos. A iluminação era deficiente. Das arquibancadas da Praça da Apoteo-

UM MURAL EM RITMO DE SAMBA

Escultora, muralista e vitralista, Marianne Peretti é autora do mural do Museu do Samba, o qual integra o conjunto da Passarela da Avenida Marquês de Sapucaí, projectada pelo arquitecto Oscar Niemeyer. Francesa, mas descendente por parte de pai de tradicional família pernambucana, Marianne Peretti tem a sua obra profundamente ligada ao Brasil. Responsável por painéis na Câmara dos Deputados, no Senado, no Palácio Jaburu, por vitrais, como o existente no memorial do presidente Juscelino Kubitschek — entre outros trabalhos —, Marianne Peretti retoma agora um tema que há muito não abordava: o Carnaval.



Marianne Peretti: "a emoção de fazer algo novo e bonito"

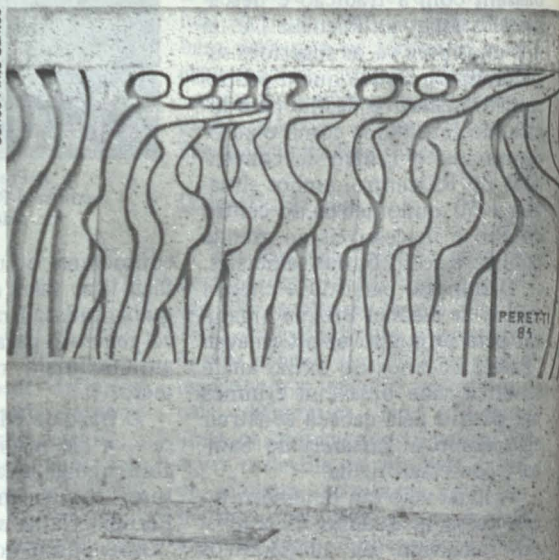
"O Carnaval é algo vivo, que se movimenta, portanto o seu aspecto visual é muito dinâmico", afirma Marianne. "Eu procurei representar essa ideia de movimento no mural, criando uma parte abstracta, outra figurativa, e novamente abstracta. A princípio, as formas não estão definidas. Depois, a ideia de volume faz-nos sentir a presença carnal das pessoas e, por último, a indefinição dos seus contornos mostra como elas vão sumindo, ao ritmo do samba".

Realizado num curto prazo de tempo — dois meses e meio, entre o início do projecto e a sua execução — o painel do Museu do Samba tem 40 metros de comprimento por 2,5 metros de altura, sendo constituído por 36 placas de cimento armado. Devido às suas dimensões, houve dificuldade em encontrar um espaço para construí-lo, até que a FUNARJ (Fundação de Arte do Rio de Janeiro) cedeu um armazém em Inhaúma.

"Foi um trabalho intenso — conta Marianne —

onde tanto os chefes da construtora Mendes Júnior como os operários foram magníficos. Estávamos todos contagiados pela emoção de estar a fazer algo novo e bonito. Acho realmente que tudo deveria ser feito neste ritmo. Foi muito cansativo, mas quando terminámos, chegámos a ter saudade daqueles momentos".

Carlos Pinto Santos



"O volume faz-nos sentir a presença carnal das pessoas"

Uma das preocupações básicas do projecto foi a de economizar tempo e dinheiro ("até os moldes foram feitos em isopor para baratear o custo", revela Marianne). Além da muralista, participaram também do projecto do Museu do Samba, Giselle Magalhães — responsável pela parte interna — e Athos Bulcão, autor do trabalho em azulejo das laterais externas. "Toda a improvisação e a liberdade de movimentos característicos do Carnaval, festa profundamente brasileira e que retrata bem a 'loucura' e irreverência do nosso povo", foram colocados por Marianne no painel.

Apesar da obra da Passarela ter sofrido uma forte contestação por parte de alguns meios de comunicação, a muralista diz que em nenhum momento isso a influenciou: "O excesso de trabalho não nos permitia dar atenção aos 'disse-me-disse'".

"No final — conclui Marianne — toda a obra da Passarela do Samba foi um sucesso. Campanhas negativas são comuns quando surgem obras inovadoras. Em Brasília, por exemplo, diziam que não iam crescer árvores. Na verdade, só o tempo permite avaliar o valor de uma obra." (Cláudia Neiva)

se — continuavam as críticas —, a plateia não veria o desfile na sua plenitude, dada a posição desfavorável do bloco de concreto, um pouco atrás dos outros. Os sambistas, entretanto, à medida que a Passarela ia saindo do desenho e ganhando forma, começaram a entusiasmar-se com a obra. “Agora o samba vai ter o seu lugar”, opinou Dona Zica, viúva de Cartola, fundador da Mangueira e grande compositor popular.

Beatriz Bisso



No Rio e em todo o Brasil, 84 foi o Carnaval das “directas”

Vence o Carnaval

O ritmo das obras foi frenético, mesmo alucinante. Operários trabalharam dia e noite, revezando-se em turnos. “Todos deram o máximo para a Passarela ficar pronta dentro do prazo exíguo”, diz o engenheiro José Carlos Sussekind, da comissão coordenadora da obra. “O entusiasmo foi maior porque havia o orgulho de construir um monumento a uma das maiores paixões populares: o samba”.

Na passagem do ano, já se podia ter uma noção da beleza arquitectónica da Passarela. Com a aproximação do Carnaval as críticas tornaram-se mais frequentes. A morte do jornalista alemão Karl Brugger, após um assalto em Ipanema, junto à praia, serviu de pretexto para que se investisse novamente contra o governo do Estado. “A insegurança no Rio afastará os turistas estrangeiros do Carnaval”, previam alguns editoriais. Brizola reagiu e qualificou as críticas dirigidas sobretudo, ao vice-governador e secretário da Cultura, Darcy Ribeiro, presidente da Comissão do Carnaval, de “facciosas e inconsequentes”. E apontou uma coincidência: “Elas (as críticas) partem exactamente dos veículos de divulgação que querem as eleições indirectas para a Presidência. Investindo contra o Carnaval, pretendem enfraquecer politicamente o governo estadual, que luta pelas directas”.

Para os sambistas, a Passarela, em vez de os preocupar, exercia um verdadeiro fascínio. É o que conta Dona Neuma, figura tradicional da Mangueira: “Muitos sambistas que há anos deixaram de sair na escola animaram-se e prepararam as suas fantasias para desfilar na inauguração da Passarela. É um momento histórico, né?”

Faltando uma semana para o Carnaval, o som da Passarela foi testado: estava perfeito. Aceso os reflectores, a Passarela era só luz. Quando os ingressos para o desfile foram postos à venda, surgiu outro problema: a *TV Globo*, principal rede de televisão, anuncia que não transmitirá a exibição das Escolas de Samba, o que ocorreria pela primeira vez em 15 anos. A emissora insurgiu-se contra a decisão do governo de desdobrar o desfile em dois dias (eram 14 escolas concorrentes). “A *TV Globo* procurou criar um clima para o Carnaval fracassar”, retorquiu o governador. A rede *Manchete* — de recente criação — assumiu a transmissão e Brizola fez uma profecia: “Tudo vai correr bem. E o galo vai ver que o sol nasce independente do seu canto”. A administração mobilizou-se para vender os ingressos. Até nisso foi um Carnaval diferente: os ingressos foram vendidos a prestações, sem juros, nas agências do Banco do Estado, e os camarotes leiloados. Acabou-se o tumulto

que ocorria todos os anos nessa época. E também os negócios escuros. Para assistir ao desfile, as pessoas tinham que dormir noites seguidas nos *guichets* do estádio do Maracanã. Os bilhetes à venda eram poucos — a maioria era distribuída por políticos ou negociada a peso de ouro no “mercado negro”. E ainda havia o risco de a polícia agir com violência para dissolver o tumulto.

A Passarela foi inaugurada no prazo previsto, exactamente como Niemeyer a idealizou. Os ingressos foram todos vendidos. O desfile em dois dias foi, na opinião dos próprios críticos da Passarela, emocionante, disputado palmo a palmo pelas Escolas de Samba. A agremiação mais pobre estimulou-se a competir com as grandes. Afinal, era o Carnaval da Passarela e a campeã ficaria consagrada na história dos desfiles.

A Mangueira, com o ritmo compassado do samba-enredo, sacudiu as arquibancadas. As raízes populares da festa voltaram a ter vez. O luxo das fantasias e das alegorias deixou de ser “um espectáculo para os olhos”. Tudo parecia interligado: foi o Carnaval com o menor índice de violência e criminalidade dos últimos anos. E nunca pareceram tão verdadeiros os versos do samba: “Quem não gosta de samba é ruim da cabeça ou doente do pé”.

Carnaval de Angola

Em busca das raízes

A jornalista e pesquisadora brasileira Dulce Tupy fala sobre essa festa do povo angolano, proibida pelo colonialismo que agora regressa com novas características

José Carlos Gondim *

Em 1981, Dulce Tupy, jornalista e pesquisadora paulista, esteve em Luanda a convite do secretário de Cultura angolano, António Jacinto, cobrindo os festejos do Carnaval. Em entrevista a *cadernos*, ela relata-nos as suas impressões daquela festa popular e faz uma rápida análise do "novo nacionalismo libertador" emergente nas estruturas sociopolíticas criadas depois da independência da República Popular de Angola.

Como é que nasceu em ti o interesse pelo Carnaval angolano?

— O meu trabalho sobre o Carnaval começou basicamente quando me mudei, no começo dos anos 70, do Rio para São Paulo. No Rio, eu morava na Tijuca, bairro rodeado de morros (Formiga, Boréu etc.), berço de muitas escolas de samba (como a "Unidos da Tijuca", o "Império da Tijuca", o "Salgueiro" e outras). Os desfiles do "Salgueiro", por exemplo, além do oficial, eram feitos também para a população do bairro, para a comunidade, um hábito que depois se acabou com a mercantilização do samba.

Em São Paulo, senti tanta fal-

ta, tanta saudade de tudo isso, que fugi para o Rio, para ver o Carnaval na avenida. E fiquei fascinada. O Carnaval na avenida tinha outra dimensão. Era a época do presidente Médici, e a representação política era enorme.



Dulce Tupy: O fascínio do Carnaval carioca levou uma paulista à descoberta do Carnaval angolano

A partir daí, comecei a pesquisar, muito lentamente e sem nenhuma estrutura, essa festa popular. Na Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, onde estudei, fiz um trabalho de literatura sobre Manuel Bandeira (*n.d.r.*: poeta pernambucano contemporâneo) e escolhi justamente para a minha tese, o "Carnaval", que é um poema que fala muito do erotismo, do abuso, da irreverência do Carnaval.

Em 1978, com a abertura de

projectos de pesquisas da FUNARTE (Fundação Nacional de Arte), concorri e ganhei uma bolsa de pesquisa na área das festas do tipo Carnaval. E em 1980, tive a sorte de ser convidada para acompanhar, como jornalista, uma caravana de artistas brasileiros a Angola, o "Projecto Kalunga", junto com o Chico Buarque de Holanda, Martinho da Vila, Clara Nunes, João do Vale e outros. Lá, então, tive a oportunidade de conhecer um filme sobre o Carnaval angolano. Foi aí que eu vi esse Carnaval, com aquela música tão parecida com a nossa, com o nosso maracatu — que parece muito com o *semba* angolano, "avô" do nosso "samba de umbigada", originário de Angola, meio jongo, meio lundu. Quando eu vi isso, através do filme do cineasta António Ole, o "Carnaval da Vitória" (um tra-

balho que ele fez em 1978 sobre o primeiro Carnaval depois da libertação do país), fiquei muito impressionada e comuniquei o facto ao secretário de Cultura.

Mostrei o meu interesse em voltar ao país para fazer um trabalho de documentação do Carnaval de Angola. O António Jacinto admirou-se muito que alguém, sobretudo estrangeiro, se interessasse pelo "Carnaval da Vitória". Abriu-me as portas, convidou-me formalmente para

* Também participou na entrevista o nosso companheiro Carlos Pinto Santos.

assistir ao Carnaval de 81. Eu já sabia que essa festa tinha um sentido político, porque a partir de 1961, quando explodiu a guerra popular, o Carnaval passou a ser proibido e reprimido pelo colonizador. Em 1978, três anos depois da independência, o próprio presidente Agostinho Neto, num belíssimo discurso, veio a público e mostrou a necessidade de se retomar esses costumes tradicionais que tinham sido tolhidos à força, castrados, pelo colonizador português.

Vejam bem, de 61 a 78, o que é mais de uma década. Um tempo enorme para se recuperar o vigor de antigamente. Mas já se faz um esforço muito grande no sentido dessa recuperação.

Angola tornou-se independente em 1975. Qual o motivo do "Carnaval da Vitória" se ter realizado só em 1978?

— Porque todo o esforço nacional, de 75 a 78, estava voltado para a reconstrução do país depois da guerra de libertação. O Carnaval angolano correu o risco de desaparecer. Em Moçambique, por exemplo, o Carnaval deixou de se festejar. Outros países com a mesma origem cultural e histórica também deixaram de ter o seu Carnaval.

O Carnaval em Angola tem uma função mobilizadora, política. Como sentiste isso?

— Até 61, como já disse, houve Carnaval em Angola. Era uma manifestação muito forte, mas também muito influenciada pelo Carnaval português, europeu, ibérico. Acontece que ele passou a ser reprimido, principalmente porque através dos cânticos se passavam palavras-de-ordem revolucionárias. Mas justamente por ter sido reprimido é que ele passou a ser desejado pela população. Em 78, quando o Carnaval retornou, foi uma grande euforia. Isso é muito bem retratado no filme do António Ole. Foi

uma loucura o Carnaval de 78, porque pela primeira vez em muitos anos, o povo pôde expandir-se, expressar-se, manifestar-se publicamente com o aval do governo. Apesar de toda a miséria, das dificuldades que Angola passava naquele momento de reconstrução nacional.

Parece-me, contudo, que nos anos seguintes — 79, 80 e 81 —, o Carnaval sofreu uma ligeira estagnação. A data foi transferida do calendário cristão, 40 dias antes da Quaresma — porque isso já não tinha sentido num país que fez a revolução que fez — para ser comemorado numa data política, a da expulsão dos sul-africanos do país, data em que se consolidou realmente a independência de Angola. É o dia 27 de Março. Já não há Carnaval de três dias e passou a ser um desfile num determinado dia da semana decretado feriado nacional. Ou seja, um Carnaval político, politizado, que tem a ver com a realidade que se vive hoje naquele país.

E como reagiu o povo angolano a essa mudança?

— Naquele momento, o povo mobilizou todas as suas atenções no Carnaval, porque sentia uma grande necessidade de se extrair. Não é fácil cortar da memória da população uma tradição de tantos séculos. Há o desejo de em cada ano se renovarem os figurinos, mas isso é impossível na situação actual de Angola. Quando as prioridades são outras, não se pôde ocupar a máquina do Estado ao serviço do Carnaval.

Mas o que é evidente hoje em Angola — não só em relação ao Carnaval como também em relação a todas as manifestações culturais — é a grande descoberta de si mesma, enquanto identidade, enquanto cultura de um povo. O que foi castrado durante anos é hoje motivo de orgulho. Os angolanos têm um orgulho muito grande da sua música, da sua dança, roupas, penteado, comi-



Reprimido durante muitos anos, o Carnaval da Vitória "explodiu" em Angola em 1978

da, da sua cor, raça, língua. Isso é muito bonito e é o dado mais importante que eu pude observar em Angola. É nesse contexto que se deve entender a recuperação do Carnaval angolano, comemorado nas províncias, na capital (Luanda) e completamente diferente do Carnaval de carros alegóricos que se fazia antes de 1961. Agora, é um Carnaval de pé no chão.

Crítica e irreverência

Como é organizado o Carnaval? Em função das tarefas principais da política angolana, do MPLA-Partido do Trabalho?

— Um exemplo: aparecem no mesmo cortejo, grupos bem tradicionais daquelas senhoras de 70 anos ou mais, algumas que nem falam português ou sobas (chefes tribais), com espelhos nas roupas ou com tiras de panos, figuras muito parecidas com as do ritual do candomblé no Brasil (culto e festa de origem africana). Paralelamente a isso, aparecem grupos como o das mulheres da OMA (Organização das Mulheres Angolanas), ou das crianças da OPA (Orga-



Parodiando um "pide", um colonialista ou um invasor sul-africano

nização, dos Pioneiros Angolanos), dos sindicatos, dos jovens. Tudo misturado. Isso é de uma riqueza incrível, porque uns vão aprendendo com os outros. As crianças dançam com a força e o vigor, que viram nos mais velhos. Porém, elas já têm outra concepção. Inclusive porque o Carnaval de Angola sempre foi muito crítico, o que aliás é uma característica universal do próprio Carnaval. É a inversão dos valores sociais, é a irreverência. Em Roma, era o dia em que os escravos não trabalhavam e proibida qualquer actividade productiva, excepto a arte culinária. E esse carácter permanece, independentemente do país onde aconteça o Carnaval, seja em Angola, na Bolívia, no Brasil, na Alemanha etc.

Mas, em Angola, existe uma espécie de teatro burlesco, de jogos dramáticos, que se desenvolvem na frente de alguns blocos, com música, mímica, máscaras (uma delas representa o colonizador: um focinho de porco). Isso sempre existiu no Carnaval angolano, mesmo durante o colonialismo. Por exemplo, máscaras muito brancas com barbicha, muito diferentes da carapinha do angolano. E isso agora está acentuado, é claro.

Viste alguma referência aos sul-africanos nesse Carnaval?

— Claro. Há soldados que desfilam no Carnaval. Eu vi um quadro alegórico muito interessante: um combatente camuflado atirando num helicóptero de papelão. E aqui eu volto a lembrar que a escolha da data do Carnaval tem exactamente aí a sua origem, o dia em que os sul-africanos foram expulsos de Angola.

Assim, todas as figuras que participam da vida nacional, política, cultural, estão representados. Por exemplo, a caricatura do intelectual, ou do *camera-man*, o sujeito da televisão que não vive o Carnaval, que vai lá só filmar. Na cena burlesca, ele aparece com uma câmara feita de caixote e vai "filmando", e brinca com a televisão que está, na realidade, a filmar e a documentar. Ele faz, na frente do cinegrafista, o espelho dessa máquina. No ano em que eu estava em reportagem, apareceu um rapaz vestido de jornalista. Tudo o que eu registava, ele registava também. Era muito engraçado. É realmente um Carnaval didáctico, popular, de um incrível vigor.

Em termos da própria organização do Carnaval, existe competição, grupos rivais?

— Claro, existe competição. São grupos de comunidades, sindicatos, clubes, escolas. Basicamente de regiões. E existem prémios. Vêm também grupos da

periferia de Luanda. Do interior, não, porque cada província tem o seu Carnaval, no mesmo dia. E também, como já referi, existem os grupos das organizações de massas (OMA, OPA etc.).

Há também os bailes. É a *rebita*, a dança angolana de salão, de origem portuguesa. Mas não é exactamente o "povão" que frequenta a *rebita*. E também não há essa generalização que acontece no Brasil. Não há Carnaval nos bairros, porque o transporte em Luanda é difícil. Então, o desfile é centralizado, só acontece no centro da cidade. Salvo nos ensaios, que são feitos nos bairros uns vinte dias antes do Carnaval. Aí, sim, o Carnaval localiza-se nos bairros, na periferia.

O Carnaval em Angola ainda é muito emergente. Se tiverem em conta todo esse período de silêncio (de 61 a 78), compreendem que ele ainda esteja a tomar forma. As mudanças no país são muito rápidas, vimos isso na própria evolução da cidade, no transporte, na alimentação, nas construções.

O Carnaval que era feito antigamente numa rua do centro da capital, foi realizado pela primeira vez em 1981 na avenida marginal da baía de Luanda. Existia a expectativa — como aqui no Brasil em relação à Passarela do Samba —, de como ocupar a avenida que é muito grande. Eles interrogavam-se: "Será que vamos saber ocupar a avenida? Será que vamos conseguir andar naquilo tudo?" Existia, de facto, essa preocupação nos grupos, e até mesmo na imprensa. E, no entanto, foi um sucesso. Muito mais gente pôde assistir. Ao longo de toda aquela imensa avenida, estava tudo lotado, inclusive as arquibancadas.

E os ingressos, são caros?

— Não há ingressos. É absolutamente grátis, popular, para ser visto e curtido. Em Angola acontece o que antes se dava no Brasil, o "arrastão". O "povão" vai



Irreverente, crítico, bem humorado, o Carnaval angolano é também expressão de um nacionalismo libertador

atrás do bloco divertindo-se junto. Aliás, este ano, no Rio, a Mangueira resgatou o "arrastão", levando o povo para sambar na avenida junto com a escola. Assim é lá.

Qual a participação dos cooperantes estrangeiros?

— Os cooperantes participam, mas muito mais como assistentes. Eu não vi nenhum bloco organizado de cooperantes. A tendência talvez seja a de aparecer algum no futuro. Como eu disse, o Carnaval em Angola é emergente, apesar de muito antigo nas suas raízes.

Tu colocas uma pureza muito grande no Carnaval angolano. O Brasil está a voltar a África. Acreditas que a deturpação do Carnaval brasileiro, industrializado, chegue a tirar um pouco dessa pureza do angolano?

— Isso já acontece. Não só em relação ao Carnaval como na música angolana. Há um texto de Luandino Vieira sobre a influência da música brasileira sobre a angolana, provocando um fenómeno "ao contrário". Porque, de repente, em vez dessa influência ser benéfica, passa a ser uma imposição de mercado. A estrutura com que a música brasileira chega ao mercado angolano, na vida cultural do país, é tão forte que ela quase esmaga a pureza e a es-

pontaneidade que existe na música angolana. Precisamente de onde surgiu a música brasileira.

Há um lado positivo e um negativo nessa troca. Agora, vamos ter que ter muito cuidado, uma dosagem muito comedida porque corre-se realmente esse risco. Quando uma passista angolana, com os seus panos tingidos à mão, belíssimos, simples, olha uma fotografia de uma brasileira com pérolas, lantejoulas, purpurinas, maquilhagens incríveis etc., às quais ela não tem acesso, se ela não tiver uma estrutura ideológica sólida, pode invejar esse fausto. Da mesma forma que um cineasta brasileiro ao ver um filme de Hollywood ou do Primeiro Mundo, da grande indústria cinematográfica, pode ficar fascinado para ter aqueles mecanismos de expressão. Mas o cineasta consciente sabe superar esse impacto cultural. Assim, eu acho que o angolano lúcido, organizado, pode ter a consciência de que o que faz a beleza do Carnaval angolano não é o mesmo que faz a beleza do Carnaval brasileiro. Cada Carnaval tem a sua especificidade, cada povo tem a sua maneira de se expressar e tem o seu padrão de beleza muito particular.

Em que ponto está o teu trabalho, a exposição e o livro?

— Eu fiquei tão impressiona-

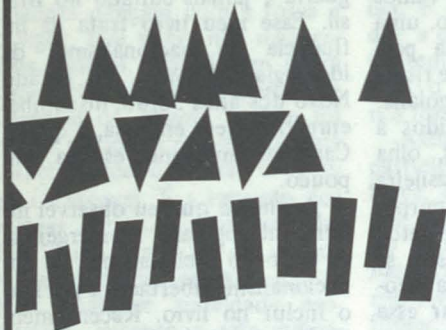
da com esse Carnaval que quando voltei, escrevi um artigo que se transformou no último capítulo do meu livro "Carnavais de guerra", jamais editado no Brasil. Esse meu livro trata da influência do nacionalismo, da ideologia nacional do Estado Novo dos anos 30/40, no samba-enredo. A tese era essa, à qual o Carnaval angolano escapa um pouco.

Acontece que eu observei no Carnaval angolano a emergência de um novo nacionalismo, de um nacionalismo libertador e por isso o incluí no livro. Recentemente, já angustiada com a situação do livro que não consegue editora (acho que não seja função do escritor ficar a bater à porta das editoras), acabei por queimar em praça pública, na Cinelândia (Rio de Janeiro), a cópia do livro, como um protesto contra essa situação. Eu passei três anos a pesquisar. Era uma abordagem inédita no Brasil. Talvez se eu tivesse um outro temperamento, pudesse vender bem essa minha ideia. Mas a minha especialidade é escrever, é pesquisar. Então, como o livro passou a ser mercadoria — aliás, toda a cultura numa sociedade de mercado, é uma mercadoria — fica difícil editar. Foi por isso que eu queimei o livro, protestando contra a situação da cultura brasileira, entre a estagnação e o retrocesso. ●

MONGO BETI

REMEMBER RUBEN

*romance
de um Povo
africano em luta*



*Obra indispensável
para compreender
e sentir a África
dos dias que correm*

*Um dos maiores
escritores africanos
e um dos seus romances
mais célebres*

Colecção
Uma Terra sem Amos
**editorial
CAMINHO**



El Salvador: jornalistas em perigo, mesmo em época de eleições

A morte do fotógrafo norte-americano, John Hoagland, em 16 de Março último, confirmou que os jornalistas correm um risco de vida permanente em El Salvador, o mesmo a que está sujeita a população em geral.

Pelo menos três coincidências deram-se na morte de Hoagland, fotógrafo da revista norte-americana *Newsweek*, o 149º membro da imprensa que cai, vítima da violência política salvadorenha. Hoagland, de 35 anos, foi atingido por uma bala de metralhadora no meio de um combate entre a guerrilha e o exército na disputada região do Suchitoto, a uns 40 quilómetros ao norte de São Salvador. Hoagland cobria há cinco anos o conflito salvadorenho, com breves ausências para deslocar-se a outras regiões do mundo, a última delas ao Líbano.



Vítimas dos esquadrões da morte salvadorenhos, uma das últimas fotos de John Hoagland que correu o mundo

Ele morreu a apenas sete quilómetros do lugar onde o seu colega Ian Mates, com quem trabalhava intimamente, pereceu em Janeiro de 1981, quando uma mina detonou debaixo do seu automóvel. Na mesma zona, foi assassinada, há um ano atrás, Marianella García, presidente da Comissão de Direitos Humanos de El Salvador. A terceira coincidência está em que Hoagland morreu na véspera do aniversário da morte de quatro jornalistas holandeses, emboscados pelo exército no departamento de Chalatenango, ao norte do país, em 17 de Março de 1982.

A 30 de Outubro de 1980, o jornalista mexicano Ignacio Rodríguez, correspondente do jornal *Unomásuno* e de outras publicações, foi morto por um franco-atirador nas proximidades da capital. Em 6 de Janeiro de 1981, o jornalista norte-americano independente, John Sullivan, desapareceu do Hotel Sheraton de São Salvador e nunca mais se soube do seu paradeiro, até que em

1983 o seu corpo foi identificado numa vala da periferia da capital. A 9 de Fevereiro de 1981, durante um tiroteio no centro da cidade de San Francisco Gotera, no departamento de Morazan, a oeste, morreu Oliver Rebott, fotógrafo de publicações norte-americanas. A 17 de Março de 1982 caíram numa emboscada do departamento de Chalatenango os holandeses Jacobus Andrews Koster, Thohanmes Willsen, Hans Ter Laag e Jan Kuiper.

A 28 de Março, dia das eleições para as constituintes, morreu o *cameraman* chileno Carlos Rus, durante um combate na periferia de São Salvador. A 28 de Abril daquele mesmo ano, outro jornalista, Tomás Antonio Leyva, do jornal *Journalist Working*, morreu baleado. Somam-se a estes jornalistas estrangeiros dois salvadorenhos assassinados a 10 de Julho de 1980: Jaime Suárez y César Najarro, respectivamente, repórter e fotógrafo de *La Crónica*. Posteriormente, foi morto Antonio Rodríguez, da emissora YSKT, assassinado a 6 de Setembro de 1980. Eldo Marroquín, um estudante de jornalismo, desapareceu naquele mesmo ano. (Luís Albarrán)

Quênia: governo prometeu apoiar a Agência Panafricana de Notícias

A Agência Panafricana de Notícias (PANA), inaugurou uma delegação em Nairóbi que contará com o apoio do governo do Quênia, segundo afirmou o ministro de Informação e Difusão daquele país, Rober Matano.

A instalação de uma agência de notícias panafricana constitui um acontecimento positivo no terreno da informação, acrescentou Matano, ao dar as boas-vindas a Nairóbi ao director-geral da PANA, Cherck Ousmane Diallo, em Março passado.

A informação dos países membros da PANA poderá chegar a ser distribuída no resto do mundo sem depender dos meios informativos internacionais, que tendem a distorcer as notícias para satisfazer os seus próprios objectivos, afirmou o ministro queniano. Os países africanos careciam até agora de um meio de comunicação entre si e com o resto do mundo, acrescentou. A PANA, que começou a funcionar em Março do ano passado, era um dos objectivos da OUA quando esta organização inter-africana foi criada em 1963. Ela é constituída actualmente por 37 países e outras nações têm manifestado interesse em se integrarem na agência.

Alemanha Federal: apoio à IPS

Parlamentares das principais forças políticas da Alemanha Federal concordaram em Março expressar o seu apoio ao trabalho informativo da *Inter Press Service (IPS)* como agência noticiosa do Terceiro Mundo.

O director da delegação da IPS em Bona, Oscar Knust, foi solicitado a entregar um informe sobre a agência numa reunião da Comissão Parlamentar de Cooperação Económica. Estiveram presentes ao encontro cerca de vinte deputados, juntamente com funcionários dos ministérios de Negócios Estrangeiros e de Cooperação e da secretaria de Imprensa do governo. Como representante do governo federal, assistiu à reunião o subsecretário do Ministério de Cooperação Económica, Siegfried Lengel.

É a primeira vez que uma agência informativa recebe uma solicitação semelhante e o facto foi explicado nos meios legislativos como uma indicação do crescente interesse que desperta na Alemanha Federal uma actividade informativa orientada para reflectir a situação do Terceiro Mundo. Tanto os deputados da União Democrata Cristã (CDU) no governo, como os da oposição Social Democrata (SPD) e "Verdes" (grupos ecológicos) sublinharam a importância do carácter independente da IPS.

"Valorizamos a importância do intercâmbio de informações entre o Norte e o Sul a todos os níveis", disse o deputado democrata-cristão Winfried Pinger aos representantes da IPS, "e acreditamos que tenham desenvolvido uma instituição que, pela sua independência, é particularmente adequada para este objectivo. Vemos com grande satisfação os seus avanços no terreno do auto-financiamento e esperamos que esta meta possa ser alcançada brevemente".

Cuba: a imprensa e a crítica

O responsável pelo trabalho ideológico do Comité Central do Partido Comunista de Cuba (PCC), António Pérez Herrero, fez um apelo para que "se intensifiquem ainda mais as críticas" na imprensa da ilha.

Pérez Herrero, membro do Bureau Político do PCC, sublinhou a necessidade de "aprofundar a crítica a tudo que for mal feito", como meio de se encontrar soluções para "problemas de importância que afectem toda a população".

As declarações do dirigente cubano repetem anteriores posições de outros importantes dirigentes políticos, formuladas principalmente durante o congresso da Central de Trabalhadores de

Cuba (CTC), em Fevereiro passado.

Noutros importantes encontros nacionais, tanto no sector da Saúde Pública como na Educação, Artes e Cultura, os dirigentes cubanos estão de acordo de que "a crítica é imprescindível e devem ser aplicadas, na prática diária, as directrizes do Partido a esse respeito".

"A crítica à falta de crítica" tem sido colocada com muita frequência nos últimos tempos, basicamente durante o período pré-eleitoral que se iniciou com as assembleias de apresentação dos candidatos para as eleições municipais e provinciais, realizadas neste mês de Abril.

O secretário-geral da central sindical cubana, Roberto Veiga, ressaltou com insistência o papel da crítica por parte das organizações operárias, para "defender os direitos dos trabalhadores".

TV solar na África

A apresentação de um sistema de televisão baseado na energia solar e adequado às condições africanas foi um dos temas principais discutidos na Assembleia-Geral da União das Organizações Nacionais de Rádio e Televisão da África (UONRTA), realizada recentemente em Dacar, Senegal. Cerca de 200 delegados dos países membros da mais antiga entidade panafricana debateram durante dois dias a aplicação de fontes alternativas de energia no sector de comunicações e elegeram o representante do Congo como secretário-geral da organização. Os prémios para os melhores programas de rádio e televisão foram conferidos a produções do Senegal.

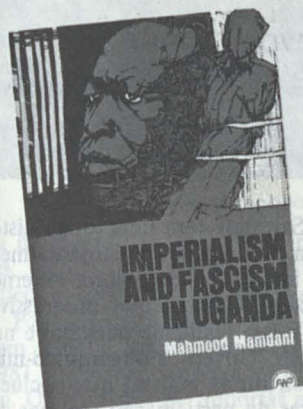
Uruguai: Um ano de fundação da agência PRESSUR

Concretizou-se há um ano atrás o sonho de alguns exilados uruguaios: a criação de uma agência de notícias, com o propósito de recolher a opinião de todos os sectores políticos contrários ao governo militar daquele país sul-americano e dos que advogam o seu regresso às origens democráticas.

Num editorial por ocasião do seu primeiro aniversário, a agência expressava: "PRESSUR nasceu no quadro dos esforços para se criar e desenvolver o *pool* de agências dos países não-alinhados, e das iniciativas da Unesco e de outras entidades internacionais que criaram o clima para um debate que não mais aceita o mecanismo de uma concentração em poucas agências transnacionais de todo o sistema de informação mundial."

IMPERIALISM AND FASCISM IN UGANDA

Mahmood Mamdani, *Africa World Press, New Jersey, EUA, 1984, 115 p.*



Este é um dos poucos livros publicados no Ocidente em que é feita uma análise não sensacionalista da política e da economia de Uganda no regime de Idi Amin. O autor dá especial importância à estrutura criada pelo colonialismo inglês e mantida no país após a independência. Essa estrutura de dominação surgiu a partir da manipulação de chefes tribais e ganhou conteúdo com a implantação das culturas do café e do algodão destinados à exportação. O surgimento da ditadura de Idi Amin recebeu apoio total da Inglaterra porque o responsável pelo golpe militar de Janeiro de 1971 garantia a permanência dos investimentos europeus e norte-americanos em Uganda. As potências ocidentais só se afastaram de Amin quando o ditador se proclamou presidente vitalício. Mas, mesmo assim, a posição inglesa permaneceu dúbia.

Mahmood Mamdani faz uma análise marxista da realidade do seu país, onde é catedrático de Ciências Políticas na Univer-

sidade Makerere, em Kampala. Lecionou também na Universidade de Dar-es-Salaam (Tanzânia), entre 1973 e 1979.

NO FIST IS BIG ENOUGH TO HIDE THE SKY

(Nenhum punho é tão grande, para esconder o céu)

Basil Davidson, *ZED Press, Londres, Inglaterra, 1984, 208 p.*

Esta é uma nova edição revista e ampliada do famoso trabalho de Davidson sobre a luta de libertação do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Quatro novos capítulos foram acrescentados ao texto original, abordando a situação nessas ex-colônias portuguesas depois de 1968. O autor adicionou também documentos inéditos sobre a participação de agentes do fascismo português no assassinato do líder guineense Amílcar Cabral. Basil Davidson é o mais conhecido especialista britânico em assuntos africanos e já escreveu mais de dez livros sobre o continente negro. Nesta sua última obra, o prefácio é de Aristides Pereira, presidente da República de Cabo Verde.

REPORTAJE URGENTE A NICARAGUA.

Jaime Marín, *Editorial Anteo, Buenos Aires, Argentina, 1983, 30 p.*

"País de amálgamas, de novas experiências... país de contrastes, onde uma nova sociedade surge de dentro do velho". Assim descreve o folheto a Nicarágua, na visão de Jaime Marín.

Porquê "urgente"? Segundo explica o autor, é uma reportagem "urgente pela necessária solidariedade dos povos para com a Nova Nicarágua agredida". O objectivo do folheto de 30 páginas é difundir as conquistas da Revolução Sandinista assim como a amplitude das ameaças que enfrenta.

Em onze capítulos concisos, Marín apresenta os principais avanços na educação, saúde e benefícios sociais, entre outros. Também discorre um pouco sobre a participação da mulher e da juventude, assim como a história do país, a ditadura e o seu papel como *gendarme* da política norte-americana na América Central.

De acordo com a natureza da publicação, cada tema é tratado de forma breve. O interessante é que junto a cada um, há fotografias em branco-e-preto de cenas quotidianas: a inauguração de uma escola em Masaya, um acto de entrega de terras no norte, assim como de Brenda Rocha, a heroína de 15 anos de idade, falando numa manifestação.

Para compilar a informação, Marín entrevistou operários, camponeses, dirigentes políticos e sindicais, estudantes, militares... enfim, o povo.

Esta reportagem pode ser muito útil para dar uma orientação do que é a Revolução Popular Sandinista, entender melhor a importância da comunidade internacional na defesa daquilo que ele qualifica de "a capital do humanismo... a nova esperança da América Latina".

Jaime Marín é correspondente do semanário argentino *Qué Pasa*. A sua primeira visita à Nicarágua foi em Novembro de 1979 e a partir daí publicou outros folhetos sobre a juventude, a infância e a Campanha de Alfabetização no país.

O futuro da guerra em El Salvador

O presidente da Frente Democrática Revolucionária revela as causas e perspectivas da crise no seu país

Guillermo Ungo

O novo presidente de El Salvador não terá condições de acabar com a guerra civil de quatro anos no país, se não aceitar algum tipo de negociação com os guerrilheiros. Esta é a opinião predominante nos meios diplomáticos de vários países centro-americanos que acompanham a situação político-militar em El Salvador e, nesse contexto, as eleições de 25 de Março. A votação, precedida de denúncias de fraude e de muito discutível representatividade pelas condições em que se desenvolveu todo o processo eleitoral, foi mais uma disputa pessoal entre candidatos.

A nova tentativa eleitoral, patrocinada pelos Estados Unidos, não deve portanto conseguir avanços significativos na pacificação do país já que a Frente Democrática Revolucionária (FDR) e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) foram excluídas do acto, embora tenham hoje o controlo de mais de um terço do território nacional.

Já são muitos os políticos latino-americanos, europeus, do Terceiro Mundo em geral e até norte-americanos que estão convencidos que El Salvador não tem futuro sem uma participação política da FDR-FMLN. Com o objectivo de contribuir para uma melhor compreensão do que está em jogo no menor país centro-americano, reproduzimos a seguir um texto de Guillermo Ungo, dirigente máximo da FDR, explicando as origens da guerra civil em El Salvador.

A luta em El Salvador tem uma longa história, com uma causalidade fundamentalmente interna e um permanente actor externo, o governo dos Estados Unidos, que progressivamente penetrou na nossa realidade nacional e nos seus centros de poder. Governos oligárquico-militares sustentaram estruturas injustas que excluem as maiorias populares da participação real nas decisões que afectam a vida social, económica e política. A democracia não é apenas um cruel e doloroso engano. Ela também é considerada subversiva e perigosa. Toda proposta a favor da mudança social, é, em consequência, objecto de perseguição. A doutrina social da Igreja Católica e de outras igrejas, o exercício dos direitos sindicais e da liberdade de pensamento, a crítica ao governo, servem o "comunismo internacional". Os resultados desta concepção são patentes: igrejas perseguidas, sindicatos destruídos, jornais e rádios de oposição dinamitados e mais de 40.000 salvadorenhos assassinados desde 1980, um arcebispo, mais de uma de-
ze-





"El Salvador"/FMLN

A guerrilha já capturou 2.500 armas automáticas, munições e até peças de artilharia pesada

na de sacerdotes, jornalistas, professores, estudantes, membros de profissões liberais, dirigentes políticos e, sobretudo, operários e camponeses.

Por isso em El Salvador a democracia escreve-se com sangue, exactamente como o afirmava em 1981 um jornal conservador colombiano de Medellín. Os governos de minorias e para minorias, caricaturando o conceito lincolniano de democracia, tiveram que apoiar-se na violência institucionalizada, no encerramento dos canais de participação democrática, na violação maciça e crescente dos direitos humanos. As maiorias espoliadas e os dirigentes políticos, sociais e religiosos encontraram-se diante de um dilema: calar e submeter-se ou lutar. A vida, os direitos humanos básicos, as liberdades políticas, são ilusão ou risco temerário em El Salvador. O dilema é: combater com risco de morrer ou não combater com risco de morrer devido à fome, à miséria, à repressão política. Aqui está a causa da guerra actual.

O "anticomunismo" da oligarquia e do exército oligarquizado assassinou 30.000 camponeses em 1932 e agora fecha o seu ciclo com uma matança maior. Esse anticomunismo sempre foi consentido e apoiado pelos diferentes governos dos Estados Unidos. Os oficiais do exército foram treinados durante várias décadas em estabelecimentos militares dos Estados Unidos e do Canal do Panamá para combater o "inimigo interno" sob o argumento da nefasta teoria da "segurança nacional". Visão e solução essencialmente militaristas. Assim, a América Latina perdeu centenas de milhares de homens, mulheres, crianças e anciãos em nome do anticomunismo, da lei e da ordem. Os Somoza, os Stroessner, os Pinochet somente trouxeram morte, desordem, insegurança, e instabilidade ao nosso sub-continente. Os governos dos Estados Unidos seguiram a mesma dialéctica de amigo-inimigo dos nossos ditadores; essa dialéctica que o Papa João

Paulo II refutou energicamente em San Salvador e que além disso confunde amizade com submissão. O epíteto de subversivo ou comunista é imediatamente aplicado a quem não se submete. Há muitos anos que conhecemos essa experiência, apesar das nossas credenciais democráticas serem amplamente conhecidas.

Dos ditadores anticomunistas, entretanto, não se exige pluralismo, nem eleições, nem lhes são aplicadas sanções, nem se lhes negam créditos ou imputam-se-lhes acções encobertas. São amigos.

A guerra salvadorenha, apesar da desigualdade de condições entre ambas as partes, não está a ser ganha pelo governo de El Salvador, nem a administração Reagan. Afirma-se que a ajuda enviada ao governo salvadorenho pela administração norte-americana é modesta e insuficiente. Já chega quase a mil milhões de dólares em três anos! Num pequeno país cuja população tem um rendimento *per capita* inferior a 250 dólares por ano e onde o governo destinou, em 1979, 9 dólares por pessoa em saúde e 22 dólares em educação, cada soldado salvadorenho custa ao contribuinte norte-americano 10.000 dólares e com as somas adicionais requeridas ao Congresso para este e o próximo ano, ter-se-ia que acrescentar outros 10.000 dólares. Essa mesma lógica também demonstra que combater grupos guerrilheiros — que de acordo com as estimativas do Pentágono não são superiores a 7.000 combatentes — tem um custo superior a 135.000 dólares por guerrilheiro.

Esse exército popular, num pequeno território que não tem condições geográficas favoráveis para a luta guerrilheira, sem grandes montanhas, de fácil acesso a todas as regiões, que não possui aviões, helicópteros, camiões, tanques, artilharia pesada, conseguiu não obstante resistir, desenvolver-se e avançar, combatendo um exército poderoso e com grande capacidade de deslocação, que agora dispõe de mais de 30.000 homens, aviões, helicópteros,

tanques e abundante equipamento, além de treino e direcção militar norte-americanos.

A explicação "ideológica" daqueles que fazem política só com ideias anticomunistas e sem querer conhecer as realidades, consiste em atribuir o êxito das guerrilhas a um factor externo e não interno, quer dizer, o apoio de Cuba, Nicarágua, União Soviética, etc. Essa explicação pretende ignorar muitas realidades internas e externas. El Salvador não tem acesso directo a Cuba, Nicarágua, nem à União Soviética; as suas fronteiras são com a Guatemala e Honduras, que possuem governos militares inimigos das guerrilhas e submissos ao governo dos Estados Unidos. O governo norte-americano está empenhado em controlar, desde 1980, o fluxo de armas, utilizando nas Honduras, El Salvador e Nicarágua helicópteros, aviões de reconhecimento — inclusive A 37 — radar, espionagem, operações camufladas, lanchas modernas e um *destroyer* no Golfo de Fonseca. Até agora nenhuma prova significativa desse apoio externo foi apresentada. Tudo isso demonstra que essa magnitude de recursos tecnológicos e humanos conseguiu evitar o fluxo de armas ou que este fluxo não existe ou é ínfimo.

"Esse exercito popular conseguiu resistir, desenvolver-se e avançar"

Wayne Smith, ex-funcionário do Departamento de Estado, expressou correctamente há algum tempo que se fossem certas as afirmações sobre a capacidade logística externa da guerrilha, esta contraria com centenas de milhares de homens armados.

Os ideólogos conservadores acreditam que para ganhar uma guerra bastam os dólares e as armas. Aumentam a sua ajuda em dólares e armas e o exército do governo salvadorenho continua a fracassar e a sofrer maiores golpes e uma degradação militar e política crescente. A guerrilha recuperou desse exército mais de 2.500 espingardas automáticas, assim como munições, apetrechos e armas de apoio em importantes quantidades. Mais de 1.000 soldados entregaram-se como prisioneiros ao FMLN e foram postos em liberdade através da Cruz Vermelha Internacional. Em compensação o exército governamental não faz prisioneiros.

Mais importante ainda, essa explicação "ideológica" quer ignorar duas realidades humanas, não tecnológicas. Primeira, o grande apoio internacional que tem a nossa causa, em todas as partes do mundo, inclusive nos Estados Unidos, onde sectores importantes do povo norte-americano entenderam melhor que o seu governo a situação do nosso povo e as razões da sua luta política e armada. São

os povos e não os governos que nos dão activamente a sua solidariedade, inclusive material, como dinheiro, remédios, roupa, etc.

A outra realidade consiste em que essa guerra popular, em condições de inferioridade, unicamente pode sustentar-se e avançar com apoio da população. Não há que enganar-se. Temos mais de 10% da população refugiada e deslocada, devido principalmente às matanças e repressões do exército. O desemprego é terrível, a inflação aumenta e o povo vive sob o terror ou com a vida social e política militarizada. A grande maioria vive sob suspeita, repudiando o governo.

Isto significa que este povo não pode expressar-se publicamente, abertamente, nas ruas, fábricas e praças, sob risco de genocídio. Já conhecemos os resultados sangrentos que implica exercer o direito de reunião, até nos funerais do arcebispo Romero. Porém esse povo sustenta e alimenta a luta nas mais diversas formas, ou espera o seu momento. Isso explica porque apesar das dezenas de assassinatos diários, aparecendo mês após mês cadáveres mutilados com sinais de torturas, não existe a paz dos cemitérios. Isto significa que a base social não está inactiva.

A guerra popular pela qual nós lutamos não é simplesmente uma guerra de exércitos que se confrontam um com o outro; compreende a incorporação dos mais amplos sectores da população nos diversos aspectos da luta política e militar.

Sucedeu no Zimbabwe, em 1979: o povo desse país teve que votar (80%) a favor do bispo Muzorewa. Apenas 10 meses depois dissipou-se a ilusão óptica do triunfo eleitoral de Muzorewa que só obteve 8% dos votos.

A melhor prova é responder à seguinte pergunta: que sucederia ao governo salvadorenho se os Estados Unidos suspendessem o envio de ajuda militar? O próprio governo salvadorenho e a administração Reagan deram a resposta. Eles não podem permiti-lo. A pergunta contrária sobre a suposta ajuda cubana ou soviética ou nicaraguense à guerrilha, já a respondemos. Não existe e não é necessária. Basta a solidariedade de grupos e forças sociais e políticas de muitas partes do mundo. Se há dúvidas, por isso propomos uma solução negociada, com a presença de governos ou outro tipo de testemunhos ou mediadores internacionais de reconhecida idoneidade e amigos dos Estados Unidos.

Na negociação podem-se discutir e assentar garantias de que só nós, salvadorenhos, sem ingerências externas, resolveremos o nosso conflito. A própria Assembleia Geral das Nações Unidas, por dois anos consecutivos aprovou resoluções pedindo a suspensão da ajuda militar às partes em conflito. Não aceder a isso é prolongar, aprofundar e regionalizar a guerra, na qual nós, salvadorenhos, fornecemos os mortos. E inegável a responsabilidade do

governo do presidente Reagan no prolongamento, aprofundamento e regionalização da guerra. Essa posição contrasta com a do Grupo de Contadora, que tem apoio maioritário latino-americano, restando a estratégia de pacificação por meio de uma guerra de extermínio, com adornos eleitorais.

"É urgente construir um consenso nacional por meio do diálogo"

Nos círculos do poder político dos Estados Unidos afirma-se que se for suspensa a ajuda militar ao governo salvadorenho, este desmorona e El Salvador cai nas mãos do comunismo. Por conseguinte, como somos o "pátio das traseiras" ou o "jardim da frente" dos Estados Unidos, é preciso incrementar a guerra e a matança para "salvar-nos". Mentalidade própria da Inquisição, quando se queimavam os herejes e os suspeitos. Esse juízo, além disso, é um reconhecimento implícito de que o governo salvadorenho está a perder a guerra, apesar do facto de que a ajuda norte-americana aumenta em proporção geométrica. Porém, esse juízo constrói sobretudo uma perspectiva política para El Salvador totalmente ideologizada, sem bases na realidade.

Essa realidade refere-se às possibilidades do pluralismo político em El Salvador. Esse pluralismo não existe agora, nem existiu antes na minha pátria. Custa a vida, o cárcere, o exílio ou o silêncio estar contra o governo ou a oligarquia. A verdade é que o pluralismo tem uma dimensão ideológica, outra política e outra sociológica, vinculadas entre si. A primeira refere-se a uma parte inerente à *concepção* democrática, a segunda a uma *realidade* democrática e a terceira a uma *possibilidade* democrática.

Em El Salvador existe como dado real, sociológico, uma pluralidade de organizações políticas de diferentes tendências, dentro do governo e na FDR-FMLN. São forças políticas e sociais reais, organizadas, com base social diversa, que se desenvolveram apesar da repressão que sofreram muitas delas. Isso quer dizer que há possibilidades de construir o pluralismo político em El Salvador por meio de uma negociação. Uma vitória militar de qualquer dos grupos em combate limita e reduz essas possibilidades.

A realidade também nos ensina que são vários os factores do poder político e não só o poder das armas. A legitimidade de um regime, o consenso nacional e o apoio popular são os principais facto-



res de poder. O poder das armas, quando é ilegítimo, não serve à segurança nacional, nem a segurança hemisférica, nem assegura estabilidade e paz. A crise salvadorenha, em todo o seu agravamento, tem mais de dez anos e o poder armado do exército não fez mais do que agravá-la.

Na FDR e FMLN temos mais de três anos de aliança, que significaram um exemplo concreto e prático de pluralismo, de prática de democracia interna entre nós, de discussões e acordos. De modo que a pergunta sobre quem controla quem não é pertinente.

A realidade ensina que avançou-se em entendimentos e em coordenação, não unicamente no campo militar mas no terreno de programas, posições e iniciativas políticas, particularmente referentes aos aspectos do diálogo e da negociação.

Tão-pouco é possível ter uma concepção autárquica do poder político, desligado do contexto internacional. Não somos Europa do Leste, mas parte do hemisfério americano. O nosso grande vizinho não é a União Soviética, mas a outra superpotência, os Estados Unidos. Desejamos ter e manter relações dignas e de colaboração com o nosso grande vizinho por razões de sobrevivência.

Sabemos muito bem o que significa conquistar e desenvolver um projecto nacional contrário à oligarquia; será loucura acrescentar um impedimento total, em confronto com a primeira super-potência do mundo.

Finalmente, sobre este aspecto é preciso sublinhar que a nossa luta tem recebido a mais profunda e ampla solidariedade internacional, plural e diversa. Do mundo capitalista e do mundo socialista; de Cuba, Nicarágua, México, França, Suécia, Grécia e muitos outros países europeus, latino-americanos e do Terceiro Mundo. Não se trata de um projecto social-democrata porque nos apoia a Internacional Socialista, nem de um projecto comunista porque Cuba nos apoia. Essa solidariedade

pluralista é garantia da nossa posição nacionalista e de não-alinhamento.

Compreendemos muito bem que para reconstruir o nosso país vamos necessitar da mais diversa e pluralista ajuda, principalmente do mundo ocidental. O nosso não-alinhamento é, consequentemente, uma posição de princípios, de necessidade e de conveniência política.

Desejamos ter amigos, não inimigos ou amos.

O presidente Reagan sustenta que os Estados Unidos têm de cuidar da sua segurança nacional. Estamos de acordo, porém discordamos da sua maneira de considerar os interesses que afectam a segurança nacional, e sobretudo da forma como executa a sua política a esse respeito. Ele está na verdade pondo em perigo a segurança hemisférica e, em consequência, a segurança da sua própria nação.

Por essas razões sempre tivemos disposição de dialogar com o governo dos Estados Unidos, para discutir e chegar a um acordo sobre pontos concretos que envolvam a nossa mútua segurança nacional. Não se trata de um debate ideológico, mas de um acordo político, demonstrando a nossa posição neutra e independente em aspectos como: não instalação de bases e facilidades militares de outros governos, fontes e níveis apropriados de equipamento militar de um futuro governo, segurança para rotas marítimas de trânsito, não alianças militares. Desde já asseguramos que não pretendemos ser um factor de guerra fria e de confrontação, pois não queremos contribuir para a bipolaridade do mundo.

Estamos seguros de que todos esses pontos podem ser resolvidos num plano de dignidade e respeito, mediante o diálogo com a administração do presidente Reagan. Essa é uma maneira prática e eficaz de nos pormos mutuamente à prova perante a comunidade internacional.

Contrariamente à concepção da administração Reagan, a grande maioria dos governos latino-americanos, europeus e do resto do mundo opina que deve cessar a ingerência militar externa em El Salvador e que é urgente abrir as portas para um diálogo que conduza a uma solução negociada do conflito.

A ajuda militar norte-americana fortalece os sectores beligerantes que se opõem ao diálogo e que desejam "democratizar" o país exterminando a oposição. O projecto norte-americano tem uma contradição irresolúvel: é o projecto do populismo impossível, de um governo "centrista" e "reformista" onde os sócios maiores são da direita militar, política e económica, em síntese, os altos comandos militares e a oligarquia. O engenheiro Napoleón Duarte declarou repetidamente que existe um vazio de poder no actual regime. Isso não é exacto. Trata-se antes de uma crise de poder que contudo implica o reconhecimento de que os partidos no

94 - terceiro mundo



O exército e os esquadrões da morte mataram 40 mil salvadorenos

governo, o sector político civil, quase não conta.

Dentro do governo existem sectores políticos e militares debilitados mas importantes que se inclinam para o diálogo e para a negociação como a única alternativa viável. Não se atrevem a cruzar a ponte porque estão sob o temor e a coacção dos dois factores que se opõem a isso, a extrema-direita e a administração Reagan. Nós acreditamos que é possível e urgente construir um consenso nacional por meio do diálogo. Desde princípios da década de 70 há uma consciência nacional para conquistar a democracia mediante mudanças na estrutura oligárquica do país. Não é gratuito afirmar que esse consenso nacional anti-oligárquico e democrático tem possibilidades de concretização com a FDR e a FMLN e sectores do governo e outras forças sociais e económicas que não optaram entre as partes em conflito.

Insiste-se no pluralismo e fecham-se as portas para a negociação que é o melhor instrumento para garanti-lo. Reiteradamente se utilizou o argumento de que a FDR e a FMLN não têm direito a negociar ou "compartilhar o poder" porque pretendem obter por meio das balas o que não podem alcançar através dos votos. Esses argumentos são falsos e farisaicos.

Em primeiro lugar, porque há antecedentes em compartilhar o poder. Em Outubro de 1979, os comunistas, os democrata-cristãos e os social-democratas ingressaram no governo, com a aceitação formal do governo dos Estados Unidos. Em princípios de 1980, os democrata-cristãos justificaram publicamente o seu pacto com o exército com o argumento de iniciar um diálogo amplo com todas as organizações políticas de esquerda para chegar a construir um governo de ampla participação.

Em segundo lugar, quem não quer compartilhar o poder tão pouco está disposto a promover eleições livres e democráticas e menos ainda a aceitar os seus resultados. É óbvio também que as nossas frentes têm uma ampla base popular; pode-se discutir a sua maior ou menor representatividade,



Qualquer protesto de rua ou reunião política pode deflagrar uma onda de assassinatos

mas não negar que expressam uma parte importante do poder que emana do povo.

Em terceiro lugar, parte-se da premissa de que existe um governo democrático em El Salvador, resultado de eleições livres. Isso é falso. O próprio povo jamais elegeu o presidente Alvaro Magaña, o qual acabou por ser escolhido através de manobras palacianas entre o alto comando militar e o embaixador dos Estados Unidos. Foram eleições sem participação nossa, em virtude de que a própria Força Armada, supostamente neutra e obrigada a garantir a imparcialidade e pureza eleitoral, publicamente declarou-nos subversivos, terroristas e sujeitos a perseguição. Um governo que viola totalmente os direitos humanos, em escala de genocídio, não pode chamar-se democrático. Somoza também celebrava actos eleitorais e a nossa experiência histórica é abundante neste tipo de eleições. Não esqueçamos que o voto é compulsório em El Salvador e que o regime lançou toda a sua propaganda acusando de subversivos os que não votaram.

A verdade é que nós e o nosso povo queremos eleições livres. Mas para isso não basta garantir a segurança dos dirigentes políticos ou dos militares, mas de todo o povo, para que participe sem temor numa campanha eleitoral. Para isso é necessário que desapareçam os esquadrões da morte, que haja paz, que se respeitem os direitos humanos e que se possam exercitar os direitos políticos e sindicais. Enfim, tudo isso significa uma solução política negociada que modifique a actual estrutura repressiva de poder.

Em Janeiro de 1982 o então presidente do México, José López Portillo, numa mensagem dirigida de Manágua, situou cabalmente o problema ao recusar o falso dilema de negociação sem eleições ou

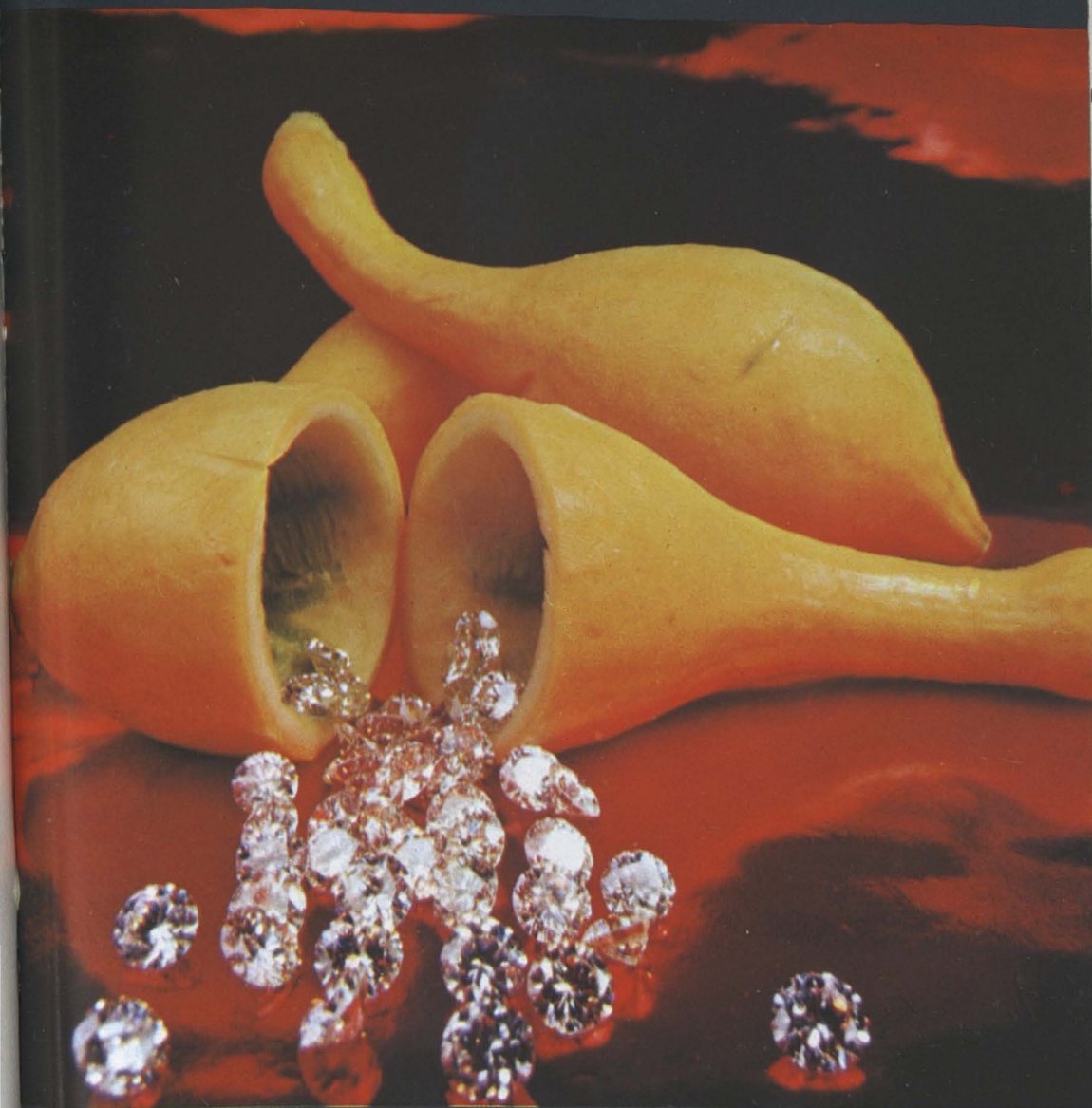
eleições sem negociação.

Para chegar a um processo negociador é imprescindível começar por um diálogo sem condições prévias. Estabelecer condições é um mero recurso para não se sentar a uma mesa de diálogo. A nossa posição não é a de dialogar por dialogar, unicamente para ganhar tempo. Não é necessário, pois a administração Reagan nos está a conceder esse tempo ao repelir as negociações. Consideramos que num processo negociador existem seis pontos fundamentais que precisam ser resolvidos: acordos sobre reformas profundas que conduzam a um progresso económico e social; posição internacional de não-alinhamento; cessar-fogo; composição do governo provisório; reestruturação do exército; e eleições. Todos estes seis pontos estão estreitamente vinculados. Negociar condições de participação eleitoral leva-nos forçosamente ao problema da estrutura repressiva de poder, aos corpos de segurança e esquadrões da morte, às violações dos direitos humanos, ao acesso aos meios de comunicação, à liberdade de reunião. Eu fui um membro da Primeira Junta Cívico-Militar de Outubro de 1979 a Janeiro de 1980. Isso significa que eu era formalmente um chefe do Exército. Não posso enganar-me a mim mesmo acerca de tal experiência que me ensinou que os militares diziam a palavra final.

Nem a primeira super-potência do mundo pôde obter o castigo dos assassinos das freiras e dos assessores agrícolas norte-americanos, apesar dos mil milhões de dólares que entregou ao governo salvadorenho. Que podemos pensar sobre a impunidade dos que assassinaram o arcebispo Oscar Arnulfo Romero, os dirigentes do FDR, inclusive o seu anterior presidente Enrique Alvarez, e mais de 40.000 salvadorenho? Só uma resposta se impõe: eles estão no governo, eles estão no poder. ●



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola

Ao Serviço da Reconstrução Nacional

ANGOLA

A woman wearing a headwrap and a light-colored shawl is harvesting coffee beans from a bush. She is holding a large woven basket. The background is a dense coffee plantation.

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INICAFE" • R.P.A.